

Relatório de atividade

2018



ASF
Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões

Ficha Técnica

Título

Relatório de atividade e contas anuais 2018

Edição

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Av. da República, n.º 76
1600-205 Lisboa
Portugal

Telefone: 21 790 31 00
asf@asf.com.pt

www.asf.com.pt

Ano de Edição: 2019

ISSN 2183-7759 (*on-line*)

RELATÓRIO DE ATIVIDADE E CONTAS ANUAIS

2018

Inclui:

ASF – Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões

FGA – Fundo de Garantia Automóvel

FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho

Lisboa, março de 2019

ÍNDICE

ÍNDICE	5
SIGLAS E ACRÓNIMOS	7
ÍNDICE DE FIGURAS	9
ÍNDICE DE QUADROS	11
A. MENSAGEM DO PRESIDENTE	13
B. APRESENTAÇÃO DA ASF	15
1. Missão.....	15
2. Visão	15
3. Valores	15
4. Organização	16
C. O MERCADO SEGURADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES EM 2018.....	18
1. A evolução da economia global e europeia.....	18
2. A economia nacional	21
3. Evolução do mercado segurador e dos fundos de pensões	23
Setor segurador	23
Setor dos fundos de pensões	27
D. SUPERVISÃO	30
1. Seguros.....	30
2. Mediação	37
3. Fundos de pensões.....	41
4. Publicidade e novos canais	45
5. <i>Insurtech</i>	46
E. POLÍTICA REGULATÓRIA.....	48
1. Iniciativas regulatórias da ASF	48
2. Iniciativas legislativas nacionais	52
3. Iniciativas legislativas da UE.....	55
4. Iniciativas da EIOPA.....	58
F. SANÇÕES E CONTRAORDENAÇÕES.....	62
G. COOPERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO INTERINSTITUCIONAL	64
1. Nacional	64
2. Internacional	65

H. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO	69
1. Reclamações e pedidos de informação / esclarecimento	69
2. Atendimento ao público e divulgação de informação	73
3. Literacia financeira	78
I. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	80
J. GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	82
1. Balanço	82
2. Demonstração dos resultados por natureza	83
3. Orçamento	84
K. GESTÃO DOS FUNDOS AUTÓNOMOS.....	86
1. Fundo de Garantia Automóvel.....	86
2. Fundo de Acidentes de Trabalho	96
L. OBJETIVOS PARA 2019	104
M. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, REFERÊNCIAS E ANEXOS	105
1. Proposta de aplicação de resultados	105
2. Referências	105
N. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	107
ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.....	107
FGA – Fundo de Garantia Automóvel.....	177
FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho	215
O. INDICADORES DE DESEMPENHO	247
P. RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO	251
Q. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	257

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AC	Autoridade da Concorrência
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ASEL	Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos
ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
BCE	Banco Central Europeu
BCFT	Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo
BdP	Banco de Portugal
CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CE	Comissão Europeia
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CEDIM	Certificados Especiais de Dívida de Médio e Longo Prazo
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNSF	Conselho Nacional de Supervisores Financeiros
CRC	Certificados de Responsabilidade Civil Automóvel
DDS	Diretiva de Distribuição de Seguros
DLT	<i>Deep, Liquid and Transparent</i>
DUC	Documento Único de Cobrança
EBA	<i>European Banking Authority</i>
EEA	<i>Economic European Area</i>
EIOPA	<i>European Insurance and Occupational Pensions Authority</i> /Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma
ESMA	<i>European Securities and Markets Authority</i>
ERSB	<i>European Systemic Risk Board</i> /Comité Europeu do Risco Sistémico
FAT	Fundo de Acidentes de Trabalho
FGA	Fundo de Garantia Automóvel
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSB/CEF	<i>Financial Stability Board</i> /Conselho de Estabilidade Financeira
GPEARl	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças
IAIS	<i>International Association of Insurance Supervisors</i> /Associação Internacional de Supervisores de Seguros
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBNR	<i>Incurred But Not Reported</i>
ICP	<i>Insurance Core Principles</i>
ICS	<i>Insurance Capital Standards</i>
IDD/DDS	<i>Insurance Distribution Directive</i> /Diretiva da Distribuição de Seguros
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> Norma Internacional de Relato Financeiro
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E.
INE	Instituto Nacional de Estatística
INETESE	Instituto para o Ensino e Formação
INFE/OECD	<i>International Network on Financial Education</i> (organização criada pela OCDE para promover princípios e boas práticas de formação financeira)
IOPS	<i>International Organisation of Pension Supervisors</i>
IORP	<i>Institutions for Occupational Retirement Provision</i>
IPPC	<i>Insurance and Private Pensions Committee</i>

IRPPP	Instituições de realização de planos de pensões profissionais
LAC DT	<i>Loss Absorbing Capacity of Deferred Taxes</i> /Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos
LTG	<i>Long-Term Guarantees</i>
MCR/RCM	<i>Minimum Capital Required</i> /Requisito de Capital Mínimo
NIC	Norma Internacional de Contabilidade
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ORSA	<i>Own risk and solvency assessment</i> /Relatório sobre a autoavaliação do risco e da solvência
OT's	Obrigações do Tesouro
PCES	Plano de Contas para as Empresas de Seguros
PDE	Procedimento por Défice Excessivo
PEPP	Produto Individual de Reforma Pan-Europeu
PNFF	Plano Nacional de Formação Financeira
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
PPE	Plano Poupança Educação
PPR	Plano Poupança Reforma
PPR/E	Plano Poupança Reforma/Educação
PR	Prevenção Rodoviária
PRIIPs	Pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros
RJASR	Regime Jurídico de acesso e exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora
RJCS	Regime Jurídico do Contrato de Seguro
RJDS	Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e de Resseguros
RJMS	Regime Jurídico da Medicação de Seguros
RMMG	Remuneração Mínima Mensal Garantida
SCR/RCS	<i>Solvency Capital Required</i> /Requisito de Capital de Solvência
SESF	Sistema Europeu de Supervisão Financeira
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SORCA	Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel
UE	União Europeia
UFR	<i>Ultimate Forward Rate</i>
WPPP	<i>Working Party on Private Pension</i> /Grupo de Trabalho sobre Pensões Privadas
YTM	<i>Yield to Maturity</i>

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura organizacional da ASF	16
Figura 2 – Composição dos órgãos estatutários da ASF	17
Figura 3 – Evolução das taxas de juro de inflação na área do Euro	20
Figura 4 – Evolução das taxas de rendibilidade implícitas nas obrigações de dívida pública a dez anos de alguns emittentes soberanos da área do Euro	21
Figura 5 – Evolução da produção de seguro direto	24
Figura 6 – Produção de seguro direto dos ramos Não Vida	25
Figura 7 – Produção de seguro direto do ramo Vida	25
Figura 8 – Investimentos das empresas de seguros	26
Figura 9 – Provisões técnicas das empresas de seguros	26
Figura 10 – Rácio de cobertura do SCR	27
Figura 11 – Rácio de cobertura do MCR	27
Figura 12 – Evolução dos montantes geridos pelos fundos de pensões	28
Figura 13 – Evolução das contribuições e dos benefícios pagos	28
Figura 14 – Investimentos dos fundos de pensões	29
Figura 15 – Processos contraordenacionais por áreas	62
Figura 16 – Distribuição por áreas de atuação	63
Figura 17 – Evolução do número de reclamações recebidas e analisadas	69
Figura 18 – Via de apresentação das reclamações	70
Figura 19 – Evolução do número de pedidos de informação/esclarecimento recebidos e analisados	71
Figura 20 – Via de apresentação dos pedidos de informação/esclarecimento	71
Figura 21 – Sítio da ASF na Internet, Portal do Consumidor e Atendimento ao público	73
Figura 22 – Tipo de contacto no atendimento ao público	74
Figura 23 – APPs e Facebook	77

Figura 24 – Evolução da formação.....	81
Figura 25 – Número de processos abertos por tipo de dano.....	87
Figura 26 – Evolução do número de processos abertos e encerrados.....	87
Figura 27 – Indemnizações por tipo de dano	88
Figura 28 – Reembolsos dos responsáveis	88
Figura 29 – Distribuição geográfica da sinistralidade em Portugal	89
Figura 30 – Tipo de ocorrências	90
Figura 31 – Número de acidentes por tipo.....	90
Figura 32 – Número de acidentes por tipo de veículo	90
Figura 33 – Número de infrações por tipologia	91
Figura 34 – Número de processos europeus abertos.....	91
Figura 35 – Evolução do número de processos abertos e encerrados no Centro de Informação	92
Figura 36 – Títulos de dívida por país emitente.....	95
Figura 37 – Composição da carteira por classe de ativos	95
Figura 38 – Evolução do número de processos de indemnizações de acidentes de trabalho.....	97
Figura 39 – Distribuição das indemnizações de acidentes de trabalho	98
Figura 40 – Distribuição dos reembolsos a empresas de seguros	98
Figura 41 – Distribuição dos montantes pagos pelo FAT	98
Figura 42 – Receitas do FAT	99
Figura 43 – Títulos de dívida por país emitente.....	102
Figura 44 – Composição da carteira por classe de ativos	102

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Economia mundial – Evolução dos principais indicadores económicos	19
Quadro 2 – Economia nacional – Evolução dos principais indicadores económicos	22
Quadro 3 – Notações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências à República Portuguesa e a algumas das principais instituições bancárias a operar em território nacional.....	23
Quadro 4 – Evolução do número empresas de seguros – estrutura do mercado .	24
Quadro 5 – Fundos de pensões – estrutura do mercado.....	29
Quadro 6 – Evolução do número de autorizações e notificações – Seguros	37
Quadro 7 – Evolução do número de autorizações e notificações – Mediação	39
Quadro 8 – Número de suspensões e cancelamentos oficiosos por motivo	40
Quadro 9 – Evolução do número de processos analisados – Cursos de formação	40
Quadro 10 – Evolução do número de processos de autorização – SGFP e fundos de pensões	45
Quadro 11 – Normas regulamentares aprovadas em 2018	48
Quadro 12 – Circulares emitidas em 2018.....	49
Quadro 13 – Consultas públicas divulgadas em 2018.....	51
Quadro 14 – Evolução de dados globais sobre processos contraordenacionais ..	62
Quadro 15 – Distribuição das reclamações por ramo e tipo de seguro	70
Quadro 16 – Distribuição dos pedidos de informação/esclarecimento por ramo e tipo de seguro	72
Quadro 17 – Número de certificados emitidos	72
Quadro 18 – Estudos e publicações.....	74
Quadro 19 – Nível de satisfação dos utilizadores externos da Biblioteca	78
Quadro 20 – Evolução do quadro de pessoal em número de trabalhadores	80
Quadro 21 – Número de trabalhadores por grupo profissional	80
Quadro 22 – Evolução das receitas e despesas da ASF.....	84
Quadro 23 – Despesas com sinistros e reembolsos	89

Quadro 24 – Evolução da atividade do Organismo de Indemnização	91
Quadro 25 – Distribuição do total da provisão para sinistros	93
Quadro 26 – Rácio de cobertura das responsabilidades.....	93
Quadro 27 – Evolução dos resultados líquidos.....	94
Quadro 28 – Rácio de cobertura de responsabilidades	101

A. MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), no exercício das suas competências de regulação e supervisão do mercado segurador, ressegurador, dos fundos de pensões e da mediação de seguros, publica anualmente o seu relatório de atividade e contas. O presente relatório, relativo ao ano de 2018, apresenta, de uma forma global, as atividades desenvolvidas por esta Autoridade no âmbito das suas competências, bem como torna públicas as suas demonstrações financeiras e dos fundos por si geridos – o Fundo de Garantia Automóvel (FGA) e o Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) –, conforme estabelecido pela legislação em vigor.

No ano de 2018, a atividade económica na Europa e em Portugal prosseguiu uma evolução positiva, apesar dos sinais de abrandamento, que refletiram, entre outros fatores, a instabilidade geopolítica e económica em alguns países da área do euro, com destaque para o Reino Unido e Itália, o agravamento das tensões nas economias de mercados emergentes e a adoção de medidas protecionistas a nível global. A nível nacional, a taxa de desemprego continuou a diminuir, assim como o défice orçamental e o peso da dívida pública no PIB, sendo a qualidade creditícia da dívida pública portuguesa classificada, atualmente, na categoria *investment grade* pelas três principais agências de notação de *rating*.

Ao nível da política monetária da área do Euro, as principais taxas de referência permaneceram inalteradas, procurando-se assegurar a convergência sustentada da inflação com o referencial de médio prazo estabelecido pelo Banco Central Europeu, pelo que a rentabilidade e a solvabilidade das seguradoras e dos fundos de pensões nacionais continuaram a ser afetadas pelo nível reduzido das taxas de juro.

Neste panorama, a produção total das seguradoras nacionais sob a supervisão prudencial da ASF, registou um aumento de 12% face a 2017. Apesar das condicionantes decorrentes da manutenção do ambiente de baixas taxas de juro e dos reduzidos níveis de poupança dos portugueses, a comercialização de produtos do ramo Vida cresceu 15%. Também os ramos Não Vida verificaram um crescimento, de 7%, prosseguindo-se, em simultâneo, a recuperação do equilíbrio técnico da modalidade de Acidentes de Trabalho.

Em termos de solvabilidade, o rácio de cobertura do SCR, para o conjunto do mercado, situou-se em 172%, menos 3,1 pontos percentuais que no final de 2017.

No setor dos fundos de pensões, o montante sob gestão diminuiu 2%, situando-se, no final de 2018, em 19,4 mil milhões de euros, sendo esta evolução justificada por uma deterioração da rentabilidade observada para a generalidade dos fundos.

Do ponto de vista da supervisão prudencial, são de destacar os trabalhos de consolidação da aplicação do regime Solvência II ao setor segurador, assinalando-se, designadamente, as iniciativas que culminaram na decisão de exigir o recálculo da dedução transitória às provisões técnicas, no sentido de reduzir a dependência dessa medida, para efeitos de cumprimento do SCR. Este tema justificou um diálogo intenso com os operadores, com o objetivo de assegurar um adequado entendimento dos pressupostos e metodologias a adotar, bem como o reconhecimento antecipado dos respetivos impactos.

No plano macroprudencial, merece destaque a execução do quarto exercício nacional de *stress test* ao setor segurador, com o objetivo de avaliar o grau de resiliência das empresas

de seguros à materialização dos riscos percecionados como os mais relevantes para a estabilidade financeira.

No âmbito da supervisão comportamental, salienta-se a reversão de competências da CMVM para a ASF, no que concerne aos seguros ligados a fundos de investimento e às adesões individuais a fundos de pensões abertos, operada pela Lei n.º 35/2018, de 20 de julho, que procede à alteração das regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros. Destaca-se, ainda, a aplicação das regras fixadas no regime jurídico dos pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros, aprovado também pela Lei n.º 35/2018, no que respeita à ASF.

O plano de trabalhos da ASF ficou também marcado, em 2018, pelo alargamento do seu âmbito de atribuições à supervisão e regulação da atividade de certas associações mutualistas, em função da sua dimensão económica, nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto. Para as associações mutualistas abrangidas, foi estabelecido um período transitório de 12 anos, ao longo do qual estas devem adotar as diligências necessárias de modo a garantir uma gradual adaptação ao novo quadro regulatório.

A terminar, gostaria de expressar o meu sincero agradecimento às entidades públicas e privadas que contribuíram para o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Deixo, em especial, uma palavra de muito apreço à Comissão de Fiscalização pela disponibilidade, empenho e elevado sentido de cooperação institucional demonstrados no acompanhamento e controlo da atividade desta autoridade de supervisão.

Uma palavra final dirigida aos trabalhadores da ASF que contribuíram com grande dedicação e profissionalismo para a execução das metas traçadas.

José Figueiredo Almaça

Presidente

B. APRESENTAÇÃO DA ASF

1. MISSÃO

A ASF tem por missão assegurar o regular funcionamento do mercado segurador e de fundos de pensões em Portugal, por forma a contribuir para a garantia da proteção dos tomadores de seguros, segurados, subscritores, participantes, beneficiários e lesados.

Esta missão é assegurada através da promoção da estabilidade e solidez financeira das entidades sob a sua supervisão, bem como da garantia da manutenção de elevados padrões de conduta por parte dos operadores (empresas de seguros e resseguros, sociedades gestoras de fundos de pensões e mediadores).

Neste enquadramento, a ASF tem-se posicionado no sentido de manter um mercado segurador e de fundos de pensões eficiente e estável.

2. VISÃO

A ASF pretende ser uma organização moderna, profissional, atuante e eficiente, por forma a contribuir efetivamente para a confiança dos consumidores no setor segurador e de fundos de pensões.

Para o efeito, adota no seu processo de supervisão e de regulação os princípios e as melhores práticas estabelecidas e reconhecidas no âmbito das principais organizações internacionais no domínio da supervisão e regulação do setor segurador e de fundos de pensões, bem como acompanha e intervém ativamente nos *fora* relevantes, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

3. VALORES

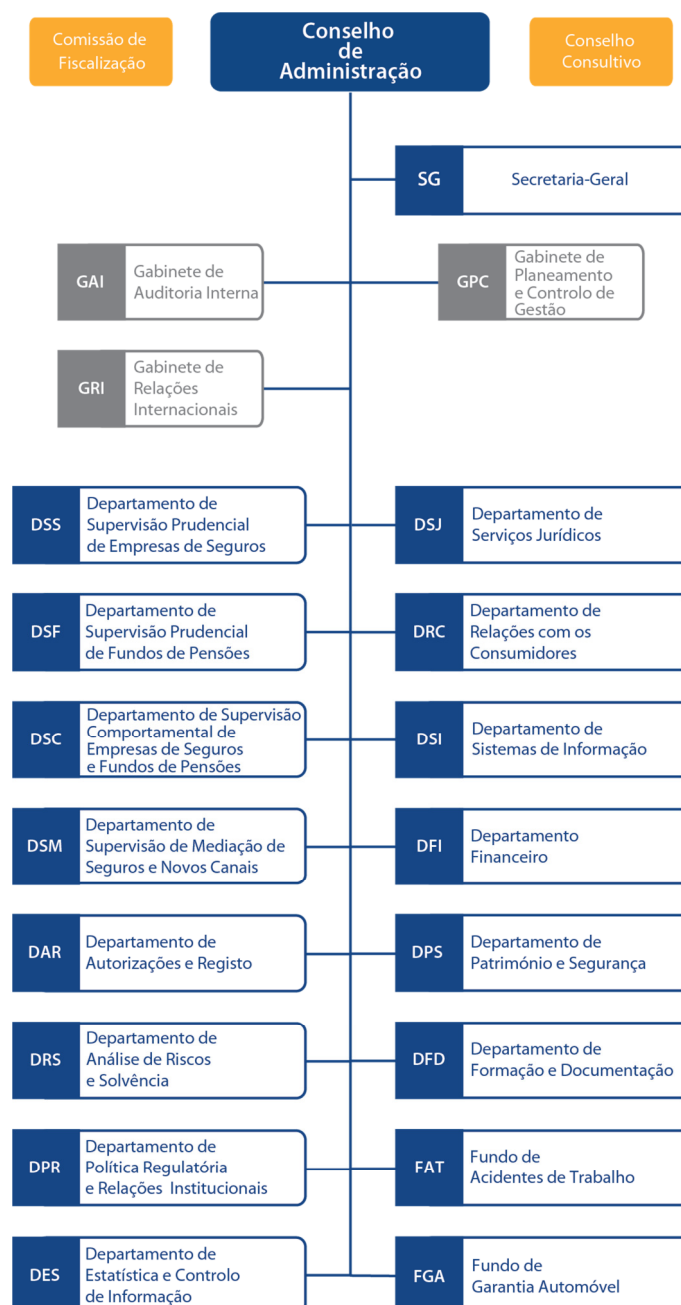
A ASF rege-se por um conjunto de valores que orientam a definição e implementação das suas estratégias, nomeadamente:

- o primado do interesse público;
- a defesa do interesse dos consumidores de seguros e de fundos de pensões;
- a atuação independente e responsável;
- a integridade, consistência e transparência na ação;
- o funcionamento eficaz, eficiente e socialmente responsável.

4. ORGANIZAÇÃO

A estrutura organizacional da ASF é composta pelos seus órgãos estatutários e por unidades orgânicas hierarquizadas conforme detalhe na figura *infra*¹.

Figura 1 – Estrutura organizacional da ASF



¹ Estrutura organizacional vigente no final de 2018.

Os órgãos estatutários são, nos termos dos Estatutos² da ASF, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização. A composição dos mesmos, com referência a 31 de dezembro de 2018, é a seguinte:

Figura 2 – Composição dos órgãos estatutários da ASF



² Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro.

C. O MERCADO SEGURADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES EM 2018

1. A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA GLOBAL E EUROPEIA

Segundo as estimativas do FMI, em 2018, o crescimento da economia mundial verificou uma ligeira desaceleração, para um valor de 3,7%, 0,1 pontos percentuais abaixo do observado no ano precedente. Assistiu-se, ao longo do ano, a sucessivas revisões em baixa do nível de atividade económica, decorrentes da perceção de que algumas das maiores economias deverão ter já atingido o seu pico de expansão, bem como do aumento de riscos inibidores do crescimento económico.

Estes aspetos são particularmente vinculados para a área do Euro, onde, para 2018, se projeta um crescimento económico cerca de 0,6 pontos percentuais abaixo do registado em 2017. Em sentido contrário, para a economia norte-americana, as estimativas para 2018 refletem ainda uma aceleração, fruto da continuidade dos efeitos dos estímulos fiscais, que se espera virem a perder fulgor a partir de 2020. Quanto a 2019, os desenvolvimentos sobre as tarifas comerciais e o seu impacto, em especial, nas relações com a China, tenderão a ser especialmente influentes. Ainda no seio das economias avançadas, destaca-se também a desaceleração do Japão.

As economias emergentes e em desenvolvimento verificaram um crescimento de 4,6%, inferior em 0,1 pontos percentuais ao ano anterior. Neste conjunto de países, as taxas de crescimento mais elevadas continuam a registar-se na região da Ásia (6,5%), com a desaceleração mais pronunciada a fazer-se sentir nas economias da Europa central e de leste, cujo crescimento recuou 2,2 pontos percentuais, para 3,8%.

O volume de comércio mundial de bens e serviços abrandou, diminuindo 1,3 pontos percentuais, para uma taxa de crescimento de 4%, refletindo a promoção de políticas de cariz protecionista e as tensões geopolíticas existentes à escala mundial. Destaca-se ainda a continuação da subida do preço do petróleo (+ 29,9%), com um crescimento acima do verificado em 2017, um cenário que, no entanto, se projeta ver revertido em 2019.

Globalmente, no ano de 2018, coexistiram as tensões comerciais entre os EUA e a China, a incerteza relativa aos desenvolvimentos em torno do *Brexit*, a instabilidade política em Itália e os movimentos de violentos protestos em França. Estes fenómenos continuam a evidenciar a importância dos riscos de carácter geopolítico, que se podem materializar em cenários de instabilidade política, económica e social, suscetíveis de afetar a confiança dos investidores e, por conseguinte, de potenciar o alargamento dos prémios de risco dos instrumentos financeiros.

Quadro 1 – Economia mundial – Evolução dos principais indicadores económicos

(taxa de variação em percentagem, exceto quando indicado)

	2017 (real)	2018 (estimativa)	2019 (projeção)	2020 (projeção)
PIB				
Economia mundial	3,8	3,7	3,5	3,6
Economias avançadas				
EUA	2,2	2,9	2,5	1,8
Japão	1,9	0,9	1,1	0,5
Área do Euro	2,4	1,8	1,6	1,7
Reino Unido	1,8	1,4	1,5	1,6
Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento				
Europa Central e de Leste	6,0	3,8	0,7	2,4
Comunidade dos Estados Independentes (a)	2,1	2,4	2,2	2,3
Países Asiáticos em desenvolvimento	6,5	6,5	6,3	6,4
Médio Oriente, Norte de África	2,2	2,4	2,4	3,0
América Latina e Caraíbas	1,3	1,1	2,0	2,5
África Subsaariana	2,9	2,9	3,5	3,6
Volume de comércio mundial de bens e serviços				
	5,3	4,0	4,0	4,0
Preços internacionais de matérias-primas (base USD)				
Petróleo (b)	23,3	29,9	-14,1	-0,4
Matérias-primas não energéticas	6,4	1,9	-2,7	1,2
Preços no consumidor				
Economias avançadas	1,7	2,0	1,7	2,0
Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento	7,1	5,4	4,8	5,2
Taxas de juro LIBOR (%)				
Em depósitos em USD (6 meses)	1,5	2,5	3,2	3,8
Em depósitos em EUR (3 meses)	-0,3	-0,3	-0,3	0,0
Em depósitos em JPY (6 meses)	0,0	0,0	0,0	0,1

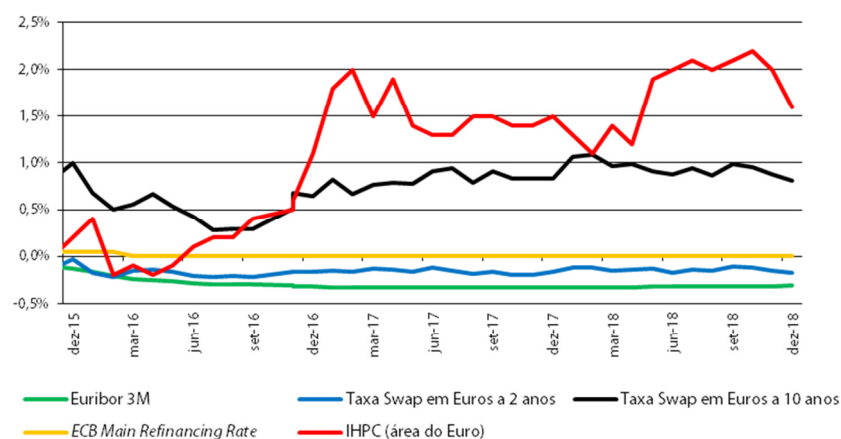
Fonte: *World Economic Outlook Update January 2019, FMI*

Notas: (a) compreende 12 repúblicas que pertenciam à antiga União Soviética: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Georgia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão; (b) média simples dos preços do Brent (UK), Dubai Fateh e West Texas Intermediate crude oil. O preço médio por barril em 2018 foi de 68,58 USD. O valor estimado a partir dos mercados de futuros é de 58,95 USD para 2019 e 58,74 USD para 2020.

No âmbito das políticas monetárias, a nível europeu, o ano de 2018 foi pautado por uma evolução no sentido da sua normalização gradual. O BCE comunicou, no final de outubro, que as principais taxas de referência permanecerão inalteradas pelo menos até ao verão de 2019. Quanto às medidas não convencionais, o período de compras líquidas do programa de compra de ativos cessou no termo de 2018 (vigorando um volume de 15 mil milhões de euros de compras mensais de ativos a essa data). O programa transitou, assim, para uma fase de reinvestimento, com os capitais decorrentes da maturidade de títulos adquiridos ao abrigo do mesmo a serem reinvestidos por um longo período temporal, visando a manutenção de condições favoráveis de liquidez e um elevado grau de acomodação monetária.

Deste modo, ao longo do ano de 2018, não foram observadas evoluções significativas ao nível das taxas de juro, inclusivamente para as taxas relativas aos prazos mais longos. A inflação que vinha convergindo para a meta referencial do BCE (2%) desde o primeiro trimestre, voltou a recuar no final do ano.

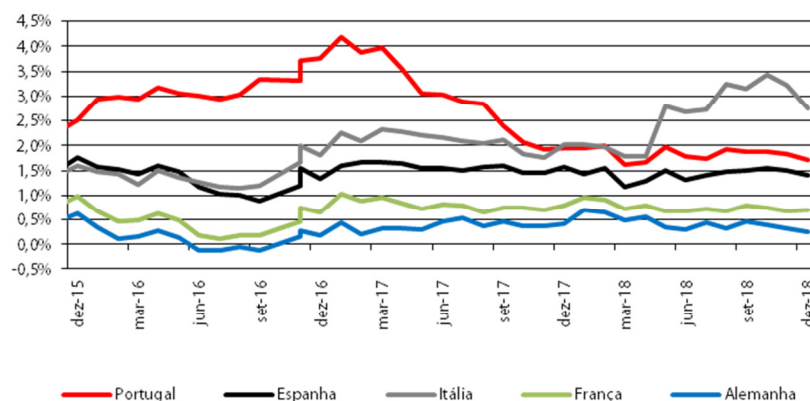
Figura 3 – Evolução das taxas de juro de inflação na área do Euro



Fonte: Bloomberg

No que se refere às taxas de rendibilidade implícitas nas obrigações soberanas a dez anos, a dívida pública portuguesa consolidou a aproximação aos níveis apresentados pelos principais países europeus, convergindo para valores próximos dos de Espanha. Relativamente a Itália, a turbulência política fez escalar as *yields* ao longo de 2018, verificando-se alguma amenização no final do ano.

Figura 4 – Evolução das taxas de rendibilidade implícitas nas obrigações de dívida pública a dez anos de alguns emissores soberanos da área do Euro



Fonte: Bloomberg

Ao nível dos mercados acionistas, as consequências de eventos de cariz geopolítico foram visíveis em três picos de volatilidade distintos, nos meses de fevereiro, outubro e dezembro. Refira-se que, para estes episódios, também contribuíram as expectativas e os anúncios relativamente à revisão das taxas de juro por parte da Reserva Federal norte-americana.

2. A ECONOMIA NACIONAL

As estimativas mais recentes da CE, emitidas em fevereiro de 2019, revêm em baixa a evolução do PIB português, apontando para um crescimento, no ano de 2018, na ordem dos 2,1% (2,2% na estimativa de novembro), configurando assim uma desaceleração de 0,7 pontos percentuais face a 2017. Como referência, refira-se que a mesma instituição estima, simultaneamente, um nível de crescimento económico de 1,9% para a área do Euro.

A perda de fulgor estimada para o crescimento da economia nacional é influenciada por uma menor contribuição das exportações, num contexto global de deterioração da procura externa, bem como pelo arrefecimento da procura interna e da formação bruta de capital fixo.

Para o futuro próximo, projeta-se que a diminuição da procura externa, aliada a um contexto de crescente incerteza a nível global, se repercutirá na tomada de decisões de investimento, redundando num acentuar da desaceleração do crescimento económico, com taxas progressivamente mais moderadas para cada um dos anos seguintes, até 2020.

Por seu turno, a continuidade da redução dos níveis de desemprego constitui um aspeto positivo de extrema relevância. A CE caracteriza como sustentada a criação de emprego, e continua a projetar novas diminuições dos níveis de desemprego para os próximos anos.

Para o ano de 2018, é estimado que o défice global das administrações públicas se tenha posicionado em 0,7% do PIB, sendo positivamente influenciado por receitas de cariz cíclico mais elevadas, por redução das despesas com o pagamento de juros, e pelo investimento

público abaixo do inicialmente orçamentado. Não obstante, este valor é ainda negativamente influenciado pela ativação do mecanismo contingente de capital do Novo Banco, com um efeito de 0,4% do PIB.

Quanto à dívida pública, projeta-se que se tenha reduzido, em termos relativos, para 121,5% do PIB no decurso de 2018, antevendo-se que, nos anos seguintes, essa tendência de diminuição persista.

Quadro 2 – Economia nacional – Evolução dos principais indicadores económicos

(taxa de variação, em percentagem, exceto quando indicado)				
	2017 (real)	2018 (estimativa)	2019 (projeção)	2020 (projeção)
PIB	2,8	2,2	1,8	1,7
Consumo privado	2,3	2,3	2,0	1,8
Consumo público	0,6	0,4	0,5	0,5
Formação bruta de capital fixo	9,2	4,4	4,7	5,1
Exportações	7,8	5,5	4,3	3,6
Importações	8,1	6,0	5,2	4,4
Contributo para a variação do PIB (p.p.)				
Procura interna	3,0	2,4	2,2	2,1
Exportações líquidas	0,0	-0,2	-0,4	-0,4
IHPC	1,6	1,5	1,6	1,6
Taxa de poupança das famílias (a)	4,7	4,6	4,7	4,6
Taxa de desemprego (b)	9,0	7,1	6,3	5,9
Défice orçamental (c)	-3,0	-0,7	-0,6	-0,2
Dívida pública (c)	124,8	121,5	119,2	116,8

Fonte: CE (estimativas de novembro de 2018).

Notas: (a) em percentagem do rendimento disponível; (b) em percentagem da população ativa; (c) em percentagem do PIB.

Quanto à evolução do *rating* da dívida portuguesa, destaca-se o *upgrade* da qualidade creditícia por parte da *Moody's*, de Ba1 para Baa3, já aguardado em abril, mas que apenas se confirmaria em outubro. Deste modo, todas as principais agências posicionam o soberano nacional em nível de *investment grade*. Adicionalmente, o *outlook* de revisão da *Standards & Poor's* avançou para terreno positivo.

Também ao nível dos *ratings* de instituições bancárias com presença relevante em Portugal são observáveis diversas revisões em alta, nomeadamente para BCP, CGD, CaixaBank e Santander. Observam-se ainda vários *outlooks* favoráveis.

Quadro 3 – Notações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências à República Portuguesa e a algumas das principais instituições bancárias a operar em território nacional

	31.12.2017				31.12.2018				Outlook			
	S&P	Moody's	Fitch	DBRS	S&P	Moody's	Fitch	DBRS	S&P	Moody's	Fitch	DBRS
País Emitente												
Portugal	BBB-	Ba1	BBB	BBBL	BBB-	Baa3	BBB	BBB	Positivo	Estável	Estável	Estável
Emitente												
BCP	BB-	B1	BB-	BBH	BB	Ba3	BB	BBH	Estável	Positivo	Estável	Positivo
CGD	NR	B1	BB-	BBBL	NR	Ba1	BB	BBBL	-	Estável	Positivo	Positivo
Novo Banco	NR	Caa1	NR	CCCH	NR	Caa1	NR	B	-	Positivo	-	Positivo
Santander	A-	A3	A-	A	A-	A3	A-	A	Estável	Estável	Estável	Estável
Caixabank	BBB+	Baa2	BBB	A	BBB+	Baa1	BBB+	A	Estável	Estável	Estável	Estável
Santander	A-	A3	A-	A	A	A2	A-	AH	Estável	Estável	Estável	Estável
Montepio	NR	B3	B+	BB	NR	B3	B+	BB	-	Positivo	Estável	Negativo

Fonte: Bloomberg

Ao longo do ano de 2018, em paralelo à melhoria da perceção internacional relativamente à economia portuguesa, no sistema financeiro nacional continuaram a registar-se alterações nas estruturas acionistas de diversas entidades.

No caso do setor segurador, as alterações decorreram tanto de ramificações de operações efetuadas no universo bancário, como do interesse de participantes entrarem, ou reforçarem, a sua quota no mercado nacional.

No início de 2018, concretizou-se a aquisição da Groupama Seguros de Vida, S.A. e da Groupama Seguros, S.A. pelo grupo China Tianying Inc., contemplando a totalidade do capital social e dos direitos de voto. Após consumada a saída da esfera do grupo francês, as entidades em causa foram autorizadas a alterar os seus estatutos, passando, mais próximo do final do ano, a ser denominadas, respetivamente, Una Seguros de Vida, S.A. e Una Seguros, S.A..

Na sequência da aquisição do Banco Popular Portugal pelo Banco Santander Totta, verificou-se também a aquisição pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. de uma participação qualificada direta representativa da totalidade do capital social e direitos de voto da Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. e da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.. Também no mês de agosto, foi autorizada a fusão por incorporação da Eurovida na Santander Totta Seguros.

3. EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGUADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES

SETOR SEGUADOR

Em 2018, o número de empresas de seguros a operar em Portugal em regime de estabelecimento aumentou para 76 entidades (+ 3 do que em 2017). A estrutura do mercado não sofreu alterações relevantes, sendo de destacar apenas a passagem de uma empresa de seguros para fora do âmbito de supervisão prudencial da ASF, por conversão em sucursal com sede na UE, a fusão por incorporação de uma empresa Vida e, ainda, a

alteração da classificação de uma empresa Vida para mista, por alargamento da exploração a certos ramos Não Vida.

No universo das empresas que atuam em regime de livre prestação de serviços em Portugal, observou-se um aumento de 26 unidades, para um total de 568 entidades.

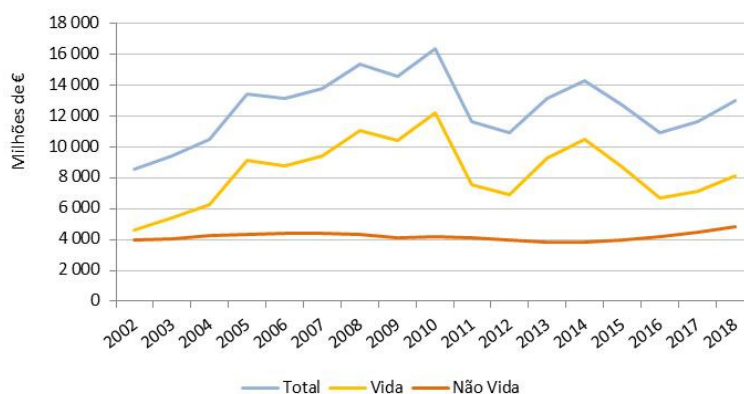
Quadro 4 – Evolução do número empresas de seguros – estrutura do mercado

	2016	2017	2018
Empresas de seguros	73	73	76
Sob supervisão da ASF	43	43	41
Vida	14	14	12
Não Vida	23	23	23
Mistas	5	5	5
Resseguro	1	1	1
Sucursais da UE	30	30	35
Vida	4	4	5
Não Vida	19	19	22
Mistas	7	7	8

A produção total de seguro direto registou, em 2018, pelo segundo ano consecutivo, um aumento, neste caso de 11,7%, para 12,9 mil milhões de euros, que compara com o crescimento de 6,5% observado em 2017. O segmento de Vida cresceu 14,5% (+ 1 000 milhões de euros) enquanto o conjunto dos ramos Não Vida registou uma subida de 7,4% (+ 333 milhões de euros).

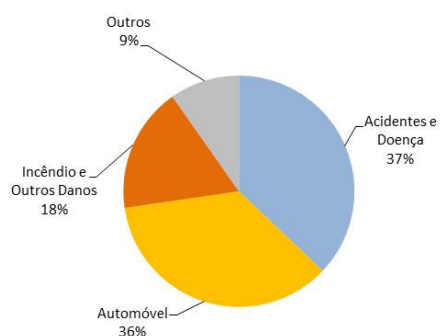
Na sequência das evoluções referidas, a representatividade da produção do ramo Vida aumentou 1,5 pontos percentuais face ao ano anterior, correspondendo a 62,7% da produção total no final de 2018.

Figura 5 – Evolução da produção de seguro direto



Face a 2017, a estrutura da carteira de prémios Não Vida não sofreu alterações significativas, tendo a maior variação sido verificada no ramo de Acidentes e Doença, cujo peso incrementou 0,8 pontos percentuais. Em termos absolutos, registaram-se aumentos da produção na maioria dos ramos, destacando-se Acidentes e Doença e Automóvel, com aumentos de 159 e 107 milhões de euros, respetivamente.

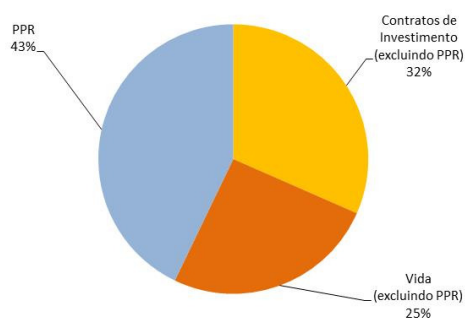
Figura 6 – Produção de seguro direto dos ramos Não Vida



À semelhança do ano anterior, a produção de seguro direto no ramo Vida registou variações expressivas nos diferentes segmentos. O peso relativo dos PPR aumentou 11,7 pontos percentuais, dando, assim, continuidade à evolução ascendente iniciada em 2016. Em contrapartida, a representatividade dos contratos de investimento e dos contratos de seguros de Vida diminuiu 8,8 e 3 pontos percentuais, pela mesma ordem.

Em termos absolutos, a produção relativa a PPR e os prémios brutos emitidos dos contratos de seguro aumentaram 1 272 e 49 milhões de euros, respetivamente, enquanto as entregas de contratos de investimento diminuíram 297 milhões de euros, face ao ano anterior.

Figura 7 – Produção de seguro direto do ramo Vida

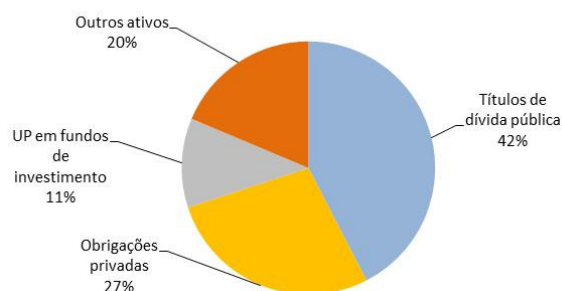


Os custos com sinistros globais de seguro direto aumentaram 3,5% face a 2017, refletindo os aumentos de 4,6% e 1,1% observados, respetivamente, nos ramos Vida e Não Vida. No conjunto dos ramos Não Vida, destaca-se o acréscimo de 32,9% no segmento Incêndio e Outros Danos, enquanto, no ramo Vida, salienta-se o aumento de 11,6% nos contratos de investimento.

A 31 de dezembro de 2018, as carteiras de investimentos das empresas de seguros ascendiam a cerca de 50 mil milhões de euros, refletindo uma diminuição de 2% face ao fecho de 2017. Esta redução foi transversal a todas as categorias de instrumentos financeiros, excetuando-se o grupo de outros ativos, que verificou um aumento de 35,6%, refletindo um aumento dos depósitos.

Em termos de representatividade, salienta-se uma ligeira diminuição do peso dos títulos de dívida pública (- 1,2 pontos percentuais), continuando, todavia, a ser a classe de ativos predominante nas carteiras de investimento das empresas de seguros.

Figura 8 – Investimentos das empresas de seguros

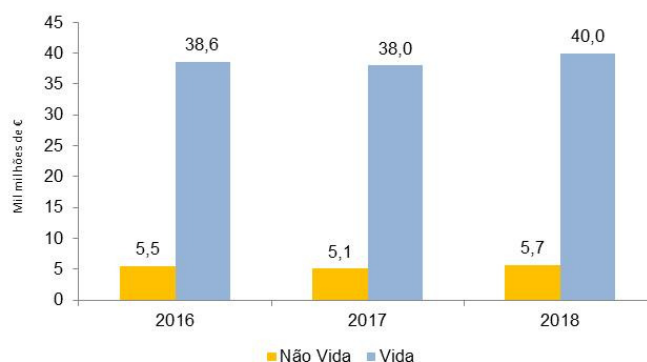


O setor financeiro continua a ser o setor ao qual as empresas de seguros se encontram mais expostas (40,5% do total), tendo inclusive reforçado o seu peso em 1,2 pontos percentuais, comparativamente ao ano transato. No mesmo sentido, regista-se ainda o acréscimo da representatividade do setor de produtos consumíveis (mais 2,5 pontos percentuais).

Relativamente à distribuição geográfica das carteiras, manteve-se a tendência de desinvestimento em ativos nacionais (com uma diminuição de 2 pontos percentuais da sua representatividade, para 37,8) e consequente reforço em ativos de outros países da UE. Merece também realce o acréscimo registado no peso dos investimentos em *Off Shores*, que somou mais 1,4 pontos percentuais face a 2017, para 3,9%.

As provisões técnicas das empresas de seguros aumentaram 6%, para 45,7 mil milhões de euros, acompanhando a tendência verificada ao nível da produção. Neste âmbito, os ramos Não Vida e Vida registaram aumentos de 12,7% e 5,1%, respetivamente.

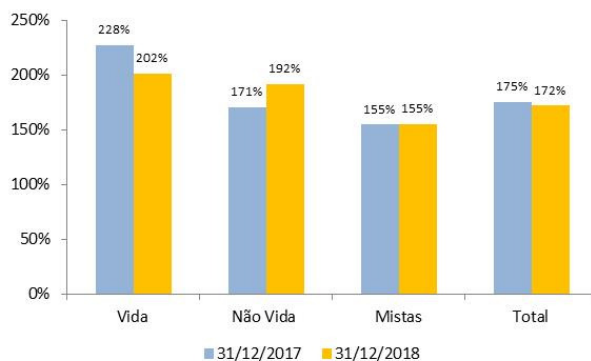
Figura 9 – Provisões técnicas das empresas de seguros



A 31 de dezembro de 2018, o rácio SCR do conjunto das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF situou-se em 172,1%. Da análise por tipo de entidade, observou-se uma queda de 26,2 pontos percentuais no rácio das empresas Vida, entre o final de 2017 e 2018, explicada pelo efeito de diminuição dos fundos próprios elegíveis

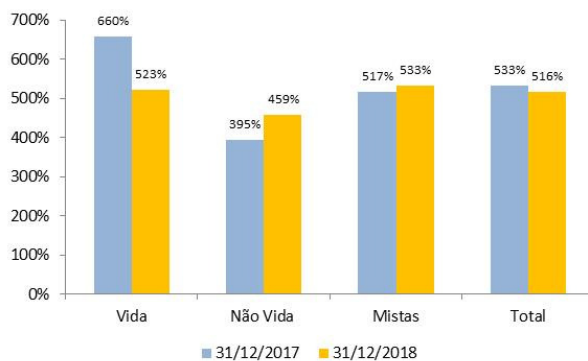
(- 18,2%), superior à descida do valor do SCR (- 7,6%). Em sentido inverso, o rácio de solvência no conjunto das empresas Não Vida registou uma subida de 21,5 pontos percentuais face a 2017, justificada por um aumento dos fundos próprios elegíveis (+ 17,2%), superior ao do SCR (+ 4,1%).

Figura 10 – Rácio de cobertura do SCR



No que respeita à cobertura do MCR, no final de 2018, registou-se um rácio de 516,5% para o total do mercado. À semelhança do verificado para o SCR, as empresas Vida registaram uma evolução descendente, enquanto os rácios das entidades Não Vida exibiram uma melhoria, comparativamente a 2017.

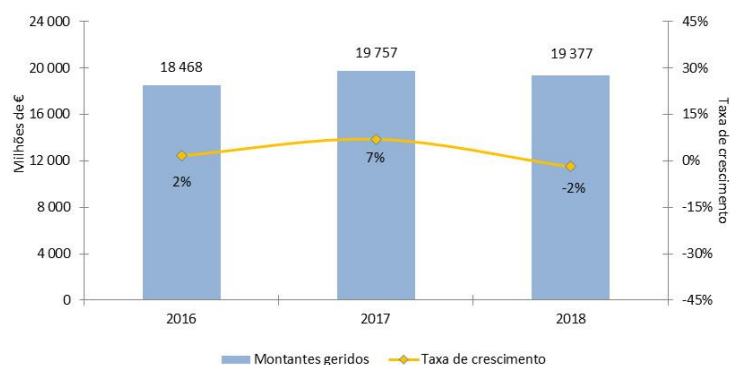
Figura 11 – Rácio de cobertura do MCR



SETOR DOS FUNDOS DE PENSÕES

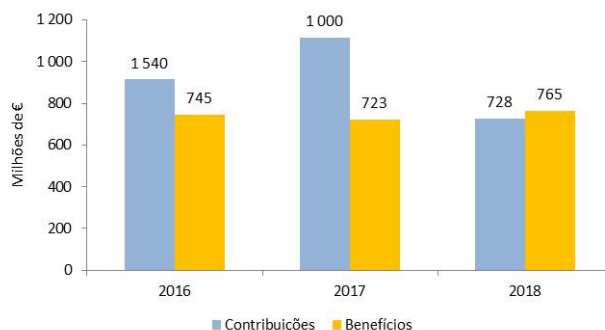
Em 2018, o valor dos ativos sob gestão diminuiu quase 2% face a 2017, fixando-se em 19,4 mil milhões de euros. A rentabilidade dos fundos de pensões foi de - 1,3%, que compara com a rentabilidade de 4,8% observada em 2017.

Figura 12 – Evolução dos montantes geridos pelos fundos de pensões



O volume das contribuições dos fundos de pensões sob a supervisão da ASF registou uma queda de 27,2%. Por sua vez, os benefícios pagos em 2018 aumentaram 5,8%, somando 765 milhões de euros.

Figura 13 – Evolução das contribuições e dos benefícios pagos



A nível nacional, o número de entidades gestoras de fundos de pensões reduziu-se em uma unidade, para um total de 18. Em sentido contrário, o número de fundos de pensões incrementou cinco unidades, face a 2017, em resultado da constituição de cinco fundos PPR, de dois fundos de pensões abertos e de um fundo fechado, e a extinção de um fundo PPR e de 2 fundos de pensões fechados.

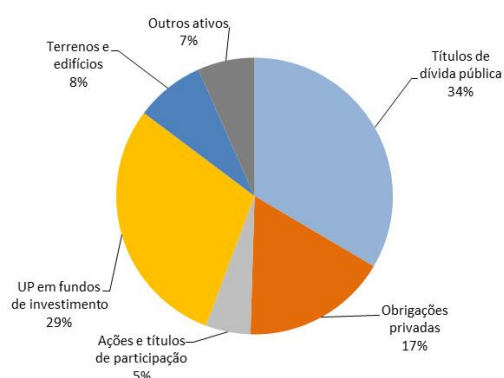
Quadro 5 – Fundos de pensões – estrutura do mercado³

	Total	Empresas de Seguros	Sociedades Gestoras
N.º de entidades gestoras de fundos de pensões	18	8	10
N.º de fundos de pensões	229	75	154
PPR	32	2	30
PPA	1	0	1
Abertos, excluindo PPR	57	22	35
Fechados	139	51	88
<i>Em co-gestão</i>	<i>4</i>	<i>1</i>	<i>3</i>
Montante dos fundos de pensões (milhões de €)	19 378	3 445	15 933
PPR	581	3	578
PPA	1	0	1
Abertos, excluindo PPR	1 527	577	950
Fechados	17 269	2 865	14 404
<i>Em co-gestão</i>	<i>180</i>	<i>59</i>	<i>121</i>
Quota de mercado	100%	18%	82%

À semelhança dos últimos anos, a carteira dos fundos de pensões manteve-se concentrada no setor financeiro, com uma representatividade de 43,4% do valor carteira total.

Ainda assim, assistiu-se a um reforço no investimento em títulos de dívida pública, tendo a sua representatividade aumentado 4,1 pontos percentuais. Em sentido oposto, o peso do investimento em ações e títulos de participação diminuiu 2,6 pontos percentuais.

Figura 14 – Investimentos dos fundos de pensões



Em relação à distribuição geográfica da carteira de ativos dos fundos de pensões, e em linha com o verificado nas carteiras das empresas de seguros, constata-se o aumento da representatividade dos emitentes dos restantes países da UE (+ 5,7 pontos percentuais, totalizando 72,6% em 2018), em detrimento da exposição a emitentes nacionais.

³ O número de fundos de pensões cogeridos está incluído na respetiva entidade gestora líder.

D. SUPERVISÃO

No âmbito da sua missão e atribuições, e com vista à proteção dos tomadores de seguros, segurados, subscritores, participantes, beneficiários e lesados, a ASF propõe-se assegurar e garantir o regular funcionamento do mercado segurador e dos fundos de pensões. Para tal, desenvolve atividades no âmbito da supervisão prudencial (através da promoção de estabilidade e solidez financeira das entidades que se encontram sob a sua supervisão) e da supervisão comportamental (garantindo a manutenção de elevados padrões de conduta por parte das entidades supervisionadas).

De seguida serão apresentadas as metodologias e abordagens seguidas pela ASF nas suas áreas de atuação fazendo o devido enfoque nas principais atividades desenvolvidas e resultados atingidos no exercício de 2018.

1. SEGUROS

A **supervisão prudencial** das empresas de seguros e dos grupos de seguros baseia-se numa abordagem orientada para os riscos, encontrando-se as prioridades de supervisão focadas nas empresas de seguros que representam os maiores riscos para o mercado segurador e, designadamente, para o objetivo principal da supervisão que é a proteção dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

No processo de supervisão, em fase de consolidação atentos à necessária adaptação ao regime Solvência II⁴, a frequência e a intensidade da supervisão dependem da dimensão e da probabilidade de incumprimento de cada empresa de seguros, tendo em conta, para este efeito, o potencial impacto financeiro no mercado e a avaliação do risco da empresa de seguros⁵.

A supervisão das empresas de seguros e dos grupos de seguros é efetuada, numa base regular, através da análise da informação quantitativa (sujeita a um processo detalhado de validações) e qualitativa (na qual se inclui o relatório sobre a solvência e a situação financeira, o relatório periódico de supervisão, o relatório ORSA, os relatórios de certificação externa⁶ e o relatório e contas). A análise é complementada com a apreciação de informação adicional solicitada para o efeito, sempre que é considerado adequado para uma melhor compreensão da entidade e da sua evolução, e/ou com a realização de análises *on-site*. A discussão intensa, frequente e transparente, entre o supervisor e as entidades supervisionadas é privilegiada em todo o processo de supervisão.

Nas companhias integradas em grupos internacionais, é assegurada a cooperação junto das autoridades congéneres, sendo de relevar, neste domínio, a participação nos colégios

⁴ Regime aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que transpõe a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de novembro de 2009.

⁵ No âmbito desta abordagem e apoiado por uma adequada avaliação dos riscos, todas as empresas de seguros estão sujeitas a um nível mínimo de supervisão.

⁶ Dos revisores oficiais de contas e atuários responsáveis.

de supervisores responsáveis pela supervisão dos grupos de seguros, bem como dos conglomerados financeiros.

As ações de supervisão são conclusivas e devem ser comunicadas adequadamente às empresas de seguros e aos grupos de seguros. Neste contexto, podem ser definidas medidas específicas a adotar, as quais podem ser classificadas em diferentes patamares de supervisão consoante a severidade das conclusões obtidas, nomeadamente:

- acompanhamento *on-going* da atividade da empresa de seguros e do grupo de seguros⁷;
- definição de reporte específico periódico para acompanhamento da situação identificada;
- emissão de recomendações transversais ao mercado;
- solicitação de planos de financiamento e de recuperação da situação financeira da empresa de seguros ou do grupo de seguros e respetiva monitorização e acompanhamento;
- imposição de reforço das provisões técnicas e/ou dos fundos próprios;
- outras medidas de saneamento e recuperação.

No contexto da abordagem abrangente da supervisão, releva acompanhar as evoluções dos mercados financeiros, dos mercados setoriais (vg. banca), do setor tecnológico com impacto na atividade seguradora, dos desenvolvimentos na parte legal, fiscal e regulatória, das alterações ao nível contabilístico, das tendências socioculturais com impacto no comportamento dos tomadores de seguro, entre outras, de modo a poder percecionar adequadamente os riscos envolvidos. Neste âmbito, é também importante manter um diálogo aberto com outros supervisores relevantes, quer de outros setores financeiros, quer de outros países (nomeadamente da UE).

No âmbito da promoção da cultura de supervisão comum entre os supervisores da UE, salienta-se a participação da ASF em grupos de trabalho internacionais, nomeadamente da EIOPA, que têm vindo a desenvolver trabalho em matérias de procedimentos de supervisão, com o intuito de reforçar a consistência e a convergência das práticas entre supervisores⁸.

De relevar, ainda no contexto da EIOPA, o trabalho desenvolvido ao nível da colaboração da ASF nos diversos fóruns temáticos e que implicam um contributo, quer ao nível de recolha de informação em questionários (tendo em conta a experiência seguradora nacional), quer ao nível da emissão de opiniões técnicas, no âmbito de entendimentos de supervisão (a divulgar pela EIOPA) ou de carácter legislativo (ex. alterações a diplomas de Solvência II).

⁷ Através da monitorização regular do modelo de negócio adotado, do cumprimento do requisito de capital de solvência, da constituição adequada das provisões técnicas e das opções de investimento tendo presente o princípio do gestor prudente.

⁸ Das temáticas acompanhadas em 2018, incluem-se a supervisão do requisito de capital de solvência, da solvência dos grupos de seguros, do resseguro e da evolução das tecnologias de informação e do risco cibernético.

Por sua vez, a supervisão das empresas de seguros no âmbito da **supervisão comportamental** zela pela correta aplicação da legislação e regulamentação em vigor e pela adoção de boas práticas por parte dos diversos operadores, de modo a contribuir para a minimização dos riscos neste setor e para a confiança dos clientes no mercado segurador. Complementarmente, avalia também a implementação de recomendações ou orientações da ASF e identifica as matérias ou situações que justifiquem o planeamento de novas ações de supervisão ou a emissão de entendimentos adicionais.

Desta forma, a metodologia seguida pela ASF centra-se na determinação de três níveis de risco:

- um risco global, comum às áreas de Vida e Não Vida, que decorre da avaliação de fatores de risco transversais (e.g. dimensão, canais de distribuição utilizados, nível de solvência, publicidade levada a cabo por cada empresa de seguros, entre outros);
- um risco setorial, que resulta da avaliação distinta dos riscos de conduta no âmbito do ramo Vida e dos ramos Não Vida (e.g. o risco associado às reclamações, às práticas de gestão de sinistros e de subscrição, incluindo a prestação de informação contratual e pré-contratual, o risco de fraude, entre outros);
- um risco específico, e por isso diferenciado nas áreas Vida e Não Vida, que decorre da avaliação de situações pontuais detetadas no processo de supervisão comportamental *on-going*, e que não estejam já consideradas no risco sectorial, sendo incluídas sempre que tal se justifique.

Esta metodologia é seguida no caso das empresas de seguros com sede em Portugal. Para as sucursais das empresas de seguros com sede em outros Estados-Membros da UE, e para os operadores que exercem a sua atividade em Livre Prestação de Serviços, esta metodologia é adaptada em função da existência de informação disponível, necessariamente não tão detalhada como sucede nas empresas de seguros sedeadas.

Existe ainda um módulo de risco específico para a prevenção do BCFT, que se baseia, a título exemplificativo, na análise do relatório anual dos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais, bem como na informação recolhida em ações de supervisão *on-site* e *off-site*.

Dos resultados que decorrem deste processo de avaliação dos riscos poderá resultar a necessidade de ações de supervisão especificamente programadas, e que poderão ser:

- ações *on-site* não credenciadas ("cliente-mistério"), quando a equipa da ASF se apresenta nas instalações da entidade supervisionada como clientes potenciais;
- ações *on-site* credenciadas, quando os técnicos de supervisão se deslocam às instalações da entidade e se apresentam nessa qualidade;
- ações *off-site*, quando se procede à análise, nas instalações da ASF, de informação obtida⁹.

Posteriormente é levado a cabo um trabalho de *follow-up*, cuja prioridade é definida, nomeadamente, em função da relevância das questões detetadas na ação de supervisão anterior.

⁹ A informação obtida pode provir de reclamações, de inquéritos transversais, dos *sites* das empresas de seguros ou de elementos reportados pelas próprias entidades supervisionadas, entre outros.

Principais atividades de 2018

No que diz respeito à **supervisão prudencial**, a informação quantitativa e qualitativa, das empresas de seguros e dos grupos de seguros, encontra-se sujeita a uma análise por parte da ASF, com destaque para:

- a qualidade da informação, aferida com o auxílio do processo de validações;
- a correta avaliação dos elementos do ativo e do passivo, nomeadamente das provisões técnicas, do balanço económico;
- o correto apuramento do SCR e do MCR;
- o nível de cumprimento do SCR e do MCR.

No âmbito dos investimentos, tem-se prosseguido o acompanhamento próximo da evolução da composição das carteiras de ativos, tendo em consideração o princípio do gestor prudente. Esta evolução requer especial atenção pelo impacto da volatilidade dos mercados financeiros na mensuração do requisito de capital de solvência e dos fundos próprios (decorrente da variação conjunta dos ativos e dos passivos, em especial, das provisões técnicas). Neste contexto, justificou-se a realização de ações de supervisão específicas na empresa e o acompanhamento em *follow-up* de análises detalhadas realizadas anteriormente.

Pela sua relevância no nível de solvência das empresas de seguros, a ASF realizou um conjunto de ações de supervisão *on-site* ao ajustamento para a LAC DT¹⁰, com o objetivo de apreciar o sistema de governação associado ao cálculo e reconhecimento do LAC DT (abrangendo a definição, documentação, revisão e aprovação interna) e avaliar os procedimentos de cálculo e teste de recuperabilidade (incluindo as metodologias e os pressupostos associados à sua identificação e mensuração).

O tema do sistema de gestão de riscos da empresa, e em especial do processo de avaliação interna do risco e da solvência, mereceu, igualmente, destaque nas ações de supervisão *on-site* realizadas em 2018, atendendo à importância desta matéria no âmbito de uma gestão sã e prudente da empresa. Em paralelo, foi efetuada uma apreciação detalhada dos relatórios ORSA¹¹ elaborados e reportados pelas empresas de seguros, no sentido de compreender as estratégias de negócio prosseguidas e as necessidades globais de solvência e de assegurar a adequada articulação entre o exercício ORSA e o processo de gestão estratégica e de tomada de decisão.

Ainda no contexto dos requisitos gerais em matéria de governação, foram realizadas ações de *follow-up* no sentido de avaliar o nível de progresso relativamente a recomendações efetuadas pela ASF em ações *on-site* anteriores.

¹⁰ Tendo em conta as orientações sobre a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas e dos impostos diferidos (EIOPA-BoS-14/177), bem como o entendimento emitido pela ASF disponível em: <https://www.asf.com.pt/NR/exeres/AACA1BD3-1733-4B0A-B001-D0BDF5DD6783.htm>

¹¹ Tendo em conta as orientações relativas à avaliação interna do risco e da solvência (EIOPA-BoS-14/259).

No âmbito das provisões técnicas, destacou-se, em 2018:

- o trabalho realizado aos processos de recálculo da dedução transitória às provisões técnicas, com o objetivo de garantir que a dependência da dedução transitória para o cumprimento do SCR seja gradualmente menor. Este tema justificou um diálogo intenso e prolongado com o mercado segurador, no sentido de ser assegurado um adequado entendimento da calculatória associada, nomeadamente dos pressupostos e metodologias utilizados para a mensuração das responsabilidades abrangidas, bem como da limitação a ser adotada;
- a análise transversal efetuada à provisão para prémios com o intuito de aferir as metodologias utilizadas, os pressupostos de cálculo e os valores reportados, para as classes de negócio de 'Automóvel' e de 'Acidentes de Trabalho';
- a análise particular das provisões técnicas económicas de alguns produtos financeiros com opções e garantias.

Refira-se também neste contexto a realização de análises de *follow-up* na sequência de ações de inspeção efetuadas anteriormente, sobre o cálculo das provisões técnicas do ramo Vida.

Na **vertente macroprudencial**, foi realizado, em 2018, o quarto exercício nacional de *stress test* ao setor segurador, destinado a avaliar o grau de resiliência das empresas de seguros a dois cenários severos, correspondentes à materialização de riscos percecionados como mais relevantes para a estabilidade financeira. Para esse efeito, foram utilizados como base os cenários e as especificações técnicas definidas pela EIOPA. No entanto, ao contrário de exercícios anteriores, o exercício nacional foi executado de forma segregada do conjunto europeu, uma vez que o âmbito estabelecido pela EIOPA não abrangeu quaisquer grupos sob a supervisão prudencial direta da ASF.

Os cenários escolhidos foram aplicados em base individual por um conjunto de seis entidades participantes, com uma representatividade agregada de 74% do total de ativos a 31 de dezembro de 2017.

Os resultados do exercício nacional foram publicados, de forma agregada, no relatório de análise de riscos do setor segurador e dos fundos de pensões da ASF¹² de janeiro de 2019, evidenciando a vulnerabilidade do setor nacional aos cenários testados, bem como, o impacto significativo da medida transitória sobre as provisões técnicas no apuramento dos rácios de solvência de várias empresas de seguros.

Em simultâneo, foi ainda emitido um conjunto de recomendações direcionadas às empresas nacionais com vista a mitigar as vulnerabilidades que foram identificadas no exercício.

Por outro lado, em sede de **supervisão comportamental**, destacam-se as ações decorridas de denúncias e de reclamações apresentadas por titulares e beneficiários de contratos de seguros e por terceiros lesados, que resultaram em algumas recomendações

¹²<https://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/B47C8F4A-D958-491A-8A24-A6FEE421F7BB/0/ARSSFP2018.pdf>

ou determinações específicas dirigidas às empresas de seguros¹³, sendo a sua maioria centrada nos ramos Não Vida. O seu tratamento permite, para além da análise do problema concreto, a identificação de matérias que devam ser objeto de outras ações de supervisão e/ou de intervenção no plano regulatório.

Ao nível das ações de supervisão *on-site* realizadas a empresas de seguros, salientam-se:

- nos ramos Não Vida:
 - as ações não credenciadas (“cliente-mistério”) incidindo principalmente nas práticas de funcionamento dos centros telefónicos de relacionamento das empresas de seguros (*call centers*)¹⁴;
 - as ações credenciadas centradas essencialmente nos seguros de doença¹⁵, incêndio e outros danos (em especial nos seguros multirriscos habitação¹⁶), bem como de responsabilidade civil automóvel¹⁷, com a correspondente análise dimensional das reclamações;
- no ramo Vida:
 - por ações credenciadas que privilegiaram a análise da subscrição de apólices e da prestação de informação pré-contratual e contratual, bem como dos procedimentos implementados na prevenção do BCFT.

Por outro lado, em termos de ações de supervisão *off-site*, as mesmas recaíram maioritariamente no ramo Vida, com especial relevância para a análise dos Documentos de Informação Fundamental dos designados PRIIPs, cuja notificação prévia à ASF passou a ser obrigatória a partir de 1 de agosto de 2018¹⁸. Com este diploma ocorreu, na mesma data, a reversão das competências de supervisão comportamental dos seguros ligados a fundos de investimento da CMVM para a ASF.

No âmbito dos seguros e operações de capitalização, prosseguiu-se com a monitorização da informação divulgada nos *sites* das empresas de seguros, nomeadamente sobre os prazos e condições de pagamento do valor de resgate e do valor de reembolso no vencimento do contrato, e relativamente aos seguros PPR, PPE ou PPR/E, não ligados a fundos de investimento, acompanhou-se a divulgação de rentabilidades e comissões no sítio da ASF na Internet.

¹³ Uma vez que o número de reclamações tratadas em sede de supervisão comportamental tem vindo a diminuir, também o número de ações deste tipo tem sido mais reduzido.

¹⁴ Na sequência do Decreto-Lei n.º 134/2009, de 2 de junho.

¹⁵ Foram analisados os procedimentos instituídos no âmbito dos sinistros, em especial na cobertura de internamento hospitalar.

¹⁶ Foi reforçado o acompanhamento dos procedimentos e práticas instituídas, mediante uma análise que abrange a concepção de produtos, o ciclo de vicissitudes a que o contrato está sujeito, a atuação dos prestadores externos e a gestão dos sinistros.

¹⁷ Foco na análise do cumprimento dos prazos de regularização de sinistros previstos no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, mediante a análise de processos de sinistro e do cruzamento dos elementos deles constantes com os dados reportados anualmente pelas empresas de seguros, paralelamente à verificação de toda a tramitação processual inerente a estes processos.

¹⁸ Cf Lei n.º 32/2018, de 20 de julho.

A ASF prosseguiu ainda a monitorização das publicações obrigatórias da responsabilidade das entidades supervisionadas e dos procedimentos adotados no âmbito da política antifraude e da prevenção e repressão do BCFT, bem como das recomendações emitidas pelo provedor dos clientes das empresas de seguros¹⁹.

Deu-se também seguimento ao controlo da informação reportada pelas empresas de seguros para efeitos do registo central de contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização²⁰, e o reporte à ASF sobre a gestão de reclamações, levado a cabo pelas empresas de seguros.

Assumiram também especial relevo as ações *off-site* que recaíram sobre a política de remunerações das empresas de seguros, bem como sobre a comercialização de novos produtos do ramo Vida, sendo que, no âmbito dos ramos Não Vida, continuaram a ser monitorizadas as informações reportadas periodicamente pelas empresas no âmbito do sistema de controlo de prazos de regularização de sinistros automóvel²¹.

São ainda de realçar as seguintes análises transversais levadas a cabo através da utilização de inquéritos/levantamento de procedimentos dos diversos operadores:

- tipologia e procedimentos associados às averiguações no âmbito do seguro de responsabilidade civil automóvel;
- análise sobre o funcionamento dos centros telefónicos de relacionamento das empresas de seguros (*call centers*).

Autorizações e registo – Seguros

Em 2018 não foi iniciado qualquer processo de autorização de novas empresas de seguros²². Verificou-se, ainda, a estabilização dos processos de registo de órgãos sociais, diretores de topo e responsáveis por funções chave de empresas de seguros, desencadeados pela entrada em vigor da Norma Regulamentar n.º 3/2017-R, de 18 de maio.

De salientar, também no âmbito da apreciação da adequação e idoneidade das pessoas objeto de registo junto dos supervisores financeiros (nacionais e da UE), um reforço acentuado da cooperação e troca de informações entre supervisores, tendo a ASF sido, em 2018, objeto de 391 consultas, a maior parte das quais promovidas pelo BdP e pela CMVM.

No contexto da perspetiva de saída do Reino Unido da UE verificou-se, em 2018, relativamente aos anos anteriores, um aumento significativo de notificações de sucursais de empresas de seguros com sede noutros Estados-Membros da UE, para operar em Portugal ao abrigo do regime de livre estabelecimento, e de notificações de transferência de carteiras transfronteiriças, entre empresas de seguros.

¹⁹ Previsto no artigo 158.º do RJASR aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

²⁰ Previsto no Decreto-Lei n.º 384/2007, de 19 de novembro.

²¹ Cf. Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.

²² Embora se encontre em análise um processo iniciado em 2017.

No que concerne aos seguros obrigatórios, até ao final de 2018, encontravam-se reconhecidos pela ASF 737 seguros obrigatórios, tendo-se verificado que neste ano foram objeto de declaração de conformidade legal, nos termos do artigo 39.º do RJASR, 119 apólices²³. Salientamos um aumento muito significativo de processos de reconhecimento de seguros obrigatórios, determinados pela revisão, por vários grupos seguradores, das apólices por si comercializadas, o que justifica a inexistência do correspondente aumento de seguros obrigatórios objeto de declaração de conformidade.

A título ilustrativo, o quadro *infra* indica, para o último triénio, o número de processos originados por requerimentos apresentados por empresas de seguros nacionais e notificações provenientes de autoridades de supervisão de outros Estados-Membros da UE.

Quadro 6 – Evolução do número de autorizações e notificações – Seguros

	2016	2017	2018
Autorização para alteração de estatutos	20	16	13
Autorização para exploração de novos ramos ou modalidades	0	1	1
Autorização de novas seguradoras	1	1	0
Autorização de fusão e dissolução de seguradoras	2	1	2
Autorização para aquisição de participações qualificadas	4	16	7
Notificação de novos titulares de órgãos sociais	79	66	81
Notificação de titulares de funções chave e diretores de topo	-	50	42
Consultas com outros supervisores sobre <i>fit and proper</i>	181	222	391
Notificação de sucursais de empresas comunitárias em Portugal	0	1	7
Notificação de LPS comunitárias em Portugal	70	44	57
Notificação de LPS de seguradoras portuguesas	8	4	10
Notificação de transferências de carteiras (seguradoras da UE)	17	26	47
Registo de apólices de seguros obrigatórios	174	118	292
Certificação de atuários responsáveis de seguradoras	40	10	0
Autorização de não constituição integral de provisão para riscos em curso	5	6	4

2. MEDIAÇÃO

A supervisão da atividade de mediação de seguros incide sobre o exercício da atividade no território da UE dos mediadores de seguros registados em Portugal, assim como sobre o cumprimento das condições de exercício da atividade fundadas em razão de interesse geral dos mediadores de seguros registados em outro Estado-Membro e autorizados a

²³ 89 correspondentes a pedidos de seguradoras nacionais, 24 correspondentes a pedidos de sucursais de empresas de seguros com sede fora do território nacional e 6 correspondentes a pedidos de empresas de seguros em regime de livre prestação de serviços em Portugal.

exercer atividade em Portugal, através de sucursal ou em regime de livre prestação de serviços.

Atenta a extensão do universo de mediadores de seguros, a alocação dos recursos bem como o planeamento da atividade de supervisão são realizados em função do risco, priorizando os operadores e/ou áreas que revelem falhas sistemáticas/gravosas e que representem potenciais danos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários de seguros.

Principais atividades de 2018

Em 2018, tendo por base o risco apurado, 84% da atividade de supervisão da mediação de seguros foi conduzida através do acompanhamento de casos *off-site*, e 16% através de ações *on-site* de situações e temáticas que exigiram uma observação direta pelas equipas de técnicos nas instalações de mediadores de seguros.

Considerando a estratégia e o propósito da atividade de supervisão *on-site*, 54% destas ações revestiram a forma credenciada (com ou sem aviso prévio), e 46% revestiram a forma não credenciada ("cliente-mistério").

Entre as principais matérias analisadas nas ações de supervisão *on-site* contam-se a verificação do exercício não autorizado da atividade de mediação de seguros (em especial por mediadores com registo cancelado) e a análise de sistemas de comercialização através de redes de distribuição e/ou com recurso a estabelecimentos abertos ao público de entidades terceiras.

Autorizações e registo – Mediação

A gestão do registo dos mediadores de seguros e de resseguros envolveu, em 2018, a análise de 8 872 pedidos submetidos, quer por intermédio de uma empresa de seguros quer, diretamente, pelo próprio mediador de seguros ou de resseguros.

O quadro *infra* identifica os vários pedidos submetidos e analisados nos últimos três anos, no que ao registo dos mediadores respeita, constatando-se um ligeiro aumento do total dos pedidos e uma particular redução de pedidos de mudanças de categoria.

Quadro 7 – Evolução do número de autorizações e notificações – Mediação

	2016	2017	2018
Inscrição no registo	1 284	1 125	1 071
Alteração do registo	4 647	4 810	4 774
Mudança de categoria	161	174	82
Suspensão de registo	1 688	109	576
Levantamento de suspensão de registo	852	124	274
Início de atividade em Portugal, através de LPS ou Sucursal	525	514	508
Cessação de atividade de mediadores em Portugal, através de LPS ou Sucursal	104	137	203
Início de atividade fora de Portugal, através de LPS ou Sucursal	49	25	43
Cancelamento de atividade fora de Portugal, através de LPS ou Sucursal	6	0	2
Participações qualificadas	5	7	4
Cancelamentos vários (registo, contrato, seguradora responsável, entidade patronal)	-	1 279	1 335
TOTAL	9 321	8 304	8 872

A redução dos pedidos de mudanças de categoria verificou-se, sobretudo, nos pedidos de mediadores de seguros ligados, situação que poderá ter estado associada à então iminência da transposição da DDS, que antevia a conversão automática desta categoria para a categoria de agente de seguros.

Por outro lado, a gestão do registo não se esgota na análise dos pedidos, abrangendo ainda o controlo officioso e sistemático que a ASF efetua nos registos dos mediadores, a par com a análise da informação reportada pelas empresas de seguros, e ainda, da avaliação sistemática, do ponto de vista económico-financeiro, da adequação da estrutura económico-financeira ao exercício da atividade dos corretores de seguros, tendo neste contexto, sido detetadas 3 153 situações irregulares em 2018, que constituíam fundamento para suspensão ou cancelamento dos registos.

Em consequência, a ASF notificou os mediadores de seguros com vista à supressão de tais irregularidades, tendo esta diligência conduzido à regularização de 1 332 situações, a 592 suspensões e a 1 229 cancelamentos de registos²⁴, números que demonstram, *de per se*, a relevância da continuidade deste tipo de controlo officioso, e que comparados com os dados do ano anterior, em que se desencadeou semelhante processo, permitem concluir pela tendência de decréscimo²⁵.

O quadro seguinte detalha, com indicação dos respetivos motivos, as suspensões e cancelamentos officiosos ocorridos em 2018.

²⁴ Sem prejuízo de posterior anulação de parte de tais suspensões e cancelamentos por prova superveniente do cumprimento das condições de acesso e exercício da atividade de mediação.

²⁵ Em 2017 verificaram-se 1 224 casos de suspensões officiosas e 1 768 casos de cancelamentos officiosos.

Quadro 8 – Número de suspensões e cancelamentos oficiais por motivo

	Cancelamentos oficiais	Suspensões oficiais
Mediador ligado sem contrato com seguradora < 1 ano	-	592
Mediador ligado sem contrato com seguradora > 1 ano	343	-
Falta de seguro de responsabilidade civil profissional	453	-
Impossibilidade de contacto por período superior a 90 dias	182	-
Incumprimento de condições de acesso/exercício (*)	180	-
Outros motivos (**)	71	-
Total	1 229	592

(*) após levantamento da suspensão a pedido do mediador

(**) falta de técnico responsável, idoneidade, e-mail, seguradora responsável

Cursos de Formação de Seguros

No âmbito dos cursos de formação de seguros, no final de 2018, existiam 185 cursos reconhecidos na ASF distribuídos por 30 entidades promotoras de cursos. No ano de 2018 não houve um número significativo de requerimentos apresentados pelas entidades formadoras para reconhecimento de novos cursos. Na sua maioria, os requerimentos apresentados pelas entidades recaíram sobre alterações aos cursos reconhecidos, sobretudo, em relação ao corpo de formadores.

Em 2018, a ASF procedeu, por iniciativa oficiosa, ao cancelamento de alguns cursos de formação de seguros, uns por caducidade no decurso do tempo sem que as entidades promotoras procedessem à sua implementação e outros por falta de cumprimento dos requisitos mínimos no decurso do seu funcionamento.

O quadro *infra* identifica os processos analisados, no que respeita aos cursos de formação de seguros.

Quadro 9 – Evolução do número de processos analisados – Cursos de formação

Processo	2016	2017	2018
Reconhecimentos de cursos	1	1	12
Alterações aos reconhecimentos de cursos	12	40	52
Cancelamentos	0	10	14

3. FUNDOS DE PENSÕES

No que respeita à **supervisão prudencial**, a ASF dispõe, com base aos elementos que lhe são reportados pelas entidades supervisionadas, de um conjunto de indicadores de alerta de riscos com a finalidade de quantificar, objetiva e transversalmente, o perfil de risco de cada fundo de pensões. Esta quantificação permite levar a cabo análises específicas de fundos que exigem um maior acompanhamento.

Adicionalmente, é ainda realizada uma análise combinada dos elementos contratuais, contabilísticos, financeiros, estatísticos e atuariais, de modo a poderem ser identificadas situações decorrentes de uma análise individualizada desses elementos.

Tendo em conta o papel desempenhado pelos atuários responsáveis e os revisores oficiais de contas, não só no reconhecimento e na mitigação dos riscos, mas também na avaliação dos seus possíveis impactos na solidez financeira e na solvência dos fundos de pensões, a ASF procura reforçar continuamente os contactos com aquelas duas estruturas de governação dos fundos de pensões.

Há igualmente a mencionar que em 2018 se continuou a verificar a tendência de transformação de planos de benefício definido em planos de contribuição definida, evolução que exige uma atenção acrescida para os fundos de pensões e as adesões coletivas que financiam esse último tipo de planos. A sua supervisão tem-se consubstanciado não só em termos do cumprimento da regularidade e do montante das contribuições realizadas, como também na análise da adequação dos valores em risco às estratégias de aplicações financeiras estabelecidas nas políticas de investimento.

À semelhança do já referido anteriormente para os fundos de pensões, a ASF continuou a privilegiar as relações com os responsáveis das entidades gestoras, em muito justificadas com o intuito de assegurar padrões adequados de gestão diligente e profissional e evitar a ocorrência de situações de conflitos de interesses. Assim, é possível compatibilizar a estrutura das carteiras dos fundos de pensões com os objetivos e as especificidades dos mesmos e ainda continuar a assegurar a defesa dos interesses dos contribuintes, participantes e beneficiários.

Em sede da **supervisão comportamental**, a ASF segue, no caso dos fundos de pensões e das respetivas entidades gestoras, uma abordagem semelhante à seguida nos seguros²⁶, ou seja, assente em três tipos de ação: *on-site* credenciada, *on-site* não credenciada ("cliente-mistério") e *off-site*. Contudo, pelas especificidades do negócio, as ações do tipo "cliente-mistério" não se mostram adequadas contrariamente ao que sucede com as empresas de seguros.

Por sua vez, na avaliação do risco na gestão dos fundos de pensões é também utilizada uma metodologia distinta. Para além do risco global, que decorre da análise, de entre outros fatores, do tipo e do número de fundos geridos, e dos respetivos montantes, uma parte significativa das ações de supervisão desenvolvidas tem na sua origem as situações

²⁶ Vide ponto '1. Seguros' do capítulo 'D. Atividades desenvolvidas ao nível da supervisão' do presente relatório.

expostas por participantes e beneficiários de fundos de pensões, ou mesmo de representantes das comissões de acompanhamento²⁷.

Principais atividades de 2018

No âmbito da **supervisão prudencial** continuam a ser privilegiadas tanto a área de investimentos como a das responsabilidades dos fundos de pensões, conforme se procura seguidamente explicar:

- Na área dos investimentos, para além do controlo da valorimetria atribuída pelas entidades gestoras e da verificação das regras de diversificação e dispersão prudenciais, mantém-se o acentuado nível de vigilância dos princípios gerais de uma gestão financeira prudente. Ademais, continua a monitorizar-se regularmente o cumprimento das políticas de investimento, dando prioridade aos fundos de pensões abertos, uma vez que estes são veículos vocacionados para a comercialização aberta junto dos consumidores, tanto individuais como coletivos.

A ASF prossegue ainda com a abordagem substantiva orientada para a qualidade dos ativos financeiros que compõem o património dos fundos e os riscos que lhes são intrínsecos. Esta permite-lhe garantir que esses ativos não colidem com a proteção dos interesses dos contribuintes, participantes e beneficiários, nem com a credibilidade e a estabilidade do mercado nacional de fundos de pensões. Sob este objetivo, é efetuada uma análise pormenorizada à utilização e avaliação de produtos derivados, bem como de valores mobiliários considerados financeiramente mais inovadores ou complexos e que integram o risco de inovação.

Em 2018 continuou a privilegiar-se, no processo de supervisão prudencial dos fundos de pensões, a abordagem baseada nos riscos financeiros associados às carteiras de investimento e nos riscos de taxa de juro e de longevidade intrínsecos às responsabilidades decorrentes dos planos de pensões.

No processo de supervisão são quantificados os principais riscos financeiros a que as carteiras dos fundos de pensões se encontram expostas, designadamente os riscos de taxa de juro, acionista, imobiliário, cambial, de crédito *spread*, de concentração, de liquidez e de inovação, tendo-se verificado que, para a generalidade dos fundos de pensões, a respetiva estrutura de exposição às diferentes categorias de riscos manteve-se semelhante à do ano anterior.

²⁷ Previstas no artigo 53.º do regime de constituição e funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, e republicado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro (posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 127/2017, de 9 de outubro, e pela Lei n.º 35/2018, de 20 de julho). Note-se que o cumprimento do plano de pensões e a gestão do respetivo fundo de pensões, no caso de fundos de pensões fechados e de adesões coletivas aos fundos de pensões abertos que abranjam mais de 100 participantes, beneficiários ou ambos, são verificados por uma comissão de acompanhamento do plano de pensões, constituída por representantes do associado e dos participantes e beneficiários.

Em termos genéricos constatou-se que os montantes em risco dos fundos de pensões permaneceram nos patamares de 2017²⁸. Para a totalidade do mercado de fundos de pensões, o correspondente montante, corrigido dos efeitos de diversificação e da exposição dos instrumentos financeiros derivados, representava cerca de 19% do valor total dos fundos de pensões, continuando o risco acionista a ser aquele que mais contribui para aquela percentagem.

- No domínio das responsabilidades dos fundos de pensões fechados e das adesões coletivas a fundos de pensões abertos que financiam planos de benefício definido ou mistos, bem como planos de benefícios de saúde²⁹, continuou-se a análise do cumprimento das regras em vigor relativas ao cálculo das responsabilidades. Por outro lado, foi efetuada a avaliação das responsabilidades financiadas por determinados fundos fechados e adesões coletivas, com o objetivo de comprovar a sua correta quantificação e o respetivo financiamento.

Foi ainda acompanhado, com base na informação reportada, o financiamento dos fundos de pensões e das adesões coletivas que financiam planos de benefício definido ou mistos, tendo-se concluído que, em termos gerais, aquele se manteve ao mesmo nível do ano transato.

À semelhança do referido anteriormente, no que toca às responsabilidades dos planos de pensões de benefício definido, o processo de supervisão está orientado também para os riscos. Para tal utiliza-se uma ferramenta para estimar as responsabilidades que se baseia na informação sobre as características dos veículos de financiamento dos planos de pensões. A ferramenta de estimação das responsabilidades permite efetuar análises transversais e, em especial, realizar testes de sensibilidade³⁰, que compreendem a mensuração do impacto no montante das responsabilidades, e consequentemente no nível de financiamento dos fundos ou adesões, causado por variações nos pressupostos de cálculo. Além de ser usada como ferramenta de consulta no processo de supervisão das responsabilidades, ela serve como utensílio de suporte a alguns processos de autorização contratuais.

De forma a aferir a articulação do alinhamento das estratégias de investimento às responsabilidades dos fundos de pensões, realizam-se alguns testes cujos resultados oferecem uma avaliação tão completa quanto possível da adequação ativo-passivo. Para confirmar que os fundos de pensões são geridos numa

²⁸ Evolução determinada mediante a utilização de uma ferramenta de cálculo da estimativa do valor em risco (VaR), em que se atribui um indicador para cada área de risco individual, assim como um indicador global de risco para cada fundo de pensões. Mensuram-se igualmente os níveis de risco e o VaR por classe de ativos, mais precisamente para os títulos de dívida, os valores acionistas, as aplicações imobiliárias, a liquidez, os investimentos alternativos e os produtos derivados.

²⁹ Fundos e adesões que representavam, no final de 2018, 88% do valor total dos fundos de pensões.

³⁰ Com o propósito de proceder à estimação acima mencionada, são concebidos diferentes cenários, referentes nomeadamente às taxas de desconto das responsabilidades e ao decréscimo de mortalidade, avaliando-se para o efeito a adequação das taxas de desconto às durações das responsabilidades com a população ativa e com a população reformada. As durações são estimadas com base nos dados populacionais, considerando os benefícios concedidos pelos planos de pensões.

perspetiva de longo prazo e orientados para objetivos de segurança, qualidade e liquidez das aplicações financeiras, os testes são efetuados com o intuito de se verificar se as estratégias de investimento estão alinhadas com a estrutura populacional, o perfil de risco das responsabilidades e o correspondente nível de financiamento.

Em 2018 a atividade de **supervisão comportamental** continuou a centrar-se nos fundos de pensões fechados e nas adesões coletivas a fundos de pensões abertos, uma vez que apenas em agosto desse ano, ocorreu a reversão das competências de supervisão comportamental das adesões individuais a fundos de pensões abertos da CMVM para a ASF³¹.

Assim, nas ações *on-site* foi privilegiada a prestação de informação aos participantes, beneficiários e comissões de acompanhamento e nas ações *off-site* deu-se especial relevância à análise de montantes pagos por subsídios por morte e ao *follow-up* de ações *on-site* efetuadas em anos anteriores, tendo-se também prosseguido a monitorização de publicações obrigatórias da responsabilidade das entidades supervisionadas.

Autorizações e registo – Fundos de pensões

O número de processos de constituição de fundos de pensões e adesões coletivas (sujeitos a autorização ou mera notificação) registou um aumento de cerca de 10%, apesar de, por outro lado, em 2018 se ter verificado o dobro do número de extinções (incluindo de quotas-partes de fundos de pensões e adesões coletivas) que no ano anterior. Refira-se, no entanto, que dos 74 processos de extinção, cerca de 30% se referem a transferência para outros fundos de pensões ou adesões coletivas, não resultando na cessação dos respetivos planos de pensões.

No final do ano de 2018 existiam 139 fundos de pensões fechados (140 no final do ano de 2017) e 90 fundos de pensões abertos (84 no final do ano de 2017).

O quadro seguinte indica o número de processos originados por requerimentos apresentados por empresas de seguros nacionais e notificações recebidas pela ASF.

³¹ Cf. previsto pela Lei n.º 32/2018, de 18 de julho.

Quadro 10 – Evolução do número de processos de autorização – SGFP e fundos de pensões

	2016	2017	2018
Sociedades gestoras de fundos de pensões			
Autorização para alteração de estatutos	4	7	5
Autorização para aquisição de participações qualificadas	4	2	3
Certificação de atuários responsáveis de fundos de pensões	3	2	0
Notificação de novos titulares de órgãos sociais	22	13	12
Fundos de pensões			
Constituição de adesões coletivas e fundos de pensões – autorização	8	18	21
Constituição de adesões coletivas e fundos de pensões – notificação	75	61	66
Alteração de contratos – autorização	46	74	58
Alteração de contratos – notificação	140	137	138
Extinção de fundos de pensões/adesões coletivas e quotas-partes – autorização	25	30	57
Extinção de fundos de pensões/adesões coletivas e quotas-partes – notificação	15	7	17
Transferência de gestão de fundos de pensões – notificação	4	7	5

4. PUBLICIDADE E NOVOS CANAIS

No âmbito das suas competências, a ASF continuou o processo de monitorização sistemática da **publicidade** dos anúncios emitidos pelos operadores supervisionados por forma a garantir o cumprimento dos padrões de conduta adequados nesta matéria. Essa monitorização realizou-se à luz das regras legais e regulamentares em vigor, entre as quais se destaca a Norma Regulamentar n.º 3/2010-R, de 18 de março, que consubstancia o quadro normativo aplicável à publicidade divulgada em qualquer meio ou suporte, designadamente a rádio, televisão, imprensa, sítios na Internet, cartazes, folhetos, entre outros.

Como tem sido procedimento habitual, nos casos em que se verificou o incumprimento das regras aplicáveis, a ASF continuou a privilegiar a correção atempada das irregularidades detetadas, sobretudo baseada na rápida intervenção relativamente a situações com maior potencial de impacto negativo para os consumidores, nomeadamente através da alteração dos conteúdos das campanhas publicitárias em causa.

A supervisão da **comercialização à distância** continuou a realizar-se numa base de análise de situações de risco, usualmente relacionadas com a publicidade ou que chegam, de outro modo, ao conhecimento da ASF.

A inovação e a tecnologia têm sido os motores da mudança que, nos últimos anos, tem trazido um desenvolvimento sem precedentes na desmaterialização e na digitalização da

economia. O setor financeiro, por natureza já bastante desmaterializado, é um dos que mais sentiu o impacto da digitalização.

A difusão dos computadores e da internet, que se tornaram acessíveis a quase todas as pessoas e a sua combinação em *smartphones* progressivamente mais disruptivos e funcionais, colocaram os serviços financeiros na mão de cada atual ou potencial cliente.

5. **INSURTECH**

No âmbito financeiro, o fenómeno tem-se vindo a designar por *Fintech* e, mais especificamente, na área seguradora por **Insurtech**. Com uma rapidez extraordinária, vão sendo cunhados novos termos como *Regtech* e *Suptech*, relativos à aplicação da tecnologia à regulação e supervisão.

No âmbito do mercado segurador, o desenvolvimento tecnológico e digital tem vindo a assumir grande importância. Desde logo, na publicidade. Depois, e mais importante, na avaliação do risco e do sinistro. Encontram-se disponíveis dados que, sendo utilizados, podem determinar decisões que, doutro modo, não seriam possíveis.

Um dos grandes desafios na área seguradora é o aparecimento de novos tipos de seguros, baseados no uso ou no comportamento, cujo preço depende de quanto ou como se conduz, de se ter ou não um estilo de vida saudável, de se ter ou não objetos ou dispositivos que, ligados entre si, permitem a prevenção de sinistros ou a sua rápida mitigação, caso ocorram. Outros são os seguros quase instantâneos, de *on/off*, que são acionados durante pouco tempo, por exemplo, poucas horas, por se perspetivar a possibilidade de um risco para esse período ou situação.

Algumas áreas, como a do seguro automóvel, apresentam desafios específicos. A crescente utilização de veículos sem condutor, ou de condução automática obrigam a questionar a própria natureza do seguro que, até agora, tem sido de responsabilidade civil, isto é, assente no pagamento, por parte do segurador de quem teve culpa no acidente, ao lesado.

Por outro lado, os novos modelos de negócio colaborativos, horizontais, entre pares (*p2p*) que nesta área se assemelham ao mutualismo puro dos primórdios históricos do seguro, levantam questões a que é necessário dar resposta, relacionada com a necessidade de cumprir os requisitos legalmente impostos para o exercício da atividade seguradora.

Principais atividades de 2018

Durante 2018, a ASF esteve particularmente atenta às novas realidades tecnológicas e digitais colaborando com vários organismos, nacionais e internacionais, no sentido do reforço da sua perceção dos diversos fenómenos que estão em causa, bem como de desenvolver a regulamentação que se venha a julgar necessária e adequada.

Existe, no âmbito da supervisão comportamental, um observatório digital em que se recolhem notícias, relatórios e estudos e são analisadas as novas realidades de que se vai tendo conhecimento. Sempre que se justifica, desencadeiam-se as ações de supervisão adequadas.

A ASF tem estado atenta ao mercado procurando compreender o que de inovador, ou mesmo disruptivo, se desenha. São assim do maior interesse as iniciativas que aproximem os reguladores da inovação, já que permitem observar e procurar compreender novas realidades e verificar se existem diferenças estruturais resultantes da sua vertente tecnológica ou se são simplesmente um modo diferente de apresentar algo que substancialmente é idêntico ao que já existe.

Neste contexto, a ASF, o BdP e a CMVM estabeleceram, em 2018, uma parceria conjunta com a *Portugal Fintech*, para a criação de um laboratório de inovação financeira. O *Portugal FinLab* é uma plataforma de comunicação entre inovadores do sector financeiro, sejam *startups* ou instituições incumbentes, e as autoridades reguladoras portuguesas.

A ASF deu, deste modo e conjuntamente com os outros reguladores financeiros, mais um importante passo no sentido de se preparar para os intensos desafios de regulação e supervisão que se avizinham, procurando conhecer as novas realidades e perspetivar o impacto que podem vir, em geral, no setor financeiro e em especial, na área dos seguros e fundos de pensões.

No âmbito internacional, nomeadamente da UE, o Plano de Ação para a Tecnologia Financeira da Comissão Europeia, traça linhas orientadoras rumo a um setor financeiro mais competitivo e inovador. Ainda no âmbito europeu, os reguladores financeiros trabalharam intensamente nesta área³².

Saliente-se, também, que o CNSF tem vindo a assumir um papel de crescente relevância no âmbito da *Fintech* pois está numa posição privilegiada para acolher e orientar trabalhos que, nestas áreas, são frequentemente transversais aos diferentes setores financeiros³³.

A realidade tecnológica e digital evolui a um ritmo extraordinário, impondo aos reguladores e supervisores a ponderação de abordagens diferentes no modo como atuam. Assim, a criação de equipas multidisciplinares e dedicadas a estes temas, o reforço no domínio de ferramentas tecnológicas, a atuação ao nível da compreensão dos novos modelos de negócio disruptivos e de soluções inovadoras que vão surgindo no mercado, facilitam o posicionamento destas instituições face a esta realidade.

³² No setor dos seguros e fundos de pensões, a EIOPA criou, em junho de 2017, um grupo de trabalho específico, a *Insurtech Task Force* (EIOPA-ITF) que tem, desde essa altura, analisado e recolhido informação sobre os principais temas desta área, de que se destacam a computação em nuvem, a identificação de eventuais barreiras à inovação, bem como os facilitadores de inovação existentes no âmbito da UE.

³³ Para dar resposta aos novos desafios da tecnologia e inovação foi criado, em 2018, um grupo de trabalho especialmente dedicado à *Fintech*.

E. POLÍTICA REGULATÓRIA

Nos termos dos seus Estatutos, cabe também à ASF regular a atividade seguradora, resseguradora, de distribuição de seguros, resseguros e fundos de pensões, bem como as atividades conexas ou complementares daquelas.

Esta autoridade exerce ainda funções de apoio técnico e consulta à Assembleia da República e ao Governo, em matérias relativas ao setor segurador e dos fundos de pensões, cabendo-lhe cooperar ou associar-se com as outras autoridades nacionais de supervisão do setor financeiro (BdP e CMVM), designadamente no âmbito do CNSF. Adicionalmente, a ASF participa no SESF, integrando, designadamente, a EIOPA.

Em relação a 2018, indicam-se abaixo as iniciativas regulatórias mais relevantes prosseguidas ou acompanhadas pela ASF, devendo ainda sublinhar-se a resposta a pedidos de parecer provenientes do Governo sobre projetos legislativos ou regulamentares com incidência em alguma matéria com relevância no âmbito das atribuições da ASF.

1. INICIATIVAS REGULATÓRIAS DA ASF

Neste domínio da ASF destaca-se a aprovação de diversas **normas regulamentares**.

Quadro 11 – Normas regulamentares aprovadas em 2018

Norma Regulamentar n.º 1/2018-R, de 11 de janeiro

Prestação de informação pelas entidades supervisionadas à ASF

Altera a Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, a qual disciplina a prestação de informação pelas entidades supervisionadas à ASF para efeitos do exercício das competências de supervisão que lhe estão legalmente cometidas, organizando, complementando e operacionalizando a prestação de informação baseada no regime Solvência II, bem como a prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental em conformidade com o RJASR, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

Considerando que o Regulamento de Execução (UE) n.º 2017/2189, da Comissão, de 24 de novembro de 2017, veio alterar e retificar o Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2450, e que por outro lado, a EIOPA publicou a 18 de junho de 2017 um conjunto de alterações às orientações relativas à prestação de informação para efeitos de estabilidade financeira, tornou-se necessário, ajustar em conformidade a Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto.

Por efeito das alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 1/2018-R, de 11 de janeiro, prevê-se, agora, a obrigatoriedade de as empresas de seguros que explorem a modalidade 'Acidentes de Trabalho' identificarem os investimentos alocados às responsabilidades desta modalidade e a parcela das responsabilidades apuradas com base técnica semelhante às dos seguros de vida, utilizando para o efeito um código de fundo autónomo específico. Adicionalmente, prevê-se a obrigatoriedade de utilização do código de produto na informação a comunicar nos termos previstos na alínea d) do artigo 11.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2450, bem como o aditamento de um anexo à Norma Regulamentar n.º 8/2016 -R, de 16 de agosto, que inclui uma tabela para a construção deste mesmo código.

Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março**Alteração do plano de contas para as empresas de seguros**

Altera o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da ASF, constante do PCES aprovado em anexo à Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro.

Através da presente norma regulamentar determina-se o exercício da opção de diferimento da data de eficácia da IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) até 1 de janeiro de 2021 - permitindo-se um relato ao abrigo da NIC 39 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) - e a atualização do modelo de demonstração do rendimento integral.

Norma Regulamentar n.º 4/2018-R, de 19 de abril**Apólice uniforme do seguro de colheitas para Portugal Continental**

No seguimento da publicação da Portaria n.º 132/2017, de 10 de abril, que alterou o Regulamento do seguro de colheitas e da compensação de sinistralidade, e face às alterações introduzidas pela mesma, revelou-se necessário proceder a ajustamentos das condições gerais e especiais uniformes do seguro de colheitas e das condições gerais dos seguros especiais já previstos naquele Regulamento, bem como ao aditamento de condições gerais uniformes dos novos seguros especiais.

Neste sentido, a ASF, através da Norma Regulamentar n.º 4/2018-R, de 19 de abril, aprovou uma nova apólice uniforme do seguro de colheitas para Portugal Continental.

Norma Regulamentar n.º 8/2018-R, de 28 de dezembro**Pagamento direto de pensões pelos fundos de pensões**

O Decreto-Lei n.º 127/2017, de 9 de outubro, alterou pontualmente o Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, que regula a constituição e o funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões. Entre as alterações introduzidas, estenderam-se as situações em que as pensões resultantes de planos de pensões de contribuição definida podem ser pagas diretamente pelo fundo de pensões, ao invés da respetiva garantia por via de um seguro celebrado em nome e por conta do beneficiário.

Cabendo à ASF definir os termos em que tais pagamentos podem ser processados, esta autoridade aprovou a Norma Regulamentar n.º 8/2018-R, de 28 de dezembro, a qual determina os procedimentos, as regras de cálculo e de financiamento, as opções durante a fase de pagamento da pensão e os deveres de informação inerentes à escolha do pagamento da pensão diretamente pelo fundo de pensões.

Adicionalmente, durante o ano de 2018, a ASF divulgou três **circulares** e sete **cartas-circulares** junto das entidades supervisionadas. Entre estas últimas, três incidiram sobre a temática do BCFT, correspondendo as restantes à divulgação de questionários elaborados pela EIOPA com o objetivo de recolher informação junto dos operadores.

Quadro 12 – Circulares emitidas em 2018**Circular n.º 1/2018, de 25 de outubro**

Da saída do Reino Unido da UE, e caso não venha a existir um acordo político entre a UE e o Reino Unido em contrário, decorre que o Reino Unido deixará de integrar o Mercado Único Europeu, passando a aplicar-se o enquadramento jurídico de país terceiro ao exercício da atividade seguradora por empresas de seguros sedeadas no Reino Unido nos Estados-Membros da UE e por empresas de seguros sedeadas em Estados-Membros da EU no território do Reino Unido, deixando as mesmas de poder exercer atividade ao abrigo da liberdade de estabelecimento ou da liberdade de prestação de serviços.

Tendo presente este contexto, em 21 de dezembro de 2017, a EIOPA emitiu o Parecer sobre a continuidade do serviço na atividade seguradora à luz da saída do Reino Unido da UE e, a 28 de junho de 2018, o Parecer sobre a divulgação aos clientes de informação sobre o impacto da saída do Reino Unido da UE.

Neste âmbito, a ASF emitiu a Circular n.º 1/2018, de 25 de outubro, por forma a solicitar às empresas de seguros e

aos mediadores de seguros sedeados em Portugal que exercem atividade no Reino Unido, assim como às empresas de seguros e aos mediadores de seguros sedeados no Reino Unido que atuem em Portugal, que, considerando o teor dos citados pareceres da EIOPA sobre esta matéria, disponibilizem informação adequada aos tomadores de seguros, segurados e beneficiários, independentemente de se tratar de um novo contrato (a celebrar) ou contrato vigente (incluindo, mas não se limitando aos casos de eventual renovação) sobre:

- a) as possíveis implicações decorrentes da saída do Reino Unido da UE nos contratos de seguro celebrados antes da data de saída;
- b) as medidas de contingência relevantes já adotadas pelas empresas de seguros, bem como eventuais medidas planeadas e a adotar, e respetivo impacto nos contratos de seguro, ou, no caso de não serem adotadas medidas de contingência, essa circunstância e os respetivos motivos subjacentes; e
- c) a continuidade dos seus contratos.

Através da circular mencionada, a ASF solicita, ainda, que as empresas de seguros disponibilizem aos seus canais de distribuição informação que permita o cumprimento dos deveres de informação referidos no ponto anterior.

Circular n.º 2/2018, de 14 de novembro

No quadro das respetivas competências em matéria de supervisão comportamental, a ASF tem vindo a monitorizar o grau de cumprimento dos deveres de prestação de informação contratual pelos operadores no que se refere à atribuição e distribuição de participação de resultados em modalidades de seguro do ramo Vida, tendo sido possível concluir que algumas empresas de seguros disponibilizam ou mantêm clausulados desatualizados e/ou com informação vaga e/ou insuficiente quanto à determinação do montante de participação nos resultados e ao momento da sua distribuição.

A ASF verificou igualmente que os procedimentos de atribuição e distribuição de participação de resultados implementados por alguns operadores não se encontram alinhados com o alcance das cláusulas contratuais acordadas, nem os direitos e as legítimas expectativas dos tomadores de seguros (designadamente, nas situações em que a participação de resultados apenas é atribuída aos contratos que permanecem em vigor no final do ano, sendo excluídos os casos em que ocorreu resgate ou reembolso em momento anterior ao longo desse ano). Acresce que, em algumas circunstâncias, a informação pré-contratual disponibilizada não se afigura inteiramente consistente com os clausulados e/ou com os planos de participação de resultados adotados pelas empresas de seguros.

Assim, nesta circular a ASF considerou conveniente salientar, junto das empresas de seguros autorizadas a explorar o ramo Vida, a necessidade de observância integral do enquadramento jurídico vigente e de revisão dos contratos e da documentação pré-contratual, no sentido da respetiva atualização e, quando aplicável, reformulação, de forma a permitir aos clientes, tomadores de seguro e/ou segurados, um conhecimento completo do produto comercializado e/ou do contrato subscrito e, em particular, das regras relativas à atribuição e distribuição de participação nos resultados e à determinação dos respetivos montantes. Além disso, as empresas de seguros devem igualmente analisar os procedimentos adotados e, se for o caso, proceder às alterações que se mostrem adequadas, de modo a dar cumprimento às condições contratuais acordadas e a salvaguardar as legítimas expectativas dos tomadores de seguros e/ou segurados.

Em especial, foi sublinhado que nos contratos que prevejam a atribuição de participação nos resultados, as condições contratuais devem refletir com clareza (i) os procedimentos que a empresa de seguros adota no cálculo efetivo da participação nos resultados, adaptando-os aos instrumentos jurídicos em vigor [nomeadamente, ao regime jurídico do contrato de seguro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, na sua redação atual, e ao PCES, aprovado em anexo à Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março]; e (ii) a distinção entre participação nos resultados atribuída e participação nos resultados distribuída.

Circular n.º 3/2018, de 14 de novembro

No âmbito da prossecução das suas atribuições, tendo presente o enquadramento jurídico vigente em matéria de transferência de valores de fundos de pensões e de planos de poupança e com base na experiência adquirida no contexto de várias ações de supervisão e de gestão de reclamações que lhe são apresentadas, a ASF entendeu oportuno salientar, através desta circular, o seguinte:

- a) devem ser escrupulosamente cumpridos pelas empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões que exploram os produtos em referência, dentro dos prazos máximos legalmente definidos, os deveres de execução de transferência (total ou parcial) de valores de planos de poupança (PPR, PPE ou PPR/E) entre fundos de poupança, bem como os deveres de informação do participante (respetivamente, 10 dias úteis contados a partir da receção do pedido de transferência e cinco dias úteis contados a partir da data de execução da transferência), não se encontrando prevista no regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E qualquer possibilidade de suspensão legal do prazo.
- b) as empresas de seguros e as sociedades gestoras de fundos de pensões devem assegurar, no plano da gestão de riscos e do controlo interno, a implementação e manutenção de procedimentos e

mecanismos, que lhes permitam: (i) agilizar e tornar mais céleres os atos e processos inerentes à execução de transferências e (ii) identificar riscos e vulnerabilidades ao nível da observância atempada dos deveres de transferência e informação neste domínio, de molde a que sejam adotadas as medidas e os procedimentos necessários para prevenir a ocorrência de irregularidades. Em particular, é de sublinhar a especial importância da adoção de procedimentos de controlo de prazos, de preferência automáticos, por parte das entidades gestoras de fundos de poupança (designadamente, entre as datas de receção e de aceitação do pedido de transferência por parte dos operadores envolvidos, bem como entre as datas de receção e de execução da transferência, e, entre esta última e a data de comunicação ao participante).

- c) na sua qualidade de operadores do setor segurador e dos fundos de pensões, as empresas de seguros e as sociedades gestoras de fundos de pensões encontram-se sujeitas a um conjunto de direitos e deveres recíprocos que, ultrapassando a regulação das suas situações jurídicas, exigem a adoção de boas práticas no relacionamento entre si e no quadro da colaboração institucional, que concorrem para assegurar a estabilidade e eficiência do setor, assim como a proteção dos consumidores. Entre outros, importa destacar o caráter imprescindível da observância atempada e pontual dos deveres adstritos a cada entidade, no contexto de colaboração, sendo os operadores corresponsáveis por zelar pelo cumprimento integral da legislação e regulamentação aplicáveis. Deste modo, sendo a transferência de valores entre planos de poupança suscetível de envolver mais do que um operador, devem estes atuar e cooperar num quadro de confiança mútua, diligenciando no sentido da boa aplicação do enquadramento legal, em prol da defesa dos interesses dos participantes e da estabilidade e eficiência do mercado.

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 47.º dos respetivos Estatutos, a ASF deve promover um processo de **consulta pública** antes da aprovação e publicação das suas normas regulamentares.

Quadro 13 – Consultas públicas divulgadas em 2018

Consulta pública	Descrição
Consulta pública n.º 1/2018	Projeto de norma regulamentar que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo 'Incêndio e elementos da natureza' com início ou vencimento no segundo trimestre de 2018
Consulta pública n.º 2/2018	Projeto de norma regulamentar que aprova a apólice uniforme do seguro de colheitas para Portugal Continental
Consulta pública n.º 3/2018	Projeto de norma regulamentar que altera o PCES
Consulta Pública n.º 4/2018	Projeto de norma regulamentar que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo 'Incêndio e elementos da natureza' com início ou vencimento no terceiro trimestre de 2018
Consulta pública n.º 5/2018	Projeto de norma regulamentar que define os termos em que as pensões resultantes de planos de pensões de contribuição definida podem ser pagas diretamente pelo fundo de pensões
Consulta pública n.º 6/2018	Projeto de norma regulamentar que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo 'Incêndio e elementos da natureza' com início ou vencimento no quarto trimestre de 2018
Consulta pública n.º 7/2018	Projeto de norma regulamentar que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo 'Incêndio e elementos da natureza' com início ou vencimento no primeiro trimestre de 2019
Consulta pública n.º 8/2018	Projeto de norma regulamentar que altera a apólice uniforme do seguro de colheitas para Portugal Continental

2. INICIATIVAS LEGISLATIVAS NACIONAIS

Em 2018 as atividades desenvolvidas ao nível das iniciativas legislativas nacionais foram as seguintes:

- **Regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros**

A ASF prestou as funções de apoio técnico necessárias ao Governo, tendo sido também ouvida pela Assembleia da República no âmbito da discussão e análise da proposta de lei³⁴ que procede à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva (UE) n.º 2016/97, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de janeiro, sobre a DDS.

Com referência ao RJDS, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, importa referir que o âmbito da atividade abrangida não se altera de forma relevante face ao regime constante do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho (RJMS), mas para além das atividades exercidas pelos mediadores de seguros ou de resseguros, o regime regula, agora, tais atividades quando exercidas diretamente pelas empresas de seguros ou de resseguros. Por outro lado, ainda que por via interpretativa já se pudesse defender que alguns sítios na Internet comparativos de seguros estavam sujeitos ao RJMS, sempre que revestissem as características da atividade regulada nesse enquadramento, prevê-se agora em que circunstâncias um sítio na Internet que compare condições contratuais ou prémios de seguro é considerado distribuição de seguros.

No que se refere às atividades que, não obstante se qualificarem como de distribuição de seguros se encontram excluídas do âmbito de aplicação do regime, de acordo com critérios de proporcionalidade, e conforme resulta da Diretiva³⁵, a isenção fica um pouco mais ampla por comparação com o anterior regime, na medida em que:

- se alarga a complementaridade a produtos de seguros associados à prestação de serviços que não apenas de viagem, designadamente de não uso de um serviço;
- estende-se a possibilidade de cobertura de vida e responsabilidade civil também para lá dos seguros de viagem (uma vez que a limitação passa agora a constar do próprio conceito de mediador de seguros a título acessório);
- verifica-se um aumento do valor do prémio, mais relevante no caso de o seguro ser complementar de um serviço, e a duração desse serviço for igual ou inferior a três meses, caso em que deixa de ser calculado numa base anual *pro rata*;
- deixa de se limitar a duração do contrato a cinco anos.

³⁴ <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=42801>

³⁵ Ainda que, por opção nacional, a distribuição de seguros isentos se restrinja a seguros não obrigatórios.

No entanto, por confronto com o regime anterior verifica-se que ainda que a atividade fique isenta, passam a existir exigências mínimas impostas à empresa de seguros ou ao mediador de seguros que exerça atividade de distribuição de seguros através de um mediador de seguros acessório isento, designadamente:

- a) de informação sobre a sua identidade e endereço;
- b) de informação sobre modalidades e procedimentos de reclamação;
- c) de estabelecer mecanismos apropriados e proporcionados para assegurar o cumprimento de princípios gerais em matéria de conduta de mercado e de vendas associadas e para ter em conta as exigências e as necessidades do cliente antes de o contrato lhe ser proposto;
- d) de fornecimento do documento de informação sobre o produto de seguros.

Por outro lado, a ASF passa a estar dotada de poderes específicos face a estes operadores, podendo obter informações pormenorizadas sobre a atividade de distribuição de seguros ou de resseguros através, nomeadamente, da recolha de dados ou da exigência de documentos relativos ao exercício da atividade de distribuição e ainda proceder a inspeções nas instalações das pessoas abrangidas pela exclusão.

A lei procede a uma alteração das categorias de mediadores de seguros é, no entanto, efetuada sem prejuízo dos direitos adquiridos dos mediadores de seguros ligados já registados. De facto, opera-se a conversão automática do registo na categoria de mediador de seguros ligado ao abrigo da subalínea *i)* da alínea *a)* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, na categoria de agente de seguros e do registo na categoria de mediador de seguros ligado ao abrigo da subalínea *ii)* da mesma disposição na categoria de mediador de seguros a título acessório. Dado que as instituições de crédito e empresas de investimento não podem, por força do disposto na DDS, integrar a categoria de mediador de seguros a título acessório, quando registadas como mediador de seguros ligado, independentemente da modalidade, figurarão no registo como agentes de seguros. Este processo de conversão automática, que pretende reduzir os ónus administrativos a todos os intervenientes no processo, não impede que os mediadores de seguros visados optem pelo registo noutra categoria, caso entendam mais adequado ao seu modelo de negócio.

Os distribuidores de seguros serão, assim, qualificados em três categorias: mediador de seguros (subdividida em agente de seguros e corretor de seguros), mediador de seguros a título acessório e empresa de seguros.

Em relação aos requisitos de informação e de conduta da atividade, registam-se alterações relevantes face ao regime anterior, não obstante este apresentar já bastante densidade. Para além do incremento dos deveres de informação, relevando, em particular pelo seu carácter inovatório, a exigência de elaboração e entrega de um documento de informação sobre o produto de seguros nos ramos Não Vida, o objetivo principal neste domínio respeita à prevenção de conflitos de interesses do distribuidor de seguros.

Ao abrigo do regime resultante da transposição da DSS pretende-se garantir que os distribuidores de seguros não são remunerados, nem remuneram ou avaliam o desempenho dos seus empregados, de um modo que colida com o seu dever de agir de acordo com os melhores interesses dos seus clientes. Não podem, designadamente, recorrer a mecanismos de remuneração, de objetivos de vendas ou de outro tipo, suscetíveis de constituir um incentivo, para si ou para os seus empregados, à recomendação de um determinado produto de seguros a um cliente, quando o distribuidor de seguros poderia propor um produto de seguros diferente que correspondesse melhor às necessidades desse cliente. O regime passou também a prever um dever de informação do distribuidor de seguros ao cliente sobre a remuneração, independentemente de solicitação deste.

Por outro lado, reforça-se o princípio de que o distribuidor de seguros tem um especial dever de aferir a adequação do produto ao segurado. O grau de exigência comum à distribuição de todo o tipo de produtos de seguros impõe o dever de o distribuidor de seguros, tendo em conta as informações obtidas do cliente, as respetivas exigências e as necessidades informar, de modo correto e pormenorizado e de acordo com o exigível pela respetiva categoria, com a complexidade do tipo de produto proposto e com o tipo de cliente, sobre o contrato ou os contratos de seguro mais convenientes à transferência de risco ou ao investimento de modo a permitir que o cliente tome uma decisão informada. Nos produtos de investimento com base em seguros, o teste de adequação e apreciação do caráter apropriado do produto reveste-se de maior densidade, atendendo à natureza dos produtos.

Ainda neste ponto, salientam-se também os requisitos de supervisão e governação dos produtos de seguros, embora parte do regime já tenha sido antecipado no artigo 153.º do RJASR, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que estabelece princípios gerais de conduta de mercado a respeitar pelas empresas de seguros na sua atuação. Para garantir a adequada transposição do disposto nesta matéria na DDS altera-se a referida disposição do RJASR e, para assegurar a consistência do regime, o RJDS remete para aquela.

É também de destacar, a fixação de requisitos adicionais para a atividade de distribuição de produtos de investimento com base em seguros. Por impulso da Diretiva n.º 2014/65/UE, a DDS veio prever um capítulo específico sobre a distribuição destes produtos, fazendo acrescer aos deveres comuns à comercialização de um produto de seguros, deveres especiais no domínio da prevenção e gestão de conflitos de interesses, de informação, da remuneração e da avaliação da adequação e do caráter apropriado do produto.

Cabe ainda referir que embora não se verifiquem alterações estruturais em matéria de procedimento de registo para efeitos de acesso à atividade de mediação de seguros, verifica-se uma significativa densificação do regime aplicável ao exercício de atividade transfronteiras, bem como a consagração de mais poderes de intervenção da autoridade competente do Estado-Membro de acolhimento.

Num último ponto, cabe mencionar o artigo 50.º do RJDS cuja *ratio* é clarificar o previsto no RJCS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, em

matéria de poderes de representação, no que se refere a 'comunicações através de mediador de seguros'.

- **Trabalhos de transposição da Diretiva relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais**

Prossegução dos trabalhos da ASF inerentes à preparação do anteprojeto de diploma de transposição da Diretiva (UE) n.º 2016/2341, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, relativa às atividades e à supervisão das IRPPP, e reformulação da Diretiva n.º 2003/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de junho de 2003, relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais.

3. INICIATIVAS LEGISLATIVAS DA UE

A ASF acompanha os projetos regulatórios desenvolvidos internacionalmente, nomeadamente aqueles com impacto no setor segurador e dos fundos de pensões, entre os quais se destacam as iniciativas abaixo.

- **Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (*Pan-European Personal Pension Product*)**

A 29 de junho de 2017, a CE publicou a sua proposta para a adoção do regime aplicável a um Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (*pan-european personal pension product*). Nos termos desta proposta, cujo processo legislativo tem sido acompanhado pela ASF, pretende-se fomentar o funcionamento do mercado interno para os produtos individuais de reforma, visando-se contrariar, com esta iniciativa, o elevado grau de fragmentação entre os mercados nacionais e o grau limitado de portabilidade dos produtos individuais de reforma.

A 13 de fevereiro de 2019 os representantes permanentes dos Estados-Membros da UE aprovaram a proposta de regulamento apresentada pela CE relativo ao Produto Individual de Reforma Pan-Europeu, à qual se segue a aprovação formal pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia.

- **Reforma do modelo europeu de supervisão financeira**

A ASF continuou a acompanhar o processo legislativo da CE, com início em 2017, relativo às seguintes propostas:

- a) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Bancária Europeia); o Regulamento (UE) n.º 1094/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma); o Regulamento (UE) n.º 1095/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados), o Regulamento (UE) n.º 345/2013 relativo aos fundos

européus de capital de risco; o Regulamento (UE) n.º 346/2013 relativo aos fundos europeus de empreendedorismo social; o Regulamento (UE) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros; o Regulamento (UE) 2015/760 relativo aos fundos europeus de investimento a longo prazo; o Regulamento (UE) 2016/1011 relativo aos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros ou para aferir o desempenho de fundos de investimento; e o Regulamento (UE) 2017/1129 relativo ao prospeto a publicar em caso de oferta de valores mobiliários ao público ou da sua admissão à negociação num mercado regulamentado;

- b) Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 1092/2010 relativo à supervisão macroprudencial do sistema financeiro na UE e que cria o Comité Europeu do Risco Sistémico;
- c) Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva n.º 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros e a Diretiva n.º 2009/138/CE relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II).

- **Financiamento sustentável**

No seguimento das recomendações adotadas pelo Grupo de Peritos de Alto Nível sobre Financiamento Sustentável³⁶, a CE assumiu como missão o reforço do papel do financiamento na promoção de uma economia sustentável, que integre preocupações de ordem ambiental, social e de governação. Neste âmbito, foram aprovadas, em maio de 2018, três propostas legislativas relativas à promoção e desenvolvimento do investimento sustentável no mercado da UE, as quais visam:

- a) a introdução de alterações ao Regulamento (UE) n.º 2016/1011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativo aos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros ou para aferir o desempenho de fundos de investimento, no âmbito do qual se propõe a introdução de dois novos índices de referência³⁷.
- b) a aprovação de um regulamento relativo à divulgação de informações para o mercado relativas a investimentos sustentáveis e riscos em matéria de sustentabilidade, por forma a reforçar a transparência em matéria de divulgação de informação pelos operadores do setor financeiro³⁸;
- c) a aprovação de um regime que estabelece um enquadramento para facilitar / promover o investimento sustentável através do desenvolvimento gradual de um sistema de classificação único

³⁶ https://ec.europa.eu/info/publications/180131-sustainable-finance-report_en

³⁷ <https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/initiative/1185/publication/237143/attachment/090166e5bbca2080>

³⁸ <https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/initiative/1185/publication/238004/attachment/090166e5bbce57c0>

("taxonomia"), nos termos do qual as atividades económicas podem ser qualificadas como sustentáveis³⁹.

Durante o ano de 2018, a ASF acompanhou as discussões da Proposta no âmbito do grupo de trabalho sobre Serviços Financeiros do Conselho da União Europeia, que decorreram sob a égide da Presidência Austríaca.

- **Revisão da Diretiva n.º 2009/103/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009**

A 24 de maio de 2018, a CE apresentou uma proposta de alteração da Diretiva n.º 2009/103/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativa ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis e à fiscalização do cumprimento da obrigação de segurar esta responsabilidade.

Entre as alterações propostas, destaca-se o facto de se prever a obrigação de as vítimas de acidentes de viação serem indemnizadas pelos danos sofridos mesmo quando a empresa de seguros da pessoa responsável tenha sido declarada insolvente. Para o efeito, os Estados-Membros devem criar ou designar um organismo que preste a indemnização inicial aos lesados com residência habitual no seu território, e que tenham o direito de exigir essa indemnização junto do organismo criado ou designado para o efeito no Estado-Membro de estabelecimento da empresa de seguros que emitiu a apólice do veículo da pessoa responsável.

Adicionalmente, prevêem-se ainda relevantes clarificações relativamente à cobertura garantida pelo seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, tornadas necessárias tanto em decorrência de jurisprudência do Tribunal de Justiça da UE recente, como pela evolução tecnológica aplicada à mobilidade.

- **Projeto de alteração do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014**

No âmbito do *dossier* de revisão do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro, designadamente dos métodos, pressupostos e parâmetros de cálculo da fórmula-padrão do RCS, a EIOPA submeteu o seu aconselhamento à CE em duas partes, a primeira a 30 de outubro de 2017⁴⁰ e a segunda a 28 de fevereiro de 2018⁴¹.

Na sequência, a CE preparou o seu projeto de alteração do referido Regulamento Delegado, o qual, após consulta do Grupo de Peritos sobre Banca, Seguros e

³⁹ <https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/initiative/1185/publication/238025/attachment/090166e5bbcd9f5>

⁴⁰ https://eiopa.europa.eu/Publications/Consultations/EIOPA-BoS-17-280_First_set_of_Advice_on_SII_DR_Review.pdf.

⁴¹ https://eiopa.europa.eu/Publications/Consultations/EIOPA-18-075-EIOPA_Second_set_of_Advice_on_SII_DR_Review.pdf.

Sistemas de Pagamentos, esteve em consulta pública no período entre 9 de novembro e 7 de dezembro de 2018⁴². As principais alterações propostas incidem sobre as seguintes áreas:

- tratamento mais favorável para títulos de dívida sem notação de crédito e para títulos de capital não cotados;
- inclusão de novas simplificações;
- alinhamento de regras com as aplicáveis ao setor bancário, nomeadamente na classificação de certos tipos de fundos próprios, exposições a contrapartes centrais e a administrações regionais e autoridades locais;
- orientações adicionais sobre a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos;
- procedimentos de determinação da estrutura temporal de taxas de juro sem risco;
- atualização de vários parâmetros, nomeadamente para os riscos específicos de seguros não vida e de acidentes e doença NSLT; e
- refinamentos nos requisitos para o reconhecimento de técnicas de mitigação dos riscos, no cálculo da solvência dos grupos de seguros e na medida de volume para o cálculo do risco de prémios de Não Vida.

A adoção da proposta de alteração do Regulamento Delegado pela CE e a respetiva produção de efeitos deverão ocorrer no decurso de 2019.

4. INICIATIVAS DA EIOPA

Em 2018, a ASF continuou a assegurar a participação no âmbito das iniciativas da EIOPA, as quais têm um impacto significativo na sua atividade, destacando-se as que a seguir se elencam:

- **Decisão do Conselho de Supervisores da EIOPA sobre os requisitos de reporte regular de informação relativa aos regimes profissionais de pensões**
A 25 de abril de 2018, a EIOPA publicou a decisão do seu Conselho de Supervisores sobre os requisitos de reporte regular de informação relativa aos regimes profissionais de pensões⁴³, com vista a estabelecer o âmbito, conteúdo, formato e prazos de reporte de informação pelas autoridades nacionais competentes à EIOPA relativamente às IORPs.

⁴² https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/initiatives/ares-2018-5720906_en,

⁴³ [https://eiopa.europa.eu/Publications/Protocols/Decision%20on%20Consultation%20Paper EIOPA-CP-17-005.pdf](https://eiopa.europa.eu/Publications/Protocols/Decision%20on%20Consultation%20Paper%20EIOPA-CP-17-005.pdf)

Esta decisão irá consolidar e densificar os atuais requisitos de reporte aplicáveis às IORPs, conferindo à EIOPA a capacidade de monitorizar e avaliar os desenvolvimentos no mercado das pensões profissionais de forma mais sistematizada, bem como de realizar análises aprofundadas sobre o setor.

O primeiro reporte trimestral à EIOPA terá por referência o terceiro trimestre de 2019 e o primeiro reporte anual o final de 2019.

- **Projeto de norma técnica de regulamentação relativa à revisão dos montantes mínimos em matéria de seguro de responsabilidade civil profissional e capacidade financeira**

Nos termos do previsto no n.º 7 do artigo 10.º da DDS, a EIOPA deve rever periodicamente os montantes referentes ao capital mínimo do seguro de responsabilidade civil profissional e o valor mínimo para efeito da capacidade financeira face à evolução do índice europeu de preços no consumidor, publicado pelo Eurostat⁴⁴, o qual registou um aumento de 4% desde 1 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2017.

Para o efeito, e no seguimento do procedimento de consulta pública que decorreu entre 1 de fevereiro e 27 de abril de 2018, a EIOPA apresentou à CE, a 27 de junho, o projeto de norma técnica de regulamentação que ajusta o capital mínimo do seguro de responsabilidade civil profissional e o valor mínimo para efeito da capacidade financeira face à evolução do índice europeu de preços no consumidor⁴⁵.

- **Ilíquidez das responsabilidades de seguros e a gestão dos investimentos associados**

A 27 de abril de 2018, a CE endereçou um pedido de informação à EIOPA⁴⁶ com o objetivo de recolher informação relevante para a preparação do projeto de revisão da Diretiva Solvência II no final do ano 2020, focando, designadamente, a mensuração da ilíquidez das responsabilidades de seguros e a gestão dos ativos associados a essas responsabilidades. Este tema insere-se no âmbito das preocupações que têm vindo a ser levantadas sobre o tratamento das responsabilidades de longo prazo pelo regime Solvência II, com impacto na viabilidade da sua exploração.

Para dar resposta a este pedido de informação, a EIOPA constituiu o grupo de trabalho *Illiquid liabilities* para estudar o tratamento dos riscos inerentes a investimentos que se encontrem associados a responsabilidades de seguros

⁴⁴ <https://eiopa.europa.eu/Publications/Consultations/EIOPA-BoS-18-286%20Final%20report%20on%20the%20Public%20Consultation%20on%20PII%20RTS.pdf>

⁴⁵ <https://eiopa.europa.eu/Publications/Consultations/EIOPA-BoS-18-286%20Final%20report%20on%20the%20Public%20Consultation%20on%20PII%20RTS.pdf>

⁴⁶ <https://eiopa.europa.eu/Publications/Requests%20for%20advice/Request%20for%20information%202018-04-25.pdf>.

ilíquidas e de longa duração. Mais especificamente, o grupo encontra-se a analisar as características de liquidez das responsabilidades de longo prazo e a forma como a volatilidade de curto-prazo pode ser mitigada através de estratégias de detenção de ativos até à maturidade, inclusive em condições adversas dos mercados financeiros.

A 29 de outubro de 2018, a EIOPA lançou um pedido de informação ao mercado com o objetivo de recolher *feedback* dos *stakeholders* acerca de um conjunto de metodologias propostas para a avaliação do grau de iliquidez das responsabilidades de seguros, dos períodos efetivos de detenção dos ativos e dos riscos associados aos ativos detidos por longos períodos de tempo⁴⁷.

- **Decisões relativas à cooperação das autoridades de supervisão nacionais no âmbito do setor segurador e dos fundos de pensões**

Tendo em consideração os regimes previstos na DDS e na Diretiva relativa às atividades e à supervisão das IRPPP, foram desenvolvidos trabalhos com vista à revisão dos protocolos existentes, entre as autoridades nacionais competentes e a EIOPA, em matéria de cooperação nas áreas respeitantes a cada um destes regimes.

O processo de revisão conduziu à aprovação de duas decisões estabelecendo os termos da cooperação em matéria de aplicação da DDS⁴⁸, publicada a 10 de outubro, e da Diretiva relativa às atividades e à supervisão das IRPPP⁴⁹, publicada a 27 de novembro de 2018.

- **Relatório relativo à avaliação da estrutura dos mercados de mediação de seguros**

A 13 de dezembro de 2018, a EIOPA publicou a respetiva avaliação da estrutura dos mercados de mediação de seguros, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 41.º da DDS.

Este relatório⁵⁰, que terá caráter regular, apresenta uma visão geral dos mercados de mediação de seguros, tendo como referência o período compreendido entre 1 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2017. A avaliação confirma que o mercado de mediação no espaço europeu é caracterizado pela diversidade local dos canais de distribuição e por definições diversas adotadas a nível nacional.

⁴⁷ https://eiopa.europa.eu/Publications/Consultations/EIOPA-PSC-18_093_Request_for_Feedback_Illiquid%20Liabilities.pdf.

⁴⁸ <https://eiopa.europa.eu/Publications/Protocols/Decision%20on%20the%20Cooperation%20of%20Competent%20Authorities.pdf>

⁴⁹ https://eiopa.europa.eu/Publications/Protocols/EIOPA-BoS-18-320_Decision_IORPIL_cross-border_collaboration.pdf

⁵⁰ <https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/IDD%20Evaluation%20of%20intermediary%20markets.pdf>

- **Relatório sobre as medidas do pacote das garantias de longo prazo e as medidas relacionadas com o risco acionista**

De acordo com o estabelecido no artigo 77.º-F da Diretiva Solvência II, a EIOPA deve produzir relatórios anuais sobre o impacto da aplicação das medidas que integram o pacote das LTG e das medidas transitórias no mercado segurador europeu, a submeter ao trílogo formado pela CE, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. Nota-se que estes trabalhos são preparatórios do projeto de revisão da Diretiva Solvência II, calendarizado para o biénio 2020-2021.

O relatório de 2018, com data de referência de 31 de dezembro de 2017, foi publicado no dia 18 de dezembro de 2018 no sítio da EIOPA na internet⁵¹. Este relatório seguiu a estrutura idêntica à dos anteriores, fornecendo uma perspetiva global da utilização das várias medidas, e apresentando uma análise aprofundada dos seus impactos no nível de proteção dos tomadores de seguros, nos investimentos das empresas e na estabilidade financeira. O capítulo *thematic focus*, dedicado a um tema específico a definir em cada relatório, debruça-se na forma como a utilização das medidas LTG tem influenciado as práticas de gestão das empresas de seguros.

- **Primeiro relatório sobre os custos e o desempenho passado de produtos de investimento a retalho**

A CE dirigiu à EIOPA, ESMA e EBA um pedido formal para a recolha e análise regular de informação sobre os custos e o desempenho passado de produtos de investimento a retalho distribuídos no mercado europeu (no caso do setor segurador e dos fundos de pensões, consideraram-se incluídos neste conceito os produtos de investimento com base em seguros e os produtos de pensões individuais).

Neste âmbito, a EIOPA publicou, a 1 de janeiro de 2019, o primeiro relatório nesta matéria⁵². A nível nacional, a informação utilizada para este efeito foi recolhida pela ASF através do envio de dois questionários elaborados pela EIOPA⁵³ para uma amostra selecionada pelas autoridades de supervisão, com base nos critérios determinados por aquela, mediante a emissão da Carta-Circular n.º 3/2018, de 12 de julho, e da Carta-Circular n.º 6/2018, de 26 de julho.

⁵¹ https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/2018-12-18%20_LTG%20AnnualReport2018.pdf.

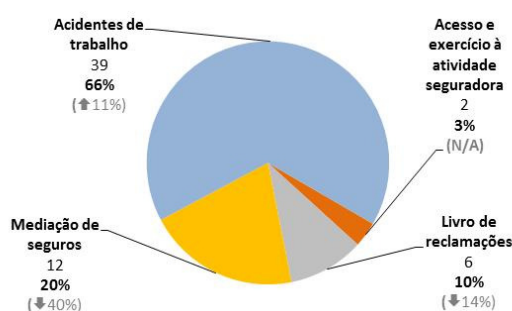
⁵² https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/Costs%20and%20past%20performance_2018.pdf

⁵³ Um referente a produtos de investimento com base em seguros e outro a produtos de pensões.

F. SANÇÕES E CONTRAORDENAÇÕES

Em 2018 deram entrada 59 processos com indícios contraordenacionais relativos às diversas áreas de atuação da ASF (- 3 processos do que em 2017). Os processos relativos a acidentes de trabalho continuam a ter um peso significativo entre os processos recebidos (mais de 2/3, em 2018), tendo-se verificado um ligeiro aumento em relação a 2017, que poderá ser explicado pela diminuição do desemprego. Apesar disso, é visível a diminuição ao longo dos anos do número de participações do Ministério Público à ASF, que nos parece indiciar que o efeito pedagógico das coimas nesta área tem produzido resultados positivos.

Figura 15 – Processos contraordenacionais por áreas



Durante o ano de 2018 verificou-se um ligeiro aumento do número de **processos contraordenacionais** instaurados. Confirmou-se ainda uma continuação da diminuição da conflitualidade judicial, o que aponta no sentido de uma melhor aceitação da justiça das coimas aplicadas. De referir ainda que voltou a aumentar o número de processos arquivados sem aplicação de sanções.

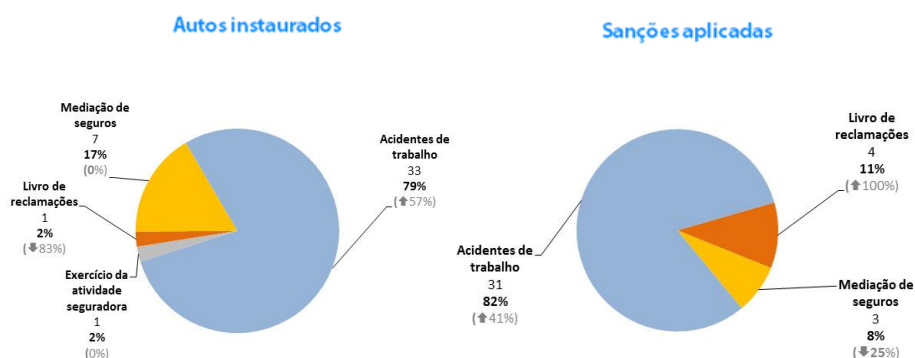
Quadro 14 – Evolução de dados globais sobre processos contraordenacionais

	2016	2017	2018
N.º de processos contraordenacionais entrados	84	62	59
N.º de processos arquivados (sem matéria para contraordenação)	12	22	32
N.º Autos instaurados	19	27	42
N.º de processos que deram origem a queixa-crime	5	2	9
N.º de autos concluídos (coima, admoestação, arquivamento)	44	35	47
N.º de autos em curso	22	21	18
N.º de processo sumaríssimo	6	8	3
Valor das coimas aplicadas (milhares de €)	34,1	60,5	62,6
N.º de autos e processos que transitaram para o ano seguinte(*)	110	112	81
N.º de recursos de impugnação judicial	3	3	3

(*) excluindo recursos para Tribunal.

No que diz respeito à distribuição dos **autos instaurados** (42 em 2018) e das **sanções aplicadas** (38 em 2018) pelas diversas áreas de atuação da ASF salienta-se a predominância em matéria de acidentes de trabalho.

Figura 16 – Distribuição por áreas de atuação



No ano 2018, no que concerne à área de **mediação de seguros**, os autos de contraordenação instaurados tiveram como fundamento principal a falta de prestação de contas por parte dos mediadores de seguros, que também esteve na base da maioria das sanções aplicadas.

Em matéria de **acidentes de trabalho**, os autos de contraordenação instaurados, assim como as sanções aplicadas, tiveram como fundamento o incumprimento, pelas empresas de seguros, dos prazos de participação aos tribunais dos acidentes de trabalho nos casos em que a lei a isso obriga. Um menor número de casos resulta da participação de acidentes de trabalho a tribunal incompetente.

Relativamente ao **livro de reclamações**, quer os autos de contraordenação instaurados pela ASF, quer as sanções por este aplicadas, dizem sobretudo respeito à violação dos deveres de dispor do livro de reclamações e de o facultar quando solicitado.

G. COOPERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

São atribuições da ASF, nos termos dos respetivos Estatutos, entre outras, cooperar ou associar-se com as outras autoridades nacionais de supervisão do setor financeiro, designadamente no âmbito do CNSF, bem como cooperar ou associar-se com outras entidades de direito público ou privado, nomeadamente com autoridades de supervisão congéneres, a nível da UE ou internacional, quando tal se mostre necessário ou conveniente para a prossecução das suas atribuições.

1. NACIONAL

No que diz respeito ao **CNSF**, na vertente macroprudencial, destacam-se as seguintes atividades:

- a análise dos desenvolvimentos do sistema financeiro nacional e os riscos para a estabilidade financeira associados, em particular, ao enquadramento macroeconómico e financeiro, global e nacional, ao mercado de valores mobiliários, aos setores bancário e segurador;
- a análise de propostas concretas de política macroprudencial com o objetivo, nomeadamente, de mitigar ou reduzir os riscos sistémicos, com vista a reforçar a estabilidade do sistema financeiro ao abrigo das funções consultivas do CNSF ao BdP, na qualidade de autoridade macroprudencial nacional. Em concreto, o CNSF foi consultado no âmbito de medidas relativas à implementação da reserva contracíclica de fundos próprios e reservas para outras instituições de importância sistémica;
- a partilha de informação sobre o Brexit e sobre os desafios que este processo coloca ao setor financeiro.

Relativamente à vertente microprudencial destacam-se:

- o funcionamento de vários grupos de trabalho sobre temas de interesse transversal como:
 - o acompanhamento da implementação do Regulamento (UE) n.º 2016/679 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados);
 - a elaboração do anteprojeto relativo à operacionalização do Regulamento (UE) 2017/2402 que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada; e do Regulamento (UE) 2017/2401 que altera o Regulamento (UE) 575/2013 (CRR) relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento;

- a elaboração do anteprojeto de transposição da Diretiva (UE) 2017/828 que altera a Diretiva 2007/36/CE no que se refere aos incentivos ao envolvimento dos acionistas a longo prazo;
 - produtos de crédito com garantia hipotecária que configurem *Equity Release Schemes*;
 - questões de interesse comum em matéria de supervisão de auditoria;
 - processos sancionatórios.
- a prestação de informações no contexto da aplicação de medidas de resolução a bancos;
 - a partilha de informação relativa às iniciativas desenvolvidas e a desenvolver no âmbito da aplicação da inovação tecnológica ao sistema financeiro pelas três autoridades de supervisão, e o acompanhamento e análise dos diversos temas que a matéria convoca no domínio da regulação e supervisão;
 - acompanhamento das matérias relacionadas com o BCFT.

Cabe ainda ressaltar a implementação da estratégia do PNFF, definida para o horizonte 2016-2020, o qual constitui um instrumento muito relevante destinado a enquadrar, dinamizar e difundir projetos de formação financeira, contribuindo para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados.

2. INTERNACIONAL

No âmbito da **EIOPA** as atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- **Painel de riscos para o setor segurador europeu**
A ASF continuou a participar no grupo de trabalho denominado *Risk Dashboard Methodology*, constituído em finais de 2016, com o objetivo de identificar e avaliar os riscos e vulnerabilidades do setor segurador à escala europeia. Para além do contributo na produção trimestral do painel de riscos da EIOPA⁵⁴, este grupo de trabalho procedeu também à revisão da metodologia subjacente.
- **Quadro de política macroprudencial para o setor segurador**
No contexto da problemática do risco sistémico e da contribuição para a discussão sobre o desenvolvimento de uma moldura macroprudencial para o setor segurador, no ano de 2018 foram publicados, pela EIOPA, os seguintes relatórios:
 - ✓ *Systemic risk and macroprudential policy in Insurance*⁵⁵
 - ✓ *Solvency II tools with macroprudential impact*⁵⁶

⁵⁴ <https://eiopa.europa.eu/financial-stability-crisis-prevention/financial-stability/risk-dashboard>

⁵⁵

<https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/Systemic%20risk%20and%20macroprudential%20policy%20in%20insurance.pdf>

⁵⁶

<https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/Solvency%20II%20tools%20with%20macroprudential%20impact.pdf>

- ✓ *Other potential macroprudential tools and measures to enhance the current framework*⁵⁷

Estes documentos visam sistematizar o entendimento da EIOPA sobre o risco sistémico e as respetivas políticas macroprudenciais à luz das especificidades do setor segurador, investigando possíveis elos de ligação ao regime de solvência vigente, e explorando medidas/políticas macroprudenciais adicionais.

Fruto da importância deste tema e dos desafios associados, a ASF tem vindo a participar de forma ativa no *Project Group* da EIOPA respetivo, cujo produto deverá ser integrado no aconselhamento à CE sobre a inclusão de um mandato macroprudencial para o setor segurador no âmbito da planeada revisão da Diretiva Solvência II em 2020-2021.

- **Análise comparativa entre o Solvência II e a IFRS 17**

Em maio de 2017 o IASB emitiu a IFRS 17, normativo contabilístico relativo aos contratos de seguro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2021⁵⁸.

Tendo em consideração a importância da IFRS 17 para as empresas de seguros, nomeadamente ao nível da valorização das provisões técnicas e do reconhecimento dos proveitos e custos referentes a contratos de seguros, a EIOPA decidiu efetuar uma análise aprofundada dos impactos da IFRS 17 no setor segurador europeu.

Este projeto foi atribuído à *Expert Network 6* (ENW6), grupo responsável pelas questões relativas a contabilidade e auditoria, e na qual a ASF se encontra representada. Os trabalhos decorreram entre março e outubro de 2018, tendo culminado na publicação de um relatório⁵⁹ que analisa os impactos esperados do novo normativo contabilístico na estabilidade financeira e no interesse público, bem como no desenho e na oferta de produtos de seguros no espaço europeu. São também exploradas as sinergias potenciais da utilização das abordagens e processos desenvolvidos para dar resposta aos requisitos prudenciais, tendo em consideração a existência de pontos de contacto entre a IFRS 17 e o regime Solvência II na mensuração de responsabilidades de seguros.

No âmbito do **ESRB** a ASF continuou a participar nos trabalhos relacionados com o desenvolvimento de um *framework* macroprudencial aplicável às empresas de seguros europeias, tendo contribuído para a produção do relatório publicado em novembro de 2018 pelo mesmo⁶⁰, sobre possíveis disposições, medidas e instrumentos

⁵⁷

<https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA%20Other%20potential%20macroprudential%20tools.pdf>

⁵⁸ Entretanto, o IASB já confirmou a sua intenção de alterar a data de implementação deste normativo para 1 de janeiro de 2022.

⁵⁹ https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-18-717_EIOPA_Analysis_IFRS_17_18%2010%202018.pdf

⁶⁰ <https://www.esrb.europa.eu/news/pr/date/2018/html/esrb.pr181126.en.html>

macroprudenciais a aplicar ao setor segurador.

No que respeita à **OCDE** destaca-se o seguinte:

- No que toca ao acompanhamento e intervenção ao nível do **IPPC**, a área da resiliência financeira a fenómenos catastróficos tem merecido acompanhamento e intervenção mais próximos pela ASF.

Em particular, foram providenciados contributos relativamente às diversas iterações que redundaram nas publicações:

- ✓ *Financial management of earthquake risks*⁶¹
- ✓ *The Contribution of Reinsurance Markets to Managing Catastrophe Risk*⁶²

- Relativamente ao **WPPP**, a ASF contribuiu para os projetos desenvolvidos mediante a resposta aos questionários anuais relativos ao *Global Pension Statistics*⁶³ e à recolha de informação sobre a regulamentação aplicável aos investimentos dos fundos de pensões⁶⁴. É ainda de assinalar a publicação da edição de 2018 do relatório anual intitulado *Pension Markets in Focus*⁶⁵ e do *OECD Pensions Outlook*⁶⁶.

Nos dias 29 e 30 de outubro de 2018, em S. Tomé, realizou-se a 15.ª Assembleia Geral da **ASEL** que contou com a presença dos representantes das autoridades de supervisão de seguros e de fundos de pensões de Angola, Brasil, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Como habitualmente, foram apresentadas as sínteses da evolução do mercado de seguros e de fundos de pensões nacionais pelos membros.

A XXI Conferência da ASEL, decorreu na manhã do dia 29 de outubro, à qual assistiram representantes do setor segurador local. Os temas apresentados incidiram sobre os seguros inclusivos, a literacia financeira no setor segurador e dos fundos de pensões, a inovação e inclusão financeira, a especificidade da regulação do setor segurador, a fraude nos seguros e branqueamento de capitais.

Procedeu-se, no âmbito deste encontro, a uma profícua troca de experiências entre os membros, tendo sido salientada a evolução positiva dos mercados segurador e de fundos de pensões nos países integrantes da ASEL, bem como os desafios associados à literacia e inclusão financeiras, e a necessidade de acompanhamento pelas autoridades de supervisão da crescente e inovadora utilização de meios digitais e tecnológicos nas diversas vertentes da atividade seguradora.

⁶¹ <http://www.oecd.org/finance/insurance/Financial-management-of-earthquake-risk.pdf>

⁶² <http://www.oecd.org/finance/the-contribution-of-reinsurance-markets-to-managing-catastrophe-risk.pdf>

⁶³ <http://www.oecd.org/finance/private-pensions/globalpensionstatistics.htm>

⁶⁴ <http://www.oecd.org/finance/private-pensions/annualsurveyofinvestmentregulationofpensionfunds.htm>

⁶⁵ <http://www.oecd.org/daf/fin/private-pensions/Pension-Markets-in-Focus-2018.pdf>

⁶⁶ <http://www.oecd.org/finance/oecd-pensions-outlook-23137649.htm>

Relativamente aos trabalhos desenvolvidos pelo Comité Técnico da **IOPS**, são de destacar as seguintes publicações:

- ✓ Working Paper No. 31, "*Are pensions funds a stabilising factor in financial markets? Evidence from four countries*"⁶⁷;
- ✓ Working Paper No.32, "*2018 update on IOPS work on fees and charges*"⁶⁸.

Por último importa referir que, enquanto membro da **IAIS**, a ASF tem acompanhado os desenvolvimentos ocorridos ao nível dos principais projetos atualmente em curso, de grande importância para a definição de regras comuns e para o aprofundamento da compreensão mútua entre os diferentes mercados de seguros à escala mundial.

Estes projetos contemplam a revisão dos *Insurance Core Principles* (ICPs), o estabelecimento de uma moldura comum de supervisão para grupos de seguros internacionalmente ativos (*ComFrame*), que inclui o desenho e refinamento de um requisito de capital global (*Insurance Capital Standard* - ICS), e a abordagem proposta pela IAIS face ao risco sistémico e à sua mitigação.

Como produto destes trabalhos, salientam-se, em 2018:

- A consulta pública relativa à revisão dos seguintes *Insurance Core Principles* (ICP)⁶⁹:
 - ICP 8: *Risk Management and Internal Controls and additional ComFrame material integrated with ICP 8*;
 - ICP 15: *Investments and ComFrame material integrated with ICP 15*;
 - ICP 16: *Enterprise Risk Management for Solvency Purposes and ComFrame material integrated with ICP 16*.
- Consulta pública referente ao *Overall ComFrame*⁷⁰
- Consulta pública relativa ao *Risk-based Global Insurance Capital Standard (ICS) Version 2.0*⁷¹
- Consulta pública respeitante ao *Holistic Framework for Systemic Risk in the Insurance Sector*⁷².

⁶⁷ <http://www.iopsweb.org/WP-31-Are-pension-funds-a-stabilising-factor-in-financial-markets.pdf>

⁶⁸ <http://www.iopsweb.org/WP-32-2018-Update-on-IOPS-work-on-fees-and-charges.pdf>

⁶⁹ <https://www.iaisweb.org/page/consultations/closed-consultations/2018/revision-icps-8-15-and-16>

⁷⁰ <https://www.iaisweb.org/page/consultations/closed-consultations/2018/overall-comframe-including-ics-version-20>

⁷¹ <https://www.iaisweb.org/page/consultations/closed-consultations/2018/ics-version-20>

⁷² <https://www.iaisweb.org/page/consultations/closed-consultations/2019/holistic-framework-for-systemic-risk-in-the-insurance-sector>

H. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

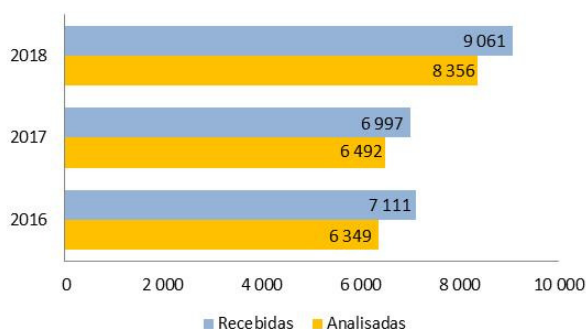
1. RECLAMAÇÕES E PEDIDOS DE INFORMAÇÃO / ESCLARECIMENTO

De acordo com os seus Estatutos, compete à ASF assegurar o apoio aos tomadores de seguros, segurados, subscritores, participantes, beneficiários e lesados.

Neste âmbito, a ASF analisa e responde às reclamações que lhe sejam apresentadas contra as entidades supervisionadas⁷³, responde a pedidos de informação e a pedidos de esclarecimento de natureza técnico-jurídica sobre a atividade seguradora, de fundos de pensões e de mediação de seguros.

Em 2018 a ASF recebeu um volume de **reclamações** superior ao verificado no último ano (+ 29% que em 2017). Por seu turno, os processos de reclamação encerrados também registaram um aumento face ao ano anterior (+ 29% que em 2017), acompanhando o número de reclamações recebidas.

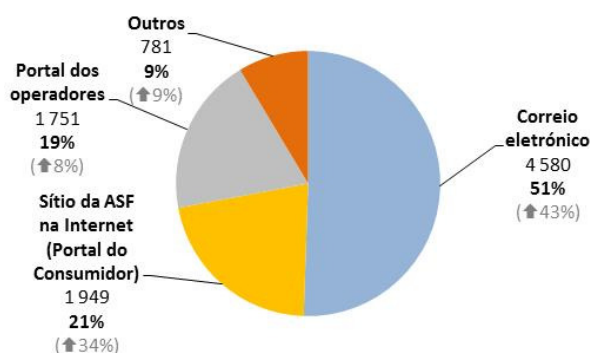
Figura 17 – Evolução do número de reclamações recebidas e analisadas



⁷³ Através da análise das reclamações, a ASF procura contribuir para a resolução do problema subjacente à reclamação através de uma tentativa de conciliação dos interesses das partes envolvidas (em regra, reclamante e operador), bem como fornecer ao reclamante informação sobre o enquadramento legal, regulamentar e contratual aplicável ao caso concreto. Refira-se ainda que da análise da reclamação poderá resultar a adoção de medidas no âmbito das competências de supervisão da ASF, por forma a contribuir para o desenvolvimento de práticas adequadas no setor segurador e dos fundos de pensões. A informação recolhida em sede de apreciação de reclamações pode ainda originar posterior reflexão no contexto do estudo de possíveis iniciativas regulatórias a promover pela ASF.

No que à via de apresentação diz respeito é notória a predominância das reclamações apresentadas diretamente à ASF, via correio eletrónico, em detrimento das apresentadas no livro de reclamações do operador (recebidas, essencialmente, via Portal dos Operadores).

Figura 18 – Via de apresentação das reclamações



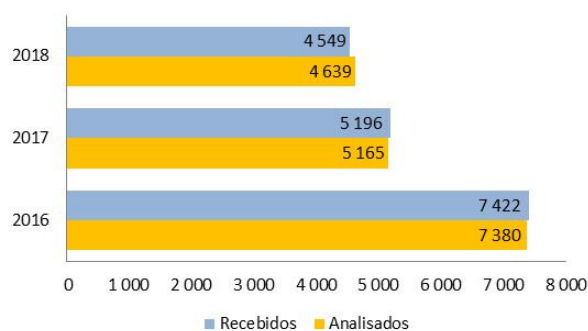
A maioria dos processos de reclamação analisados diz respeito aos seguros dos ramos Não Vida (88%), em especial ao 'Seguro automóvel'. Quanto ao ramo Vida, as reclamações incidem sobretudo sobre o 'Seguro de vida' (frequentemente associado ao crédito à habitação), seguido dos seguros PPR/E (8% e 2% respetivamente).

Quadro 15 – Distribuição das reclamações por ramo e tipo de seguro

	Número de reclamações	%	Variação Homóloga (%)
Vida	974	12%	42%
Não Vida	7 336	88%	27%
Seguro automóvel	4 050	48%	20%
Seguro de incêndio e outros danos	1 344	16%	30%
Seguro de acidentes de trabalho	686	8%	41%
Seguro de saúde	380	5%	40%
Seguro de perdas pecuniárias	329	4%	67%
Seguro de responsabilidade civil	252	3%	28%
Seguro de acidentes pessoais	175	2%	11%
Seguro de assistência	93	1%	79%
Outros seguros do ramo Não Vida	27	0%	75%
Não se aplica	46	1%	100%
Total	8 356	100%	29%

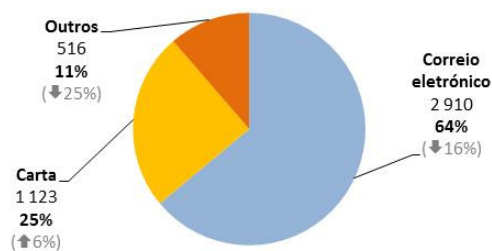
Os **pedidos de informação e de esclarecimento** recebidos pela ASF em 2018 foram ligeiramente inferiores aos recebidos no ano anterior (- 12% que em 2017), mantendo a tendência de diminuição verificada desde 2016.

Figura 19 – Evolução do número de pedidos de informação/esclarecimento recebidos e analisados



No que ao meio de apresentação diz respeito, ao nível dos pedidos de informação e de esclarecimento escritos, predominam os efetuados por via do correio eletrónico (64%), seguidos dos recebidos por via postal (25%).

Figura 20 – Via de apresentação dos pedidos de informação/esclarecimento



Em 2018, os pedidos de esclarecimento analisados disseram essencialmente respeito a matérias relacionadas com seguros dos ramos Não Vida (56%), com destaque para o 'Seguro automóvel'.

Quadro 16 – Distribuição dos pedidos de informação/esclarecimento por ramo e tipo de seguro

	Número de esclarecimentos	%	Variação Homóloga (%)
Vida	1 055	23%	2%
Não Vida	2 617	56%	-12%
Seguro automóvel	1 823	39%	-17%
Seguro de incêndio e outros danos	290	6%	-6%
Seguro de acidentes de trabalho	188	4%	9%
Seguro de responsabilidade civil	117	3%	16%
Seguro de saúde	82	2%	22%
Seguro de assistência	53	1%	-2%
Seguro de acidentes pessoais	45	1%	25%
Outros seguros do ramo Não Vida	19	0%	-5%
Não se aplica	967	21%	-17%
Total	4 639	100%	-10%

Informação sobre beneficiários de seguros de vida, acidentes pessoais e operações de capitalização

No âmbito do Decreto-Lei n.º 384/2007, de 19 de novembro, é possível solicitar à ASF informação sobre a existência de contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações com beneficiários em caso de morte de determinado segurado ou subscritor⁷⁴.

Em 2018 os certificados emitidos neste âmbito ascenderam a 1 086, dos quais cerca de 59% registaram um encerramento positivo.

Quadro 17 – Número de certificados emitidos

ANO	ENCERRAMENTO	TITULAR	BENEFICIÁRIO	Sub-Total	Total
2018	Positivo	105	531	636	1 086
	Negativo	9	441	450	
2017	Positivo	89	473	562	980
	Negativo	26	392	418	

⁷⁴ Podendo também o respetivo titular do contrato solicitar informação acerca dos contratos e operações registados em seu nome.

Pedidos de colocação do seguro automóvel

O Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, prevê no seu artigo 18.º que, sempre que a aceitação de um seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel seja recusada, pelo menos por três empresas de seguros, o proponente do seguro possa recorrer à ASF para que sejam definidas as condições especiais de aceitação do contrato, sendo atribuída anualmente a cada empresa de seguros a gestão de um número de contratos para riscos recusados que tem por base a sua quota de mercado no ramo 'Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor' obtida no penúltimo ano anterior.

Em 2018 a ASF efetuou a colocação de 69 veículos, número idêntico ao verificado no ano anterior, mas que contrasta bastante com o número de processos da colocação de seguro tratados nos anos antecedentes a 2016.

2. ATENDIMENTO AO PÚBLICO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

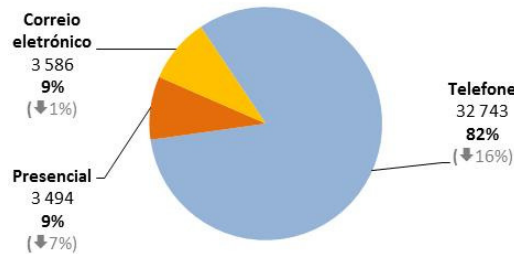
No âmbito das suas atribuições a ASF deve proceder à divulgação de informação pública relevante, bem como reforçar a literacia financeira, no domínio do desenvolvimento dos conhecimentos técnicos e da respetiva difusão dos mesmos, com vista a apoiar os tomadores de seguros, segurados, subscritores, participantes, beneficiários e lesados.

Figura 21 – Sítio da ASF na Internet, Portal do Consumidor e Atendimento ao público

				
Atendimento ao público			Sítio da ASF na Internet	Portal do Consumidor
Telefone	E-mail	Presencial		
32 743 contactos	3 586 esclarecimentos	3 494 atendimentos	899 076 visitas 749 392 utilizadores	1 008 218 visitas 509 607 utilizadores

No que diz respeito ao **atendimento ao público**, a ASF disponibiliza um serviço onde é possível obter esclarecimentos nas matérias de seguros e fundos de pensões consideradas mais relevantes para o consumidor. Em 2018, o serviço de atendimento registou um total de 39 823 processos, sendo o atendimento telefónico o tipo de contacto com maior peso.

Figura 22 – Tipo de contacto no atendimento ao público



No seu **sítio na Internet**, a ASF disponibiliza um conjunto de informação referente à atividade desenvolvida assegurando uma comunicação eficaz com o utilizador. A este nível podem salientar-se as seguintes ferramentas à disposição do usuário:

- uma área especificamente dedicada ao esclarecimento do consumidor de seguros e fundos de pensões, na qual é possível aceder a diversos serviços de consulta *on-line*, designadamente as ferramentas de pesquisa de matrículas e consulta à lista dos operadores autorizados (**Portal do Consumidor**);
- uma área onde se pode consultar uma coleção de **brochuras temáticas**, cujos conteúdos foram desenvolvidos de forma a fornecer informação básica sobre os diversos produtos do setor, habilitando o consumidor com os conhecimentos necessários à tomada de decisões mais esclarecidas⁷⁵;
- uma área onde se encontram os diversos **estudos e publicações** da ASF⁷⁶.

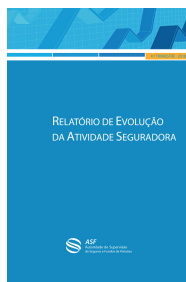
Quadro 18 – Estudos e publicações

Relatório do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões	
	Apresenta, numa perspetiva abrangente, a análise da respetiva situação económica, financeira e patrimonial e o seu enquadramento na conjuntura nacional e internacional do setor segurador e dos fundos de pensões.
	Na edição publicada em 2018 (referente a 2017 ⁷⁷), foram apresentados dois estudos específicos. No primeiro, foi analisada a evolução do controlo de capital no mercado segurador português ao longo da última década. No segundo, avaliou-se a importância socioeconómica da atividade seguradora no que respeita à proteção de riscos, à formação de poupança e à análise das cargas parafiscais que revertem a favor de serviços públicos essenciais.

⁷⁵ A organização destes conteúdos apoia-se na experiência da ASF ao nível das questões que com mais regularidade são dirigidas aos seus serviços e pode ser consultada em <https://www.asf.com.pt/NR/exeres/98267047-1955-48AE-BD03-E5014301D47A.frameless.htm?NRMODE=Published>

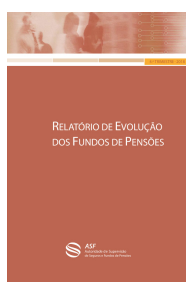
⁷⁶ <https://www.asf.com.pt/NR/exeres/C4381546-B3EC-4883-89EA-2C132B57241C.htm>

⁷⁷ <https://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/8F0EEDBF-83C0-42E6-A8CA-C3BC131D31E6/0/RSSFP2017.pdf>



Relatório da Evolução da Atividade Seguradora

Apresenta uma análise trimestral de prémios e custos com sinistros de seguro direto da atividade em Portugal, por ramos de atividade, Vida e Não Vida, bem como a composição das carteiras de investimentos desses ramos. Divulga ainda a posição agregada dos rácios de cobertura do SCR e do MCR. A última publicação deste relatório refere-se ao 4.º trimestre de 2018⁷⁸.



Relatório da Evolução dos Fundos de Pensões

Apresenta uma análise trimestral da evolução do número de fundos de pensões, bem como contribuições, pensões, montantes geridos e composição das carteiras de investimentos, por tipo de fundo. A última publicação deste relatório refere-se ao 4.º trimestre de 2018⁷⁹.



Relatórios de Análise de Riscos do Setor Regulado e dos Fundos de Pensões

Em 2018 foram publicadas nona⁸⁰ e décima⁸¹ edições deste relatório com referência ao primeiro e segundo semestres de 2017, respetivamente. Nas mesmas continuou a identificar-se e a avaliar-se, de forma crítica e prospetiva, os principais riscos e desafios que o setor enfrenta sob a perspetiva macroprudencial.



Além da análise da evolução dos principais riscos a que o setor segurador e dos fundos de pensões se encontra exposto, bem como a identificação do panorama futuro em termos de riscos emergentes, foram incluídas, nessas edições, um conjunto de estudos específicos. Neste âmbito, salienta-se, na nona edição, a análise do impacto da utilização das medidas de longo prazo e a apresentação dos resultados nacionais do exercício europeu de *stress test* das IORPs, conduzido pela EIOPA em articulação com as autoridades de supervisão nacionais, durante o ano de 2017. Na décima edição, merece destaque a análise evolutiva efetuada aos seguros ligados a fundos de investimento, no que respeita à respetiva estratégia de comercialização e de investimento.

⁷⁸ https://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/F4DBFC42-73C8-4D15-92E6-ADACF9F2C964/0/RTS_4T_18.pdf

⁷⁹ https://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/1716E1A2-66BB-4128-9A9E-B256B03FEDB4/0/RTFP_4T_18.pdf

⁸⁰ https://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/465180CE-A039-4C86-BBC5-8E83A0825B46/0/ASFARSSFP_2017.pdf

⁸¹ <https://www.asf.com.pt/NR/rdonlyres/028E24B8-0FBB-4655-97B0-591F993A99A8/0/ARSSFP2018.pdf>

	<p>Painel de Riscos do Setor Segurador</p> <p>Em 2018, a ASF deu continuidade à publicação do painel de riscos do setor segurador⁸², numa base trimestral, assinalando a evolução dos principais riscos com potencial para afetar a estabilidade financeira do setor segurador nacional e a avaliação da resiliência dos operadores à materialização dos riscos identificados.</p> <p>Ao longo do ano de 2018, os principais riscos associados ao enquadramento macroeconómico e aos mercados financeiros mantiveram-se globalmente estáveis, sendo, no entanto, de registar algumas oscilações em sentido oposto ao nível dos riscos de mercado e de crédito. Na perspetiva setorial, o panorama foi de relativa estabilidade, espelhada no comportamento positivo da produção e da solvabilidade das empresas de seguros.</p>
	<p>Relatório de Regulação e Supervisão da Conduta de Mercado</p> <p>Este relatório incide sobre a atividade da ASF no âmbito da supervisão comportamental, ou seja, sobre a supervisão do relacionamento entre operadores e os tomadores de seguros, segurados, subscritores, participantes, beneficiários e terceiros lesados. Em 2018 foi publicada a 10.ª edição do mesmo⁸³.</p> <p>O Relatório em apreço identifica e descreve as principais iniciativas regulatórias, a nível nacional e internacional, desenvolvidas neste âmbito, bem como divulga alguns entendimentos em matéria de conduta de mercado. Procede, ainda, à análise da atuação da ASF no âmbito das respetivas competências de supervisão da conduta de mercado e de <i>enforcement</i>, à divulgação de dados estatísticos relativos às reclamações recebidas e analisadas na ASF, à identificação dos principais mecanismos e estruturas implementados pela ASF tendentes a facilitar o relacionamento com o público em geral e, em especial, com os consumidores, bem como à descrição das iniciativas em matéria de formação financeira prosseguidas pela ASF, quer autonomamente, quer integradas nas atividades do PNFF.</p>

Num mundo cada vez mais digital torna-se também fundamental desenvolver ferramentas que permitam o acesso rápido e simples à informação mais relevante para o consumidor. Na prossecução deste objetivo, a ASF lançou em 2018 duas **aplicações moveis** a juntar à que já dispunha⁸⁴:

- a APP ‘Tem Seguro?’ que permite em poucos segundos, através da câmara do dispositivo ou de uma fotografia preexistente, identificar a matrícula de um veículo e informar o utilizador sobre a existência e validade do seguro automóvel, número da apólice, entidade seguradora a data de início do seguro;
- a APP ‘Os Meus Seguros’ que permite aos utilizadores gerir de forma cómoda e prática todos os seus seguros numa única plataforma. Concebida para reunir um conjunto de informação relevante, como sejam o custo anual com seguros e um cronograma anual dos respetivos pagamentos, a aplicação disponibiliza ainda alertas de renovação e pagamentos das apólices.

⁸² <https://www.asf.com.pt/NR/exeres/1CD71100-231F-4B62-8EA4-0B74EB23C44C.htm>

⁸³ <https://www.asf.com.pt/NR/exeres/5DC992B5-BFA0-4D8F-8A49-AD7ED27C9FFC.htm>

⁸⁴ Aplicação ‘ASF’ que disponibiliza informação e serviços úteis no contexto da atividade seguradora, resseguradora, de fundos de pensões e da mediação de seguros em Portugal.

Assim, quer com estas aplicações, quer com a sua presença nas redes sociais, a ASF alia inovação e serviço público, indo ao encontro das necessidades de cidadãos e instituições e simplificando o acesso de forma segura e fidedigna à informação oficial emitida por esta Autoridade.

Figura 23 – APPs e Facebook

			
APP 'Tem Seguro?'	APP 'Os Meus Seguros'	APP 'ASF'	Facebook
5 518 downloads(*)	189 download(*)	6 729 downloads(*)	59 posts
Classif. média 4,46(**)	(***)	Classif. Média 3,56 (**)	578 seguidores
(*) Downloads da loja App Store e Google Play			
(**) Dados referentes à loja de aplicações Google Play			
(***) Esta aplicação apenas foi disponibilizada na Google Play em dezembro de 2018 e na APP Store em janeiro de 2019			

Finalmente, não pode deixar de referir-se a **Biblioteca** da ASF, uma vez que, de acordo com a estratégia adotada e numa ótica de melhoria contínua, a ASF desenvolve ações que visam incrementar a qualidade e quantidade dos recursos documentais, atualizar, diversificar e melhorar os serviços prestados, bem como reforçar a comunicação com os seus utilizadores.

Neste sentido, em 2018, continuou a reforçar-se o fundo documental, tendo o catálogo da Biblioteca registado a entrada de cerca de 750 novos títulos (monografias, analíticos, publicações periódicas, jurisprudência, legislação nacional e comunitária relacionada com o setor segurador e de fundos de pensões, normativo ASF e teses).

Para prestar apoio ao estudo e à investigação da comunidade em que está inserida, a Biblioteca manteve, sem interrupções, o serviço de referência e apoio aos utilizadores internos e externos, de empréstimo de domiciliário e de circulação de publicações periódicas. No que concerne ao serviço de referência e apoio aos utilizadores foi dada resposta a 363 solicitações realizadas presencialmente (+ 39,62% do que em 2017). Paralelamente ao serviço de atendimento presencial foi, igualmente, prestado atendimento através de outros canais (telefone e correio eletrónico) registando-se 295 solicitações (+ 26,07% do que em 2017).

Face ao exposto, e tendo presente que o nível de satisfação dos utilizadores externos da Biblioteca⁸⁵ é elevado, a estratégia seguida está a ter resultados favoráveis para os seus utilizadores.

⁸⁵ Maioritariamente profissionais da área jurídica (49%) e estudantes (18%) residentes no distrito de Lisboa (92%)

Quadro 19 – Nível de satisfação dos utilizadores externos da Biblioteca

Nível de satisfação face a:	
Modo de acolhimento	96%
Instalações e ambiente	94%
Obras e recursos existentes na Biblioteca vs. necessidades dos utilizadores	91%

3. LITERACIA FINANCEIRA

A estratégia seguida no domínio da **Formação Financeira** tem assentado na criação de sinergias que potenciem a construção de programas sustentados e consistentes. Os importantes projetos concretizados no ano de 2018 são o reflexo dessa estratégia. Destes, destacam-se os seguintes:

- a oficina de formação de professores na Escola Fernando Pessoa, em Lisboa, com temas definidos no Referencial de Educação Financeira (doravante apenas Referencial) com a participação de cerca de 40 professores⁸⁶;
- o lançamento do Caderno de Educação Financeira 3 (dirigido ao 3.º ciclo do ensino básico) que visa apoiar alunos e professores na abordagem dos temas definidos no Referencial para cada ciclo de ensino⁸⁷;
- a realização da 7.ª edição do Concurso Todos Contam que distingue os melhores projetos de educação financeira implementados nas escolas⁸⁸;
- a concretização de duas importantes parcerias para a promoção da formação financeira:
 - um Acordo de Cooperação entre o CNSF e o IEFP tendo em vista a promoção da formação financeira da população portuguesa, em especial de públicos vulneráveis, com especial enfoque nos desempregados⁸⁹;
 - um Protocolo de Cooperação com a Ordem dos Psicólogos Portugueses que visa a definição e implementação de iniciativas de

⁸⁶ Projeto realizado no âmbito da parceria estabelecida entre os supervisores financeiros e o Ministério da Educação para a promoção da educação financeira nas escolas.

⁸⁷ A publicação deste terceiro Caderno constitui uma etapa fundamental na estratégia de implementação da educação financeira nas escolas, ficando concluída a oferta de materiais pedagógicos para o ensino básico.

⁸⁸ Esta 7.ª edição contou com um total de 53 candidaturas que envolveram mais de 10 mil alunos de 91 escolas. As escolas vencedoras podem ser consultadas em <https://www.todoscontam.pt/pt-pt/noticias/7a-edicao-do-concurso-todos-contam-conheca-escolas-vencedoras>.

⁸⁹ A integração de conteúdos de formação financeira nos percursos da formação profissional de adultos e jovens constitui uma forma eficaz de proporcionar a aquisição de competências que apoiem a sua integração no mercado de trabalho. Adicionalmente, a mobilização dos centros de formação do IEFP de todo o país permite reforçar a capilaridade destas iniciativas. No âmbito deste Acordo foram concluídos dois cursos de formação de formadores do IEFP, cujo efeito multiplicador permitiu abranger 900 formandos. Para 2019 está prevista a realização de 100 ações de formação financeira a ministrar pelos formadores do IEFP, com as quais se pretende atingir aproximadamente 2 000 formandos.

formação financeira centradas nas atitudes e comportamentos da população relativamente à tomada de decisões financeiras⁹⁰;

- a continuidade dada ao projeto de formação financeira das autarquias locais, resultante da parceria estabelecida entre o CNSF e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, tendo sido celebrado um novo Acordo de Cooperação com a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega;
- a promoção da formação financeira de gestores de micro, pequenas e médias empresas, que tem vindo a ser desenvolvida no âmbito da parceria estabelecida entre o CNSF, o IAPMEI e o Turismo de Portugal, foram desenvolvidas 24 ações de formação;
- a continuidade da colaboração com a CASES no apoio à formação financeira de empreendedores da economia social;
- a comemoração da Semana da Formação Financeira (entre 29 de outubro e 2 de novembro) sob o lema 'Na Formação Financeira Todos Contam!';
- a participação na *Global Money Week 2018* (entre os dias 12 e 18 de março) sob o lema *Money Matters Matter* ('O Dinheiro Importa, Sim') contando com a participação de 151 países;
- a participação, na qualidade de membro da INFE/OECD, nas reuniões dos grupos de trabalho desta organização e respetivo Comité Técnico, bem como nos simpósios '*Effective financial education for sustainable and inclusive growth*' e '*Advancing financial literacy globally: implementation and innovation*'.

⁹⁰ Para 2019 está a ser delineado um projeto-piloto que visa o desenvolvimento de iniciativas junto dos Psicólogos Escolares e Comunitários, através da realização de ações de formação, que possam ser potenciadoras da abordagem da educação financeira nos contextos em que intervêm.

I. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O **quadro de pessoal** da ASF, com referência a 31 de dezembro de 2018, é composto por 222 trabalhadores, dos quais cinco se encontram em situação de requisição, comissão de serviço ou em cedência ocasional.

Na caracterização do quadro de pessoal constata-se que a média de idade dos trabalhadores da ASF é de 45 anos, justificada pela estabilidade do quadro de efetivos com maior antiguidade.

Quadro 20 – Evolução do quadro de pessoal em número de trabalhadores

	2016	2017	2018
Movimentação			
Admissões	9	10	7
Pré-reformas/Reformas	0	5	2
Rescisões	6	3	8
Escalões etários			
<25	2	2	0
[25;34]	35	40	36
[35;44]	76	70	60
[45;54]	79	77	88
[55;64]	30	36	38
>=65	1	0	0
Habilitações literárias			
Ensino básico	21	19	17
Ensino secundário	49	48	49
Ensino superior	153	158	156
Género			
Homens	89	86	85
Mulheres	134	139	137

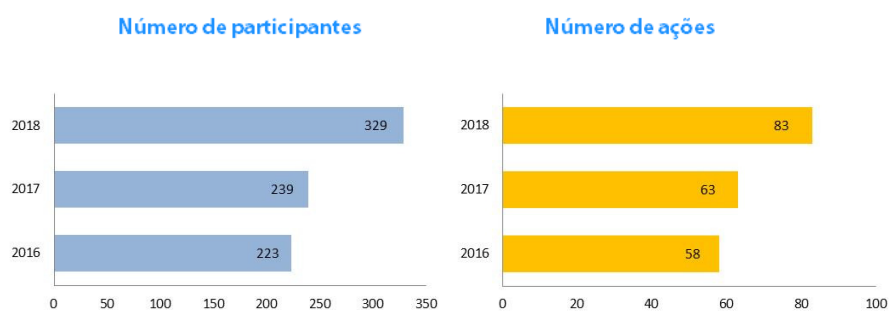
Em 2018 foi implementado o Regime de Carreiras e Estatuto Remuneratório da ASF que introduziu algumas alterações à evolução na carreira, nomeadamente no que diz respeito à tabela remuneratória de referência e à estrutura de critérios de promoção e progressão. Foi também atualizada a tabela salarial constante deste regime em função da atualização da tabela salarial do Acordo Coletivo de Trabalho aplicável à atividade seguradora.

Quadro 21 – Número de trabalhadores por grupo profissional

	2018
Grupo profissional	
Dirigente	16
Técnico superior	168
Técnico operacional	26
Apoio	7
Requisitados e outros	5

A ASF continuou a apostar na **formação** dos seus quadros promovendo, em 2018, a realização de 83 ações⁹¹ abrangendo um total de 329 participações. Foram investidas 1 563 horas de formação (- 8% do que no ano anterior), tendo-se registado um expressivo aumento ao nível de ações técnicas (+ 78% do que no ano anterior).

Figura 24 – Evolução da formação



⁹¹ Em 2018, as ações de formação revestiram, essencialmente, a componente técnica (67%) e linguística (20%).

J. GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

De acordo com o previsto no Decreto-lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, que aprova os Estatutos da ASF, e no Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP, a ASF no que respeita à apresentação de contas anuais do período contabilístico iniciado em 1 de janeiro de 2018, aplicou o SNC-AP. Por outro lado, as contas de 2017 embora tenham sido apresentadas em POCP, foram em paralelo convertidas para SNC-AP. Desta forma, todas as comparações do ano de 2018 com o período homólogo já têm por base a informação a 31 de dezembro de 2017, convertida para SNC-AP.

Nos termos do n.º 4 dos Estatutos da ASF, o relatório e contas de 2018 e o respetivo parecer da Comissão de Fiscalização, são enviados para aprovação prévia do Ministro das Finanças.

1. BALANÇO

No final do exercício de 2018, o total do **ativo líquido** da ASF atingiu o montante de 41 069 milhares de euros, refletindo um acréscimo de 13% relativamente a 2017 (36 371 milhares de euros). Para este aumento contribuíram especialmente, as disponibilidades, os investimentos financeiros e as outras contas a receber, tendo os ativos fixos tangíveis e intangíveis diminuído ligeiramente. O acréscimo justifica-se pelo diferencial entre as receitas e despesas do exercício, aplicado em CEDIM.

A forma de recebimento das taxas provenientes das empresas de seguros, através de DUC, numa única conta titulada pela ASF junto do IGCP, determina que 63% das disponibilidades correspondam a valores recebidos na ASF, a transferir no mês de janeiro, por conta de outras entidades, nomeadamente taxas para a ANPC, taxa sobre CRC, taxa para PR, e taxas para o FAT.

Relativamente a outras contas a receber destaca-se o reconhecimento das taxas incidentes sobre a atividade seguradora em 2018 a entregar à ASF em janeiro de 2019. O efeito deste reconhecimento foi de 9 425 milhares de euros que representa um aumento de 8% relativamente a 2017.

Quanto ao imobilizado não financeiro, o investimento está essencialmente relacionado com as tecnologias de informação, designadamente o investimento em curso correspondente a projetos de desenvolvimento informático por empresas externas.

Nas rubricas de fundos próprios destacam-se a integração dos resultados do ano de 2018 e a aplicação de 53% dos resultados transitados em ajustamentos das reservas.

Assim, a reserva para equilíbrio financeiro, que tem por base assegurar a estabilidade financeira da ASF face a possíveis desvios na receita, atingiu o montante de 2 700 milhares de euros, enquanto que a reserva para riscos de atividade incorridos pela ASF no exercício de poderes de regulação e supervisão de setor segurador e dos fundos de pensões (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), é de 15 110 milhares de euros. Estes montantes resultam da reavaliação efetuada aos riscos em causa.

Todos os valores incluídos no ativo, mas pertencentes a outras entidades, encontram-se

compensados no **passivo** em outras contas a pagar que, em 2018, ascendeu a 7 114 milhares de euros, representando cerca de 65% deste.

Por outro lado, o acréscimo de gastos, essencialmente o da transferência para a AC, dos montantes a pagar em 2019 e 2020 também está refletido em outras contas a pagar. Estes valores resultam da aplicação da taxa prevista no Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto, sobre as receitas recebidas pela ASF em 2017 e 2018, respetivamente.

O restante passivo tem uma expressão pouco significativa.

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

O **resultado líquido** apurado em 2018 foi de 3 955 milhares de euros, comparável com 3 367 milhares de euros em 2017, após os ajustamentos de transição para o SNC-AP. Em POCP o valor apurado foi de 3 228 milhares de euros.

Os rendimentos evidenciam um aumento de 7% face ao ano anterior, situando-se em 20 213 milhares de euros. Este acréscimo de rendimentos justifica-se essencialmente pelo aumento de 5% das contribuições obrigatórias provenientes das entidades supervisionadas, refletindo o aumento da produção do setor segurador em 2018 relativamente a 2017. A cobrança das taxas de supervisão pela ASF ocorre com um desfasamento temporal de um semestre, no caso dos ramos Vida, Não Vida, contribuições para os fundos de pensões e de um ano para a atividade de mediação de seguros, conforme Portaria n.º 74-B/2016, de 24 de março.

Os gastos atingiram o montante de 16 258 milhares de euros, revelando um aumento de 4% face a 2017. Este acréscimo decorre fundamentalmente dos seguintes fatores:

- os **fornecimentos e serviços externos** registaram um aumento de 3%. As variações que representam a quase totalidade daquele aumento têm origem nas rubricas dos serviços de manutenção informática e de comunicação. Efetivamente, em 2018, foi feita uma atualização. Quanto aos serviços informáticos o aumento justifica-se pela aquisição de um licenciamento de *software*;
- os **gastos com o pessoal**, que registaram um acréscimo global de 4%, em 2018 relativamente a 2017, evidenciam essencialmente a valorização remuneratória da aplicação do Regime de Carreiras e Estatuto Remuneratório da ASF, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de setembro) e do posterior Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio);
- nas **transferências e subsídios concedidos**, está refletido o valor a transferir em 2019 para a AC.

3. ORÇAMENTO

No cumprimento da sua missão, a ASF tem vindo a assumir um nível de exigência cada vez maior, tanto em recursos materiais de tecnologia sofisticada como de recursos humanos qualificados, que lhe permita acompanhar o funcionamento dos mercados, quer a nível nacional, quer de cooperação internacional nomeadamente, no envolvimento em grupos de trabalho na UE. Em 2018, o cumprimento destas exigências ocorreu num enquadramento orçamental de austeridade.

A ASF tem elaborado e executado o seu orçamento, numa perspetiva de equilíbrio da atividade corrente, procurando obter uma relação próxima entre as receitas e as despesas, como se constata na análise ao quadro *infra*.

Quadro 22 – Evolução das receitas e despesas da ASF

	(milhares de euros)		
	2016	2017	2018
Receitas (1)	17 482	18 034	19 294
Correntes	17 477	18 034	19 294
Capital	5	0	0
Despesas (2)	15 554	15 494	15 342
Correntes	14 884	15 069	14 986
Aquisição de bens de capital	670	425	356
Saldo orçamental (1) - (2)	1 928	2 540	3 952

Esta análise exclui, as rubricas de ativos financeiros e saldos de gerências anteriores, de acordo com a fórmula prevista na Lei de Enquadramento Orçamental.

As **receitas** realizadas pela ASF são essencialmente compostas por taxas de supervisão cobradas às entidades supervisionadas que, em 2018, representam 92% do total das receitas correntes. Estas apresentam o valor de 17 825 milhares de euros, atingindo um grau de execução de 103% das previsões iniciais.

A justificação para o desvio atrás referido deve-se basicamente, em termos globais, a um aumento da produção das empresas supervisionadas pela ASF em 2018 relativamente a 2017, acima do previsto.

Relativamente às **despesas correntes** realizadas pela ASF, são compostas essencialmente por duas grandes rubricas: despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços. No que respeita às despesas com o pessoal, que em 2018 representam 62% da despesa corrente, apresentaram um grau de execução de 81%. O peso desta rubrica no orçamento da ASF está relacionado com a necessidade que a ASF tem de contratar profissionais dotados de níveis de qualificação e de experiência já firmados no mercado segurador. Quanto à aquisição de bens e serviços, a ASF tem feito um esforço de racionalização e de promoção de eficiência, traduzido pelo grau de execução que, em 2018, se situou nos 83% dos valores orçamentados. Note-se que nesta rubrica se encontra incluída a despesa relativa ao arrendamento do edifício sede, a qual tem um peso relevante, cerca de 34% do total das aquisições de bens e serviços, e cujo grau de execução foi de 95%, em 2018.

Outras rubricas de relevo são a aquisição de bens de capital e a transferência para a AC, que representam, do orçamento de funcionamento da ASF, em 2018, 2% e 7%, respetivamente. As primeiras respeitam fundamentalmente ao investimento em tecnologias de informação destinadas a melhorar e a manter atualizado o parque informático da ASF (*hardware* e *software*).

K. GESTÃO DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

1. FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

O FGA é um fundo público dotado de autonomia administrativa e financeira⁹², com personalidade tributária e capacidade judiciária, especialmente destinado ao cumprimento de obrigações indemnizatórias decorrentes de acidentes rodoviários. A sua gestão compete, por lei, aos órgãos da ASF.

No quadro das suas atribuições legais⁹³, em consequência de um acidente ocorrido em Portugal o FGA satisfaz, até ao limite do capital mínimo do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, as indemnizações que se mostrem devidas:

- por danos corporais, quando o responsável seja desconhecido ou não beneficie de seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel válido e eficaz, ou se for declarada a insolvência da empresa de seguros;
- por danos materiais, quando o responsável, sendo conhecido, não beneficie de seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel válido e eficaz;
- por danos materiais quando, sendo o responsável desconhecido, deva o FGA satisfazer uma indemnização por danos corporais significativos ou o veículo causador, não beneficiando de seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel válido e eficaz, tenha sido abandonado no local do acidente e a autoridade policial confirme a sua presença no respetivo auto de notícia ou a prova produzida permita proceder, acima de qualquer dúvida razoável, à sua identificação.

Ao FGA cabe ainda reembolsar o Gabinete Português de Carta Verde em consequência de acidentes regularizados no âmbito do Regulamento Geral do Conselho dos Serviços Nacionais de Seguros, que tenham sido causados por veículos sem seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, com estacionamento habitual em Portugal.

O FGA assume as funções de Organismo de Indemnização, no âmbito das Diretivas relativas ao Seguro Automóvel, satisfazendo indemnizações às pessoas lesadas residentes em Portugal, que tenham sido vítimas, noutro Estado-Membro ou num País aderente ao Sistema Carta Verde, de acidente rodoviário causado por veículo habitualmente estacionado e segurado noutro Estado-Membro, que não o da sua residência, ou por veículo desconhecido ou relativamente ao qual não tenha sido possível identificar a respetiva seguradora.

⁹² O FGA financia-se com receitas próprias destacando-se:

- a contribuição dos tomadores de seguros correspondente a 2,5% do montante total dos prémios comerciais da cobertura obrigatória do seguro de responsabilidade civil automóvel, processados no ano anterior e líquidos de estornos e anulações;
- o resultado dos reembolsos dos responsáveis, efetuados ao abrigo da sub-rogação nos direitos do lesado;
- A remuneração de aplicações financeiras, bem como os rendimentos dos imóveis da propriedade do FGA.

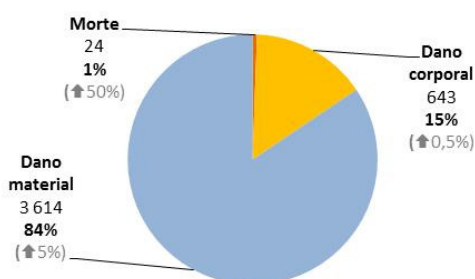
⁹³ Cf. Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.

Na sua capacidade como Centro de Informação, o FGA responde aos pedidos dos Utentes e dos Centros de Informação congéneres, no que respeita à identificação das empresas de seguros, dos representantes para sinistros e, quando justificadamente, dos proprietários dos veículos intervenientes em acidentes, ainda que transfronteiriços.

Principais atividades de 2018

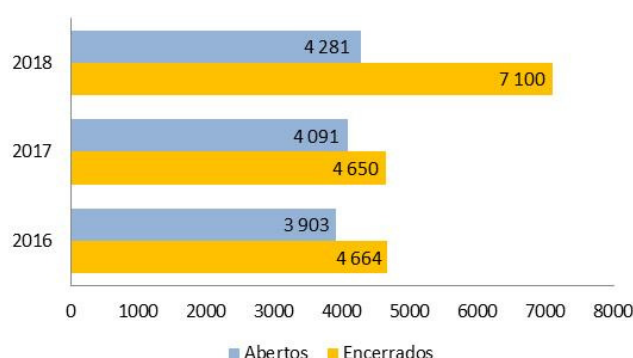
Em 2018 foram **abertos** 4 281 novos **processos** (+ 5% do que no ano anterior), dos quais 171 causados por responsável desconhecido. No que ao tipo de dano diz respeito continuam a predominar os processos de dano material, embora os acidentes mortais tenham tido um expressivo aumento face a 2017 (+ 50%)⁹⁴.

Figura 25 – Número de processos abertos por tipo de dano



Foram **encerrados** 7 100 **processos** (+ 53% do que no ano anterior). Este resultado foi influenciado pelo universo de processos incluídos na terceira cessão de créditos do FGA. O rácio ‘encerramentos/aberturas’ foi de 166%.

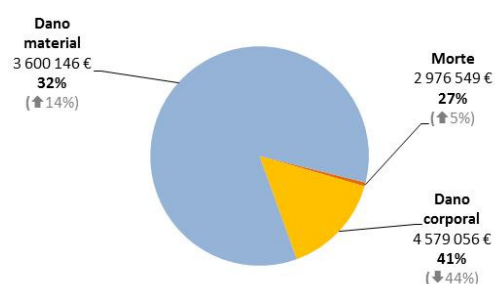
Figura 26 – Evolução do número de processos abertos e encerrados



⁹⁴ O aumento, tanto no número de processos, como no número de mortes, está em linha com o crescimento generalizado da sinistralidade registada em Portugal em 2018.

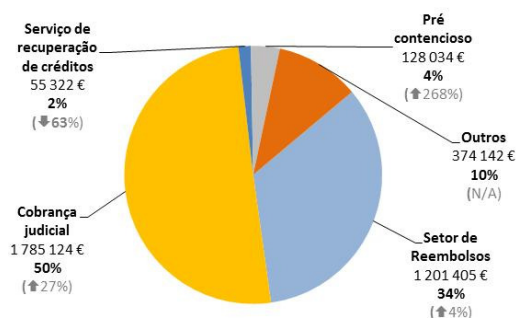
No exercício foram satisfeitas **indenizações** que totalizaram 11 155 751 de euros (- 22% do que no ano anterior). Destas, 5 381 536 de euros foram fixadas judicialmente⁹⁵ (- 40% do que no ano anterior) e 5 774 215 de euros foram satisfeitas extrajudicialmente (+ 9% do que no ano anterior). A figura *infra* mostra a distribuição das indenizações pagas por tipo de dano.

Figura 27 – Indemnizações por tipo de dano



Em 2018 foram cobrados **reembolsos** no valor de 3 544 027 de euros (+ 29% do que no ano anterior) gerando um rácio de cobrabilidade global de 29%.

Figura 28 – Reembolsos dos responsáveis



⁹⁵ Incluindo juros.

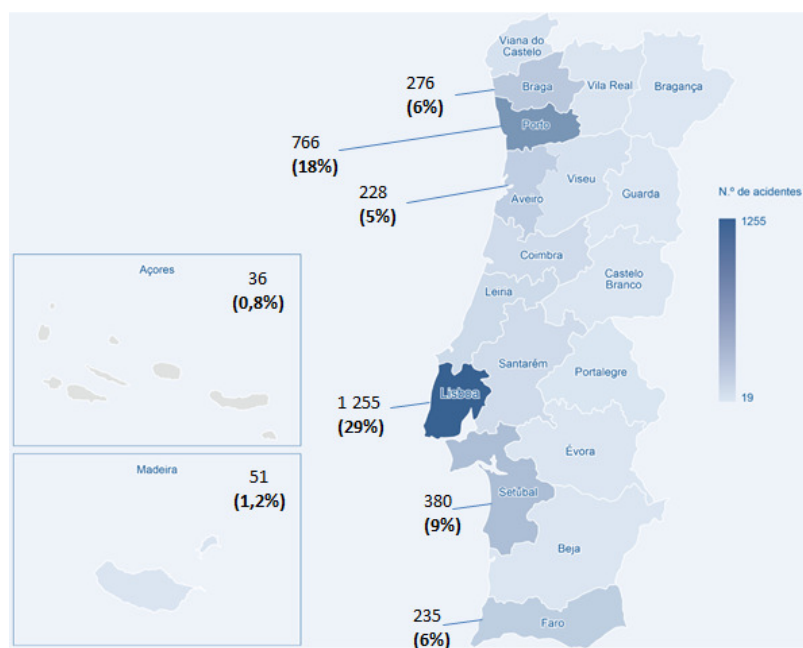
Quanto aos custos totais com a gestão judicial e extrajudicial de **sinistros e reembolsos**, em 2018, os mesmos ascenderam a 941 127 euros (- 16% do que no ano anterior).

Quadro 23 – Despesas com sinistros e reembolsos

	Montante (€)	Varição Homóloga (%)
Sinistros	722 096	-17%
Extrajudicial	305 654	-1%
Judicial	416 442	-27%
Reembolsos	219 031	-11%
Extrajudicial	13 692	-38%
Judicial	205 339	-9%
Total	941 127	-16%

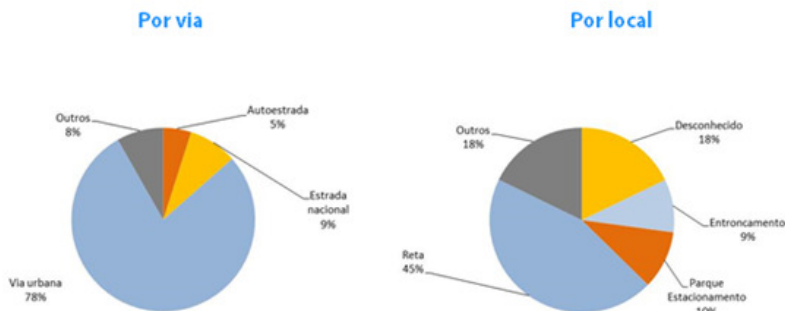
Em termos de **sinistralidade**, os distritos de Lisboa e Porto registaram, como habitualmente, o maior número de acidentes, com 1 255 e 766, respetivamente.

Figura 29 – Distribuição geográfica da sinistralidade em Portugal



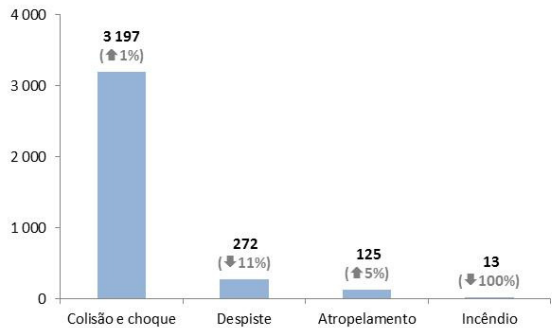
Relativamente ao **tipo de via e local de ocorrência** destacam-se os sinistros em via urbana e linha reta, respetivamente.

Figura 30 – Tipo de ocorrências



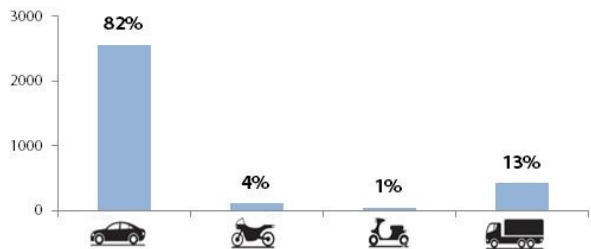
Na **tipologia dos acidentes** destaca-se a ‘colisão e choque’ com 3 197 ocorrências.

Figura 31 – Número de acidentes por tipo



A maioria dos acidentes foi causada por veículos ligeiros de passageiros.

Figura 32 – Número de acidentes por tipo de veículo



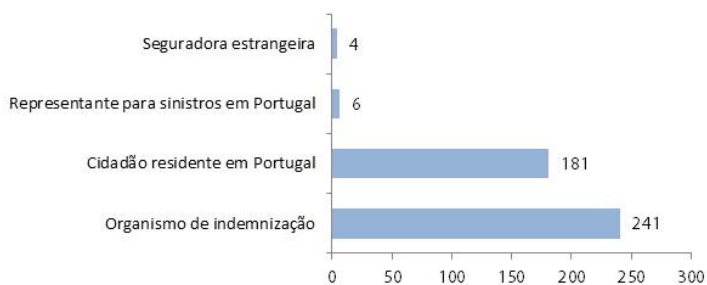
Em termos de **tipologia de infrações** destacam-se as referentes à ‘distância entre veículos’ com 829 casos (cerca de 23% do universo).

Figura 33 – Número de infrações por tipologia



Ao nível dos designados **processos europeus** foram registadas 432 ocorrências (8% do universo), número que representa, face a 2017, um crescimento de 25%.

Figura 34 – Número de processos europeus abertos



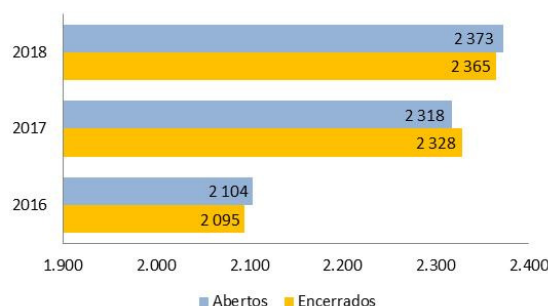
Quanto às **participações** relativas aos **processos europeus**, 215 corresponderam a acidentes causados por veículos portugueses sem seguro (50%), 201 por falta de respostas fundamentadas dos representantes para sinistros (47%), 10 respeitantes a acidentes causados por veículos não identificados (2%) e 6 por falta de representante para sinistros (1%) da empresa de seguros do responsável.

Quadro 24 – Evolução da atividade do Organismo de Indemnização

Ano	Número de processos	Variação Homóloga (%)	Indemnizações (€)	Variação Homóloga (%)
2016	318	20%	47 944	-4%
2017	343	8%	123 746	158%
2018	432	25%	118 198	-5%

Foram recebidos 2 373 **pedidos de informação** (+ 2% do que no ano anterior), dos quais 1 111 com origem em Portugal (47% do universo). Foram concluídos 2 365 processos, tendo sido o rácio de encerramentos de 100%.

Figura 35 – Evolução do número de processos abertos e encerrados no Centro de Informação



Sistema de Gestão da Qualidade

O FGA obteve a **certificação** da transição do seu **SGQ** para o novo referencial normativo (NP EN ISO 9001:2015). Na sua versão atual, o SGQ mantém-se focado na satisfação dos utentes e no elevado desempenho dos processos, privilegiando aspetos relacionados com a gestão de expectativas dos diferentes *stakeholders*, partilha de conhecimento e análise de riscos e oportunidades.

Recursos financeiros

De acordo com o previsto no Decreto-lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, que aprova os Estatutos da ASF, e no Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP, o FGA no que respeita à apresentação de contas anuais do período contabilístico iniciado em 1 de janeiro de 2018, aplicou o SNC-AP. Por outro lado, as contas de 2017 embora tenham sido apresentadas em POCP, foram em paralelo convertidas para SNC-AP. Desta forma, todas as comparações do ano de 2018 com o período homólogo já têm por base a informação a 31 de dezembro de 2017, convertida para SNC-AP.

Nos termos do n.º 4 dos Estatutos da ASF, o relatório e contas de 2018 e o respetivo parecer da Comissão de Fiscalização, são enviados para aprovação prévia do Ministro das Finanças.

No final do exercício de 2018, o total do **ativo líquido** do FGA atingiu o montante de 479 848 milhares de euros, refletindo um aumento de 4% relativamente a 2017 (463 866 milhares de euros), em consequência do crescimento dos ativos financeiros. O crescimento desta rubrica justifica-se essencialmente pelo diferencial entre os valores recebidos a título de taxas e os pagamentos inerentes às suas atividades específicas (gestão e regularização de processos de sinistros de acidentes rodoviários causados por veículos sem SORCA).

Relativamente a outras contas a receber destacam-se os montantes relativos às contribuições dos tomadores de seguro recebidas pelas empresas de seguros em conjunto com os prémios referentes ao quarto trimestre de 2018, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.

O financiamento do FGA, de acordo com o citado diploma, assenta essencialmente em três pilares: nas taxas incidentes sobre os prémios comerciais obrigatórios do seguro de responsabilidade civil automóvel; nos reembolsos provenientes dos responsáveis por acidentes sem seguro quando este é obrigatório; e nos rendimentos de aplicações financeiras.

Quanto ao **passivo**, o mesmo ascendeu ao montante de 109 506 milhares de euros (105 741 milhares de euros em 2017), sendo que 99% são provisões.

Estas provisões correspondem à estimativa dos custos com sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, às responsabilidades estimadas para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e à estimativa de encargos futuros relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados (IBNER).

Decorrente da análise de *run-off*, efetuada a 31 de dezembro de 2018, concluiu-se por um aumento das provisões por comparação com o ano anterior.

Quadro 25 – Distribuição do total da provisão para sinistros

(euros)	
Provisões	
Provisão para processos	24 943 587
Provisão para IBNER	31 438 741
Provisão para IBNR	14 557 684
Provisão para despesas de gestão	37 315 249
Total de provisões	108 255 261

O quadro seguinte mostra o rácio de cobertura dos ativos financeiros sobre as responsabilidades (provisões para riscos e encargos), que tem tido uma evolução bastante consistente e positiva.

Quadro 26 – Rácio de cobertura das responsabilidades

(milhares de euros)			
	2016	2017	2018
Ativos financeiros (títulos e disponibilidades)	421 932	432 454	468 250
Provisões ou responsabilidades	113 035	104 672	108 255
Rácio de cobertura	3,73	4,13	4,33

Conforme evidencia o quadro seguinte, o **resultado líquido** do FGA, em 2018, diminuiu em 48% em relação ao ano anterior.

Quadro 27 – Evolução dos resultados líquidos

	(milhares de euros)		
	2017	2018	Variação Homóloga (%)
Rendimentos	101 861	80 157	-21%
Gastos	78 512	67 940	-14%
Resultados líquidos	23 349	12 217	-48%

Esta diminuição deve-se, essencialmente, ao efeito das provisões. Efetivamente, a variação das provisões de 2017 para 2018 foi negativa em 3 583 milhares de euros enquanto que de 2016 para 2017 foi positiva em 8 775 milhares de euros.

Execução orçamental

As **receitas correntes** cobradas, no valor de 32 512 milhares de euros, apresentaram um grau de execução de 106%, relativamente aos valores inicialmente orçamentados. Destas 74% provêm de taxas cobradas aos tomadores de seguros obrigatórios de responsabilidade civil automóvel e que, em 2018, registaram o valor de 23 967 milhares de euros, atingindo um grau de execução de 107% das previsões iniciais.

As taxas a favor do FGA estão previstas no artigo 58.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, e resultam da aplicação de uma percentagem sobre o montante total dos prémios comerciais da cobertura obrigatória do seguro de responsabilidade civil automóvel, líquido de estornos e anulações e que, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, são entregues ao FGA, no mês seguinte a cada trimestre civil de cobrança.

Relativamente às **despesas correntes** realizadas, no valor de 15 386 milhares de euros, apresentaram um grau de execução de 60%, justificado essencialmente pela diminuição das indemnizações pagas por sinistros quando o FGA se substitui aos responsáveis por acidentes de viação que não haviam celebrado contratos de seguro obrigatório, bem como alguns ganhos de eficiência.

Análise sumária dos ativos financeiros

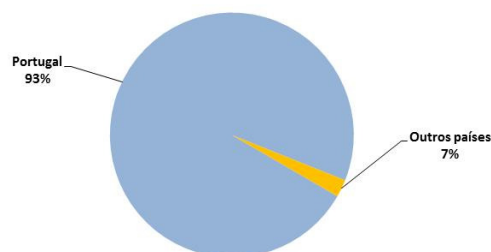
Os **investimentos** efetuados em ativos financeiros, em 2018, foram prudentes e conservadores, designadamente, em OT's (49 930 milhares de euros) e em CEDIM (90 000 milhares de euros). Estes instrumentos financeiros são valores escriturais representativos de empréstimos internos da República Portuguesa, com prazos superiores a 18 meses, não são negociáveis em mercado, mas têm como referência os *yields* de mercado na série de OT's, são emitidos pelo IGCP e a data de emissão e reembolso coincide com as das OT's.

O valor dos depósitos em CEDIC, emitidos pelo IGCP, no final do ano atingiu o montante de 100 000 milhares de euros, correspondendo aos excedentes de tesouraria em 2018.

Manteve-se, assim, baixo o nível de risco presente nos investimentos dos anos anteriores. De realçar, que ao FGA é aplicável o regime da tesouraria do Estado e, em particular, o princípio e as regras da Unidade de Tesouraria, artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 1/2015, que aprova os Estatutos da ASF.

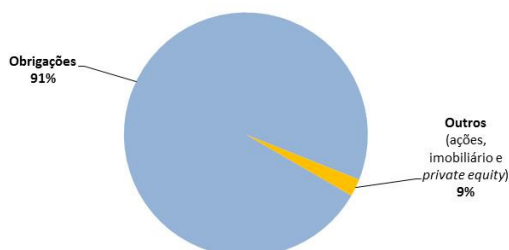
Tomando em consideração este investimento a figura seguinte evidencia a distribuição dos títulos de dívida pelos países emitentes.

Figura 36 – Títulos de dívida por país emitente



O *rating* médio dos títulos de dívida que compõem a carteira do FGA, manteve-se idêntica ao do ano anterior ou seja cerca de 99% do total apresentam uma classificação igual ou superior a BBB-, consequência da notação de *rating* atribuída à dívida pública portuguesa.

Figura 37 – Composição da carteira por classe de ativos



Conforme se verifica, na figura anterior, a carteira de ativos financeiros do FGA, privilegia os títulos de dívida (91%), destes 94% são títulos de dívida da República Portuguesa.

Em 2018 a rentabilidade total da carteira do FGA, foi de 0,37%, consistente com o perfil de risco conservador subjacente aos investimentos. Este resultado não é alheio ao facto de 23% da totalidade da carteira estar representada por CEDIC's cuja taxa média de rentabilidade em 2018 foi de 0%. Apesar da remuneração ser inferior à da banca comercial, mantiveram-se disponibilidades elevadas no IGCP nomeadamente pela obrigatoriedade da aplicação do regime da Unidade de Tesouraria do Estado conforme Decreto-Lei n.º191/99, de 5 junho, com a última alteração de aprovada pela Lei 107-B/2003, de 31 de dezembro.

2. FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO

O FAT é um fundo público dotado de personalidade judiciária e de autonomia administrativa e financeira, competindo à ASF a sua gestão técnica e financeira.

O FAT foi criado na sequência do disposto no artigo 39.º da Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, e encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio. Encontra ainda previsão no art.º 283.º, n.º 6 do Código do Trabalho e no artigo 82.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro.

A sua missão principal é:

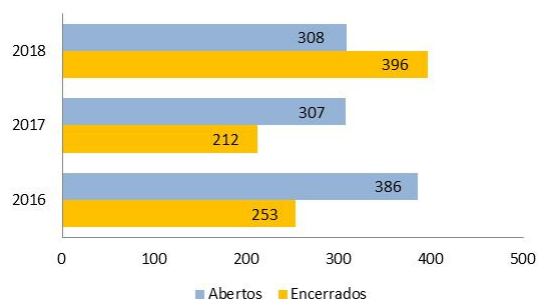
- garantir o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes de trabalho sempre que, por motivo de incapacidade económica objetivamente caracterizada em processo judicial de insolvência ou processo equivalente, ou processo de recuperação de empresa, ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não possam ser pagas pela entidade responsável;
- pagar os prémios do seguro de acidentes de trabalho das empresas que, no âmbito de um processo de recuperação, se encontrem impossibilitadas de o fazer, mediante requerimento apresentado pelo gestor da empresa;
- reembolsar as empresas de seguros dos montantes relativos às atualizações das pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por morte, bem como às atualizações da prestação suplementar por assistência de terceira pessoa, derivadas de acidentes de trabalho ou de acidentes em serviço.

Principais atividades de 2018

Em 2018, a atividade do FAT focou-se, sobretudo, na tramitação técnico-jurídica e na gestão dos processos de indemnizações resultantes de acidentes de trabalho da responsabilidade de entidades empregadoras economicamente incapazes, na recuperação dos créditos associados a estes processos e, ainda, no controlo e na análise dos fluxos financeiros das empresas de seguros, relativos à receita com origem nestas empresas e ao reembolso das atualizações das pensões. Foram, também, desenvolvidas outras atividades decorrentes das competências do FAT, nomeadamente as relacionadas com o recebimento das verbas previstas no artigo 63.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro (reversões).

No final de 2018, o número total de **processos em gestão** ascendia a 2 532, tendo sido abertos 535 e encerrados 639 no decorrer do ano. O número de processos abertos relativos a **indemnizações de acidentes de trabalho** somou 308 tendo sido encerrados 396 processos, pelo que, no final do ano, se encontravam em gestão 1 904 processos.

Figura 38 – Evolução do número de processos de indemnizações de acidentes de trabalho



No que respeita aos **processos de reembolso, com vista à recuperação dos créditos** constituídos no âmbito dos **processos de indemnizações**, foram abertos 198 processos e encerrados 243, o que resultou num total de 550 processos em gestão no final do ano. Durante o período em análise, foram abertos 29 processos de reversão.

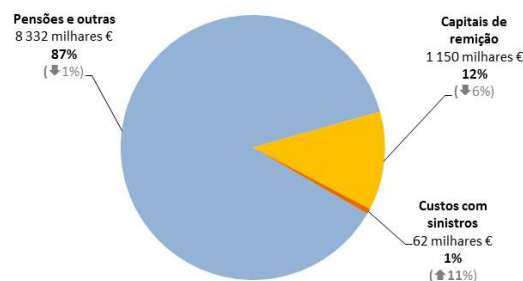
Quanto ao controlo e à análise dos **fluxos financeiros das empresas de seguros** relativos à **receita com origem nestas empresas**, designadamente as relativas aos capitais de remição e aos salários seguros e ao **reembolso das atualizações das pensões**, foram auditadas/notificadas as empresas de seguros que exploram acidentes de trabalho em Portugal, tendo sido abertos 2 327 processos e encerrados 2 258. O número de interações relativas aos processos em gestão foi de 2 554, que originaram correções aos dados constantes dos ficheiros remetidos por estas empresas e aos montantes em causa.

Montantes desembolsados e recebidos

Nos montantes pagos pelo FAT, destacam-se os **valores desembolsados**, enquanto entidade que se substitui às entidades empregadoras economicamente incapazes e o reembolso às empresas de seguros dos custos suportados em cumprimento das disposições legais relativas às atualizações de pensões.

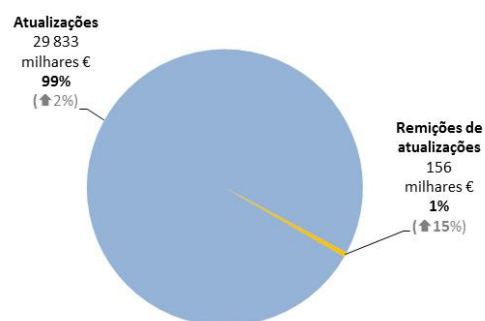
Ao nível das **indemnizações de acidentes de trabalho**, destaca-se o valor global das pensões e outras prestações de acidentes de trabalho da responsabilidade direta do FAT, que se cifrou em 8 332 milhares de euros (- 1% do que no ano anterior). Já o montante pago em capitais de remição ascendeu a 1 150 milhares de euros (- 6% do que no ano anterior). Os custos com a gestão e regularização de sinistros ascenderam a 62 mil euros.

Figura 39 – Distribuição das indemnizações de acidentes de trabalho



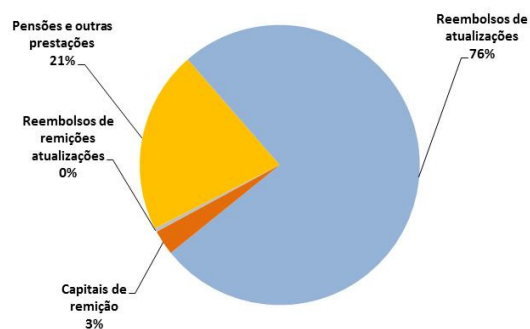
Por outro lado, no que se refere ao **reembolso às empresas de seguros**, foram desembolsados 29 989 milhares de euros, sendo a sua maioria referente a atualizações de pensões, duodécimos adicionais e atualizações de prestações suplementares de assistência por terceira pessoa (cerca de 99%).

Figura 40 – Distribuição dos reembolsos a empresas de seguros



Em suma, o gráfico seguinte ilustra a distribuição dos montantes pagos pelo FAT durante o ano de 2018.

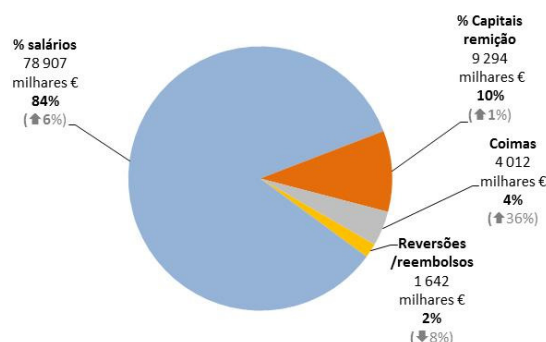
Figura 41 – Distribuição dos montantes pagos pelo FAT



Quanto aos **montantes recebidos diretamente** pelo FAT, saliente-se o valor de 865 milhares de euros a título de reversões, enquanto os reembolsos de indemnizações, ao longo do exercício, ascenderam a 777 milhares de euros.

Relativamente às receitas previstas nas alíneas a) e b), do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, resultantes da aplicação das percentagens de 0,15% sobre os salários seguros e de 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento e sobre as provisões matemáticas das prestações suplementares de assistência por terceira pessoa, à data de 31 de dezembro de 2017, os montantes recebidos foram de 78 907 milhares de euros e de 9 294 milhares de euros, respetivamente, o que significou (+ 6% e 1% do que no ano anterior, respetivamente). O montante total recebido com origem nas empresas de seguros foi, assim, de 88 201 milhares de euros. A título de multas e coimas, a receita arrecadada foi de 4 012 milhares de euros.

Figura 42 – Receitas do FAT



Sistema de Gestão da Qualidade

No âmbito do **SGQ** do FAT, foi renovada a **certificação** de acordo com o novo referencial normativo, NP EN ISO 9001:2015.

Recursos financeiros

De acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, que aprova os Estatutos da ASF, e no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP, o FAT no que respeita à apresentação de contas anuais do período contabilístico iniciado em 1 de janeiro de 2018, aplicou o SNC-AP. Por outro lado, as contas de 2017 embora tenham sido apresentadas em POCP, foram em paralelo convertidas para SNC-AP. Desta forma, todas as comparações do ano de 2018 com o período homólogo já têm por base a informação a 31 de dezembro de 2017, convertida para SNC-AP.

Nos termos do n.º 4 dos Estatutos da ASF, o relatório e contas de 2018 e o respetivo parecer da Comissão de Fiscalização, são enviados para aprovação prévia do Ministro das Finanças.

No final do exercício de 2018, o total do **ativo líquido** do FAT atingiu o montante de 587 508 milhares de euros, refletindo um aumento de 11%, relativamente ao valor de

2017 (530 952 milhares de euros), em consequência do crescimento dos outros ativos financeiros. O crescimento desta rubrica justifica-se pelo diferencial entre os valores recebidos a título de taxas incidentes sobre os salários cobertos pelas apólices de seguro, sobre os capitais de remição de pensões em pagamento e sobre as provisões matemáticas de prestações suplementares de assistência de terceira pessoa e, essencialmente, os pagamentos inerentes às suas atividades específicas (gestão e regularização de processos de sinistros de acidentes de trabalho e reembolsos das atualizações das pensões). Este diferencial reforça o fundo destinado a sustentar as responsabilidades de longo-prazo com pensões e atualizações de pensões de acidentes de trabalho.

Relativamente a outras contas a receber destacam-se os montantes de contribuições das empresas de seguros para o FAT, resultantes da aplicação da percentagem sobre os salários seguros, recebidas por estas nos meses de novembro e dezembro de 2018. O sistema de recebimentos é efetuado através do DUC, em que as receitas provenientes das empresas de seguros são recebidas pela ASF no final de cada mês e transferidas para o FAT logo que identificadas. O desfasamento temporal de dois meses explica-se pelo facto de a entrega pelas empresas de seguros ser efetuada no mês seguinte ao da cobrança aos tomadores de seguro e o recebimento ser efetuado através de DUC. O efeito deste reconhecimento foi de 10 482 milhares de euros que representa 77% do valor total.

O **passivo** atingiu um volume de 1 066 237 milhares de euros, sendo que 99% deste montante corresponde às provisões para pensões, ao IBNR e às provisões para prestações em espécie, reconhecidas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites. Esta rubrica aumentou 7% em relação ao ano anterior, apresentando um valor global de 1 058 826 milhares de euros.

As provisões matemáticas para pensões correspondem ao valor atual das responsabilidades com pensões, assumidas diretamente pelo FAT, e das atualizações das pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por incapacidade inferior permanente a 30% mas com pensão anual superior a seis vezes a RMMG ou por morte, das atualizações das prestações suplementares de assistência por terceira pessoa e dos duodécimos adicionais, assumidos pelas empresas de seguros e da responsabilidade do FAT.

O IBNR corresponde a uma estimativa relativa a acidentes de trabalho da responsabilidade das entidades empregadoras economicamente incapazes, ocorridos antes de 31 de dezembro de 2018 e ainda não reportados ao FAT.

A provisão para prestações em espécie corresponde a uma estimativa do valor a suportar pelo FAT decorrente de despesas de saúde, próteses, ortóteses e outras devidas a sinistrados.

O aumento de 7% resulta essencialmente do efeito conjugado da atualização anual das pensões de 1,8% (Portaria n.º 22/2018, de 12 de janeiro), da manutenção do pressuposto de crescimento de 2% a longo prazo das pensões, da redução da taxa de desconto de 3,25% para 3% e do aumento de 48% do número de novas pensões da responsabilidade das empresas de seguros, face a 2017.

Conforme se pode verificar no quadro seguinte, o rácio de cobertura das responsabilidades pelos ativos financeiros, em 2018, foi consistente com a tendência que se vinha verificando.

Quadro 28 – Rácio de cobertura de responsabilidades

	(milhares de euros)		
	2016	2017	2018
Ativos financeiros (títulos e disponibilidades)	460 705	510 625	576 021
Provisões ou responsabilidades	1 032 010	993 038	1 058 826
Rácio de cobertura	45%	51%	54%

O **resultado líquido** em 2018 foi negativo em 10 060 750 milhares de euros, refletindo o efeito conjugado do supramencionado aumento das provisões matemáticas, com o diferencial, entre os rendimentos em impostos e taxas (93 116 milhares de euros) e os gastos com sinistrados/pensionistas (40 069 milhares de euros). Este resultado determinou que os fundos próprios tenham diminuído no mesmo montante, atingindo o valor negativo de 478 729 milhares de euros, em 2018 (- 468 668 milhares de euros em 2017). Estes saldos negativos são ainda consequência do montante das responsabilidades (506 802 milhares de euros) transferidas para o FAT aquando da sua criação.

No pressuposto de manutenção da legislação em vigor, designadamente no que respeita à receita a cobrar, não se estima que o FAT venha a ter problemas de solvência financeira a longo prazo.

Execução orçamental

As **receitas correntes** cobradas, no valor de 96 282 milhares de euros, tiveram um desvio positivo de 5% face aos valores inicialmente orçamentados. As receitas recebidas, em 2018, com origem nas taxas cobradas aos tomadores de seguros e às empresas de seguros, representam 96% do total das receitas correntes, apresentando o valor de 92 214 milhares de euros e atingindo um grau de execução de 107% das previsões iniciais. A justificação para este desvio deve-se essencialmente ao efeito do crescimento da atividade económica em 2018, com o consequente aumento dos salários seguros, e do aumento da RMMG.

As **despesas correntes**, cujo grau de execução foi de 77%, correspondem fundamentalmente: às transferências para as empresas de seguros, relativas às atualizações de pensões, e às transferências para as famílias, quando o FAT se substitui às entidades empregadoras que não contrataram seguro de acidentes de trabalho. No que respeita às transferências para empresas de seguros, que em 2018 representam 73% da despesa corrente, obtiveram um grau de execução de 81%, relativamente ao orçamento inicial, enquanto no que respeita às transferências para as famílias o grau de execução foi de 68%. O já referido crescimento económico, essencialmente no setor terciário, que apresenta normalmente taxas de sinistralidade mais baixas, e o não conhecimento *à priori* dos novos pensionistas a cargo das empresas de seguros e do FAT, justificam estes desvios.

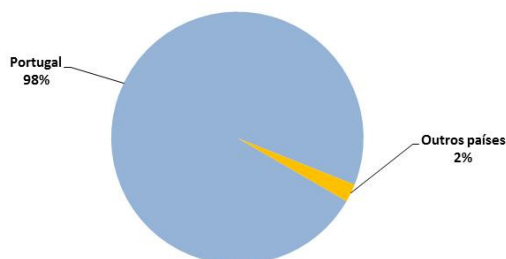
Análise sumária dos ativos financeiros

Os **investimentos** efetuados em ativos financeiros, em 2018, foram prudentes e conservadores, designadamente, em OT's 49 930 milhares de euros e em CEDIM 155 000 milhares de euros. Estes instrumentos financeiros são valores escriturais representativos de empréstimos internos da República Portuguesa, com prazos superiores a 18 meses, não são negociáveis em mercado, mas têm como referência os *yields* de mercado na série de OT's, são emitidos pelo IGCP e a data de emissão e reembolso coincide com as das OT's.

O valor dos depósitos em CEDIC, emitidos pelo IGCP, no final do ano atingiu o montante de 200 000 milhares de euros, correspondendo aos excedentes de tesouraria em 2018. Manteve-se, assim, baixo o nível de risco presente nos investimentos dos anos anteriores. De realçar, que ao FAT é aplicável o regime da tesouraria do Estado e, em particular, o princípio e as regras da Unidade de Tesouraria conforme artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 1/2015, que aprova os Estatutos da ASF.

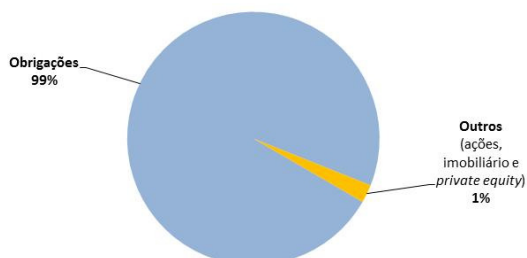
Tomando em consideração este investimento a figura seguinte evidencia a distribuição dos títulos de dívida pelos países emitentes.

Figura 43 – Títulos de dívida por país emitente



Conforme se verifica na figura seguinte a estrutura da carteira do FAT, continua a privilegiar os títulos de dívida.

Figura 44 – Composição da carteira por classe de ativos



Conforme se verifica, na figura anterior, a carteira de ativos financeiros do FAT, privilegia os títulos de dívida (99%), destes 99,5% são títulos de dívida da República Portuguesa.

Em 2018 a rentabilidade total da carteira do FAT, foi de 0,77%, consistente com o perfil de risco conservador subjacente aos investimentos. Este resultado não é alheio ao facto de 36% da totalidade da carteira estar representada por CEDIC's cuja taxa média de rentabilidade em 2018 foi de 0%. Apesar de a remuneração ser inferior à da banca comercial, mantiveram-se disponibilidades elevadas no IGCP nomeadamente pela obrigatoriedade da aplicação do regime da Unidade da Tesouraria do Estado Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 junho, com a última alteração de aprovada pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro.

L. OBJETIVOS PARA 2019

Os objetivos estratégicos para 2019 encontram-se definidos no Plano Estratégico vigente aprovado pelo Conselho de Administração. O mesmo, por decisão do então Conselho de Administração, foi elaborado apenas para um ano como forma de não vincular um novo Conselho de Administração a objetivos estratégicos previamente definidos por outrém.

Os objetivos estratégicos da ASF para 2019 são os seguintes:

1. Assegurar a definição e o cumprimento de adequados padrões de governação e níveis de solidez financeira e de transparência por parte dos operadores;
2. Assegurar a definição e o cumprimento de elevados padrões de conduta no mercado segurador e dos fundos de pensões e garantir uma adequada prossecução da ação sancionatória e intervenção judicial da ASF;
3. Intensificar as análises ao nível macroeconómico, através do reforço dos mecanismos de monitorização e de avaliação dos riscos com potencial para afetar a estabilidade financeira do setor;
4. Contribuir para a evolução equilibrada dos regimes jurídicos relevantes no âmbito das atribuições da ASF;
5. Reforçar o envolvimento da ASF na formação financeira da população, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de perceção e mitigação dos riscos, e promover a divulgação de informação relevante sobre o setor;
6. Consolidar a estratégia de cooperação interinstitucional e assegurar a participação da ASF nas estruturas internacionais de cooperação e coordenação nas áreas de competência;
7. Dispor de recursos humanos suficientes, qualificados e motivados;
8. Garantir a utilização eficiente e responsável dos recursos disponíveis;
9. Gerir de forma eficaz e eficiente os fundos autónomos que estão confiados à ASF.

M. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, REFERÊNCIAS E ANEXOS

1. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2018, os resultados líquidos da ASF e dos Fundos por ela geridos foram os seguintes:

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	3 954 951,85 €
Fundo de Garantia Automóvel	12 217 204,53 €
Fundo de Acidentes de Trabalho	-10 060 750,00 €

Nos termos do n.º 4 do art.º 35.º dos Estatutos da ASF, aprovados pelo Decreto-Lei nº 1/2015, de 6 de janeiro, o resultado apurado no exercício de 2018 (3 954 951,85 euros) da ASF é aplicado da seguinte forma:

- reforço para reserva para riscos de atividade (350 000,00 euros);
- o remanescente fica em resultados transitados (3 604 951,85 euros).

Os resultados apurados no exercício de 2018 do FGA e do FAT ficam em 'Resultados Transitados'.

Nos termos da alínea d) do art.º 46.º daqueles Estatutos, o Relatório de Atividade e Contas Anuais do exercício será divulgado no sítio da ASF na Internet.

2. REFERÊNCIAS

O Conselho de Administração manifesta a seu agradecimento às seguintes pessoas e entidades:

- à Comissão de Fiscalização, pela cooperação mantida que tem assumido a maior importância para o bom desenvolvimento e controlo da atividade;
- ao Conselho Consultivo, pela forma eficiente e cooperante como exerceu as atribuições que lhe estão cometidas;
- ao conjunto das várias entidades do setor segurador e fundos de pensões, pela boa colaboração desenvolvida que assume particular importância para o cumprimento das missões desta instituição;

- a todos os trabalhadores da ASF, pelo seu empenhamento na prossecução e evolução qualitativa dos objetivos desta entidade.

Lisboa, aos 20 de março de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



José Figueiredo Almaca
(Presidente)



Filipe Aleman Serrano
(Vice-Presidente)



Maria da Nazaré Barroso
(Vogal)



ASF

Autoridade de Supervisão
de Seguros e Fundos de Pensões

Av. da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa

Tel.: (+351) 21 790 31 00

asf@asf.com.pt

www.asf.com.pt